



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 60, TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 62ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 7 DE MAIO DE 2018

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a Celebrar a Campanha da Fraternidade de 2018, nos termos do Requerimento nº 22/2018, da Senadora Fátima Bezerra e outros senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Execução do Hino da Campanha da Fraternidade	8
1.2.3 – Oradores	
Senadora Fátima Bezerra	9
Sr. José Aparecido Gonçalves de Almeida, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Bispo Auxiliar de Brasília	13
Sr. Luís Fernando da Silva, Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade	15
Srª Romi Márcia Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil	18
Sr. Marcello Lavenère Machado, Advogado e Presidente da OAB no Período de 1991 a 1993	20
Srª Isabel Figueiredo, Advogada e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	21
Senador Garibaldi Alves Filho	25
Senador José Agripino	27
Senadora Regina Sousa	29
Senador Hélio José	31
Senador Paulo Paim	34
1.2.4 – Apresentação do vídeo da Campanha da Fraternidade 2018.	36



1.3 – ENCERRAMENTO	37
2 – ATA DA 63ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE MAIO DE 2018	
2.1 – ABERTURA	39
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	39
2.2.2 – Comunicação	
Da Senadora Rose de Freitas, de filiação partidária de S. Ex ^a ao PODE. (Memorando nº 10/2018).	39
2.2.3 – Oradores	
Senadora Gleisi Hoffmann – Indignação com a condenação e posterior prisão do ex-presidente Lula. ...	39
Senador Paulo Paim – Exposição de artigo de autoria de S. Ex ^a . publicado pelo Jornal do Brasil que trata da importância do anteprojeto do Estatuto do Trabalho.	43
Senador Reguffe – Questionamento ao Governo do Distrito Federal a respeito da devolução para os consumidores dos impostos incidentes sobre remédios no primeiro quadrimestre do corrente ano; e outro assunto.	44
Senador Telmário Mota – Críticas ao Governo Federal pelo suposto descaso em relação ao estado de Roraima.	46
2.2.4 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	49
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Senadora Fátima Bezerra – Indignação com a prisão do ex-presidente Lula, que completou 30 dias, na presente data; e outros assuntos.	49
2.2.6 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 anos do Dia das Mães no Brasil.	54
2.2.7 – Oradores (continuação)	
Senador Valdir Raupp – Comentários acerca da Campanha da Fraternidade do corrente ano, cujo tema é “Fraternidade e superação da violência”.	54
Senador Paulo Rocha – Considerações sobre os entraves ao desenvolvimento dos municípios e do estado do Pará; e outros assuntos.	56
2.2.8 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 anos do Dia das Mães no Brasil.	60
2.2.9 – Oradores (continuação)	
Senador Hélio José – Registro dos aniversários das regiões administrativas de Águas Claras, Guará e Riacho Fundo II, no Distrito Federal.	60



Senador Randolfe Rodrigues – Defesa do fim do instituto do foro privilegiado.	63
Senador Paulo Paim – Anúncio da apresentação do Estatuto do Trabalho, na CDH, a ocorrer no dia 10 de maio; e outros assuntos.	67
2.2.10 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 anos do Dia das Mães no Brasil.	71
2.3 – ENCERRAMENTO	71

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 63ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 648/2015 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 44/2018-CDH).	73
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 126/2016 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 45/2018-CDH).	75
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 403/2016 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 46/2018-CDH).	77

3.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 16/2018 (nº 160/2018, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 678/2018 (TC 018.402/2014-3).	80
---	----

3.1.3 – Comunicações

Do Senador Eunício Oliveira, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex ^a em missão no período de 14 a 22 de abril último, nos termos do Requerimento nº 189/2018.	123
Do Senador Rodrigues Palma, de manutenção da estrutura do escritório de apoio e do quadro de servidores no Mato Grosso existente no mandato do Senador Cidinho Santos (Memorando nº 1/2018)	124
Da Senadora Rose de Freitas, de filiação partidária de S. Ex ^a ao PODE (Memorando nº 10/2018).	125

3.1.4 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno. .	127
---	-----

3.1.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 227/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 295/2007, sancionado e transformado na Lei nº 13.656/2018.	130
Nº 231/2018, na origem (Mensagem nº 30/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.	131



3.1.6 – Recurso

Nº 8/2018, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 513/2017. 170

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 513/2017 171

3.1.7 – Término de prazos

Término do prazo, em 4 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos Lei da Câmara nºs 76/2016, 91 e 97/2017, e 8/2018; e ao Projeto de Lei do Senado nº 349/2017. 173

Término do prazo, em 3 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 15/2018. 173

Término do prazo, em 3 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 72/2017 e 16/2018; e aos Projetos de Resolução nºs 56/2015, 48/2016, 11 e 14/2017. 173

Término do prazo, em 4 do corrente, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 75/2016, 43, 78, 79, 84, 123, 142, 158, 184, 185, 194, 195, 201, 205, 207, 208, 220, 234 e 239/2017 173

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 174

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 177

6 – LIDERANÇAS 178

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 182

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 195

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 198

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 247



Ata da 62ª Sessão, Especial,
em 7 de maio de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência das Srs Fátima Bezerra e Regina Sousa.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 42 minutos e encerra-se às 14 horas e 17 minutos.)



A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a celebrar a Campanha da Fraternidade de 2018, nos termos do Requerimento nº 22, de minha autoria e de outros Senadores e outras Senadoras.

Ao mesmo tempo em que agradeço a presença, quero ter a honra e a alegria de convidar para compor a nossa mesa, nesta sessão de homenagem à Campanha da Fraternidade de 2018, as seguintes autoridades: Rev^{mo} Sr. D. José Aparecido Gonçalves de Almeida, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o nosso Bispo Auxiliar de Brasília. (*Palmas.*)

Convidar aqui também a Reverenda Sr^a Pastora Romi Márcia, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – Conic. (*Palmas.*)

Convidar o Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade, Rev^{mo} Sr. Pe. Luís Fernando da Silva. (*Palmas.*)

Advogado e presidente da OAB no período de 1991 a 1993, Dr. Marcello Lavenère. (*Palmas.*)

Advogada e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sr^a Isabel Figueiredo, por favor, venha também fazer parte da nossa mesa. (*Palmas.*)

Quero aqui registrar com muita alegria a presença dos nossos estudantes do Centro de Ensino Médio aqui da Ceilândia. Muito legal a presença de vocês. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Quero registrar também a presença dos nossos Senadores aqui já presentes, o Senador Garibaldi Filho, da nossa Bancada potiguar, Senador Elmano Férrer, do Piauí, Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Senadora também pelo Estado do Piauí, Senador Hélio José, que também já se encontra presente.

Quero registrar também, com muita alegria, a presença entre nós do nosso ex-Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, do Embaixador da República Oriental do Uruguai, Gustavo Balbela, da Primeira Secretária da Embaixada da República do Haiti, Sr^a Christine, do Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Petrus Elesbão.

Enfim, à medida que forem chegando aqui os nomes de mais convidados, nós vamos aqui fazendo o registro.

O Dr. Marcello Lavenère está nos lembrando aqui da presença dos estudantes do Centro de Ensino Médio de Ceilândia, de Brasília, que muito nos honram com a sua presença. (*Palmas.*)

Quero registrar também a presença de mais um Senador da Bancada potiguar, o Senador do Rio Grande do Norte, Senador José Agripino.

Bom, convido todos agora para, em posição de respeito, para acompanharmos o Hino Nacional e, em seguida, o Hino da Campanha da Fraternidade, executados pelo Coral do Senado.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Procede-se à execução do Hino da Campanha da Fraternidade.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos aqui também registrar e agradecer a presença das esposas dos adidos militares acreditados no Brasil.

Sejam bem-vindas.



Peço a Senadora Regina Sousa, que também subscreve o requerimento comigo e é Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, que presida os trabalhos agora enquanto faço uso da tribuna.

(A Sr^a Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra, autora do requerimento que nós subscrevemos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senadora Regina, em nome de quem quero saudar os demais Senadores aqui presentes, os telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado, os que nos acompanham pelas redes sociais neste exato momento.

Mais uma vez, o meu abraço afetuoso aos que compõem a mesa: Dom José Aparecido, Secretário-Geral da CNBB; o Rev. Pe. Luís Fernando da Silva, Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade; Dr. Marcello Lavenère; Pastora Romi, à Isabel e aos membros do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Aos estudantes aqui presentes, o nosso agradecimento.

Quero aqui iniciar a nossa fala, o nosso diálogo, dizendo que o tema escolhido pela CNBB para a Campanha da Fraternidade deste ano: "Fraternidade e Superação da Violência", bem como o lema da Campanha "Vós sois todos irmãos" são extremamente atuais e nos convidam a um momento de reflexão sobre os caminhos que a sociedade brasileira está tomando, especialmente nesses últimos dois ou três anos em que a intolerância, infelizmente, tem tomado conta das relações sociais e políticas em nosso País.

O tema da violência, claro, é bastante complexo e pode ser abordado a partir de múltiplas perspectivas. A violência está presente nas ruas, dentro de casa também, pode ser motivada por questões de gênero, etnia, orientação sexual, crença religiosa, diferenças políticas, domínio de territórios por facções do crime organizado, mas ela está sempre relacionada às desigualdades do ponto de vista social e à cultura do ódio e da intolerância.

O Brasil infelizmente é campeão de homicídios no mundo. Um País que tem também uma das maiores populações carcerárias também do mundo. Em 2016, foram cerca de 70 mil mortes violentas, índice só comparável aos países em guerra e que representa 12% do total de registros em todo o planeta. Vejam só: uma em cada 10 mortes violentas no mundo acontece no Brasil! Vou repetir. É um dado muito triste e perigoso porque isto se assemelha a tempos de guerra: uma em cada 10 mortes violentas no mundo acontece no Brasil!

O meu Estado, o Rio Grande do Norte, infelizmente, não foge à regra. A violência tem se agravado muito nos últimos anos e isso pode ser constatado através de estudos, pesquisas feitas, por exemplo, pelo Observatório da Violência Letal Intencional (Obvio), que é uma instituição vinculada à Universidade Federal do Semiárido e que faz um trabalho pautado, com muita seriedade, dedicado a acompanhar os índices no que diz respeito à questão da violência no Rio Grande do Norte. E repito: infelizmente, esses índices têm crescido de forma assustadora. Claro que o problema não é de hoje, já vem de muito e muito tempo, mas, para se ter uma ideia, segundo o Obvio, são mais 6 mil homicídios nos últimos três anos, mais de 6 mil homicídios nos últimos três anos lá no Rio Grande do Norte. Natal, a nossa querida Natal, a capital do nosso Estado, foi apontada recentemente por uma ONG mexicana como a capital mais violenta do Brasil. E, mesmo diante desse quadro em que a população vive amedrontada, insegura, totalmente



angustiada, repito, o Governo Federal vetou a destinação emergencial de recursos do BNDES para o Rio Grande do Norte, alegando a falta de saúde financeira do Estado! Isso é inaceitável!

Repito, o Rio Grande do Norte, a exemplo dos demais Estados do Brasil, também está inserido nesse quadro dramático do aumento de homicídios, do aumento da violência, Senador Elmano. Por quê? Porque as ações voltadas lá para garantir a segurança pública da população cada vez mais mostram um grau de ineficiência que tem levado a esse crescimento de forma assustadora lá no Rio Grande do Norte.

E, por sua vez, mesmo quando o Governo Federal anunciou recentemente a liberação de empréstimos via BNDES para os Estados, o Rio Grande do Norte foi excluído. Por quê? Porque não tem saúde financeira o Estado do Rio Grande do Norte. E a população que fique entregue exatamente à míngua e à sanha dos bandidos.

A entidade Small Arms Survey, considerada uma referência mundial na questão da violência armada no mundo, considera que a situação da violência no Brasil é mais grave que a situação na Índia, Síria, Nigéria e Venezuela.

Para a entidade, três fatores contribuem para os índices elevados: a falta do Estado de direito, a falta de cidadania para uma expressiva parcela da população, a cultura da violência e o chamado crime organizado.

Outro estudo, do Instituto Igarapé, enfatiza que as principais causas do alto índice de mortes incluem a desigualdade, o desemprego – especialmente entre os jovens –, a baixa escolaridade, a urbanização rápida e irregular, drogas ilícitas e armas.

Somadas a isso, há, evidentemente, questões de natureza políticas, fruto da irresponsabilidade, fruto da não priorização dos diferentes níveis de governo, além da impunidade, resultado da baixa taxa de investigação e elucidação dos crimes, aponta o estudo do mencionado e respeitado Instituto Igarapé.

Ora, é comprovado, Senadores e Senadoras, que a taxa de violência é inversamente proporcional ao nível de escolaridade da população. Não é por acaso que países como a Islândia, Isabel, a Dinamarca e a Suécia são considerados os mais tranquilos do mundo e não é por acaso que esses países apresentam as mais altas taxas de permanência dos jovens na escola.

Então, veja, não há como aqui a gente dissociar a influência do contexto socioeconômico no aumento da violência.

Aliás, o grande mestre, sempre mestre Darcy Ribeiro já alertava as autoridades, quando dizia que quanto menos escolas, D. Ernane, a gente construísse, mais presídios o Brasil ia precisar exatamente no futuro.

Então, está comprovado que quanto maior for a taxa de escolaridade, se caminha exatamente para quê? Para diminuir o quadro da violência.

E nesse sentido, quero, enfim, aqui ressaltar que a principal medida macroeconômica do Governo Temer de congelar por 20 anos os gastos nas políticas sociais tem se revelado a principal causa do elevado índice de desemprego, contribuindo fortemente para o aumento da violência urbana e rural.

Mais uma vez, volto aqui a enfatizar: ainda não foi inventada uma melhor forma de se enfrentar a problemática da violência do que a inclusão social com destaque para a inclusão educacional.

E, neste aspecto aqui, quero, mais uma vez, chamar a atenção, infelizmente, sobre as consequências perversas dessa medida do Governo Temer, aprovada pela maioria dos que fazem o



Congresso Nacional, a Emenda 95 – chamada de teto de gastos –, que congelou os gastos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos. Inclusive, tirou o piso mínimo destinado à educação, luta histórica nossa, também suspendendo por 20 anos. E as consequências nós estamos vendo por aí se refletirem no chão das universidades, dos institutos federais, com o contingenciamento de recursos para a área da educação.

Desde o início do seu pontificado, o Papa Francisco vem alertando que a exclusão e a desigualdade social provocarão a explosão da violência no mundo. Em seu primeiro grande documento, em 2013, ele já denunciou que o atual sistema econômico mundial é extremamente injusto e que ele mata!

Diz o Santo Papa Francisco: "Acusamos os pobres da violência, mas, sem igualdade de oportunidades, as diferentes formas de agressão e de guerra encontrarão terreno fértil que, tarde ou cedo, provocará a explosão" – fecho aspas – disse o Santo Papa, sabiamente, na exortação traduzida para o português como "A Alegria do Evangelho".

Portanto, eu quero aqui dizer, D. Aparecido, que parabenizamos a CNBB pela escolha de tema tão relevante. A CNBB também provoca o Congresso Nacional no sentido de nos convocar a congregar esforços para a construção de uma cultura da paz em nosso País. E isso só acontecerá quando percebermos que somos todos irmãos – como lembra o santo evangelho – e que juntos devemos lutar em defesa da democracia, das instituições democráticas, da inclusão social e econômica de toda a população, em defesa dos direitos humanos e contra toda e qualquer forma de discriminação, de intolerância, de ódio e de opressão.

Além disso, diante da gravidade da situação que atinge – como disse aqui – não só o meu Estado, mas todo o País, temos o dever também de fazer daqui, do Parlamento, um espaço de reflexão aprofundada sobre a violência, para que nós possamos elaborar propostas que dialoguem com essa realidade. Propostas, inclusive, no campo da segurança pública, que venham rumo àquilo que o povo brasileiro mais sonha: uma segurança pública e cidadã.

Ou seja, mais do que nunca entendo que o Congresso Nacional deve fazer esse debate com muita profundidade, muita seriedade, muita responsabilidade.

Nós não precisamos aqui de propostas midiáticas. Nós precisamos de propostas, repito, eficazes, que dialoguem com o retrato do caos e da tragédia que é a falta de segurança pública hoje no nosso País, para que possamos apontar o remédio correto, os caminhos adequados.

Aqui, por exemplo, cito, já nesse primeiro semestre, o debate que o Senado vem fazendo, em que inclusive conseguimos aprovar matérias importantes na área de segurança pública. Destaco aqui o PLS nº 32, de 2018, que obriga a instalação de bloqueadores de sinal de telefones celulares em penitenciárias e em presídios de todo o País. Isso já foi aprovado aqui pelo Senado. Destaco aqui também o PLS nº 90, de 2007, complementar – esse é fundamental, principalmente nesses tempos de Emenda nº 95, de congelamento dos gastos nas áreas sociais. Eu me refiro ao projeto de lei que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Há ainda o PLS nº 25, de 2014, que impede o contingenciamento de créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional.

Mas isso não é suficiente, Isabel, de maneira nenhuma. Temos que avançar. Por isso que quero aqui, neste momento, conchamar o Senado e o Congresso Nacional para avançarem no debate que considero fundamental, do ponto de vista de pensar e de implementar uma Política Nacional de Segurança Pública para o Brasil. Eu me refiro à necessidade aqui de avançar no debate do PLC nº 19, de 2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política



Nacional de Segurança Pública e Defesa Nacional. Essa proposta, inclusive, já foi aprovada na Câmara dos Deputados e encontra-se aqui no Senado. Ela está, neste exato momento, na CCJ.

Esse projeto fala por si só, pelo que ele significa do ponto de vista de pensar uma Política Nacional de Segurança Pública que, primeiro, responda um item fundamental, que é a necessidade de integração. Ou seja, através de um planejamento estratégico, haver ações articuladas entre todos os entes federados – um Plano Nacional dos Estados, dos Municípios, da sociedade civil e dos demais Poderes. Isso é fundamental. Repito: fundamental! É um passo imprescindível, porque nós não podemos mais conviver, de maneira nenhuma, com a falta de integração e de planejamento estratégico na área da segurança pública.

Temos de trabalhar também ainda pela liberação dos recursos contingenciados, porque não adianta ter um bonito plano, um Sistema Único de Segurança Pública, e, de repente, os recursos ficarem aprisionados por conta do contingenciamento, inclusive, mais agravado ainda, repito, nesses tempos de emenda de teto de gastos.

Então, quero aqui, portanto, mais uma vez, afirmar que é importante e imperativo assegurar a liberação dos recursos. É importante aqui a gente lutar pela reestruturação do sistema...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... penitenciário, pela valorização dos profissionais da segurança pública, pelo fim dos autos de resistência e por uma nova política de drogas, que leve em consideração o fracasso da guerra e o êxito de políticas que estão sendo experimentadas em vários países do mundo.

Ademais, nós sabemos que também não vamos superar o triste estágio em que nos encontramos apenas investindo em segurança pública. É preciso investir também em educação, cultura, geração de emprego e renda, esporte e lazer, de modo a tornar a atividade criminosa menos atrativa para aqueles que olham para o futuro e não enxergam o direito de viver com dignidade.

É por isso que, mais uma vez, aqui me somo aos que defendem a revogação da Emenda Constitucional 95, de 2016, pois ela representa uma violência contra o povo mais pobre do nosso País.

Por fim, Senadora Regina, não poderia aqui deixar de – ao concluir meu pronunciamento nesta sessão solene, que trata exatamente da questão da violência – destacar a situação absurda e arbitrária que vive hoje o ex-Presidente Lula. O Presidente, inclusive, quando teve a oportunidade de governar este País, seguramente fez o governo que mais se voltou para combater a violência no País, porque fez um governo que governava para todos e todas. É inquestionável o olhar social que o governo do Presidente Lula teve, voltando-se exatamente para os mais humildes, para os mais sofridos, para os pequenos, como diz exatamente o nosso santo Evangelho.

O Presidente Lula deu uma contribuição inestimável no combate às desigualdades sociais e econômicas – portanto, no combate à violência – quando passou para a história como o Presidente que mais investiu em educação, o Presidente que fez mais universidades, o Presidente que mais construiu escolas técnicas, o Presidente do Fundeb, a política de financiamento para olhar a educação básica como um todo, garantindo que o filho das famílias pobres deste País tivesse o direito ao estudo desde a creche até o chamado ensino médio, o Presidente que criou o piso salarial nacional para os profissionais da educação, hoje, infelizmente, ameaçado. Enfim, o Presidente que ficou reconhecido não só no Brasil – por isso, ele é tão amado –, mas



internacionalmente, pelo mais importante legado que ele deixou, que foi o legado das políticas de inclusão social, que tiraram, inclusive, milhares de famílias da pobreza absoluta.

Então, quero aqui dizer que é evidente que não poderia concluir este nosso pronunciamento sem destacar que o ex-Presidente Lula está preso injustamente. Faz exatamente um mês hoje. E, portanto, quero afirmar aqui que a prisão política do ex-Presidente Lula também é uma violência contra a democracia e contra a esperança do povo brasileiro.

Também não poderia deixar de recordar, neste momento, o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes – assassinato brutal e covarde –, que continua, até o presente momento, impune, apesar da propagandeada intervenção militar lá no Rio de Janeiro.

Aliás, a própria CNBB destacou – em carta recentemente publicada – que a controversa prisão do ex-Presidente Lula foi marcada por um processo caracterizado pela politização judicial. Por isso mesmo, seguiremos aqui sempre firmes, cobrando justiça e denunciando o avanço do Estado de exceção instalado em nosso País.

Viva a Campanha da Fraternidade! Chega de violência e de medidas de exceção, o Brasil não conseguirá se reencontrar com a paz sem que se reencontre também com a democracia e com a soberania do voto popular.

Viva a Campanha da Fraternidade! Chega de violência! (*Palmas.*)

E Lula livre!

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Ao mesmo tempo, devolvo a Presidência a V. Ex^a, autora do requerimento desta sessão.

(A Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dando continuidade à nossa sessão solene, nós vamos, agora, passar a palavra para os nossos convidados, começando por D. Aparecido, Bispo Auxiliar e Secretário-Geral da CNBB.

D. Aparecido com a palavra.

O SR. JOSÉ APARECIDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Sr^a Senadora Fátima Bezerra, nossa Presidente desta Sessão, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Dr. Marcello, Pastora Romi, Ministro Gilberto Carvalho, queridos amigos e amigas, na impossibilidade apresentada pela ausência de D. Sérgio da Rocha do Brasil, por razões de serviço à Sé Apostólica, e do nosso querido Secretário-Geral da CNBB, D. Leonardo Steiner, por razões de saúde, fui convidado por D. Sérgio a representar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nesta sessão tão importante de comemoração da Campanha da Fraternidade.

Nesse sentido, quero manifestar a sincera gratidão de toda a conferência episcopal brasileira pela iniciativa da realização desta sessão pelo Senado Federal, requerida pela Sr^a Senadora Fátima Bezerra e seguida por outros Senadores e Senadoras.

Quero felicitá-la pela iniciativa de especial importância, porque muito colabora para a realização dos objetivos da Campanha da Fraternidade, cujo tema, este ano, como nos demais, é de interesse nacional.



Como bem sabemos a importância da Campanha da Fraternidade tem crescido a cada ano, graças a Deus, repercutindo não apenas no seio das comunidades católicas, mas também em diversos ambientes da sociedade.

Pela sua natureza, a campanha tem contado, cada vez mais, com a participação de muitas entidades da sociedade civil, de escolas, de órgãos públicos e de outras comunidades cristãs que consideramos irmãs nossas na fé em Cristo.

Cada campanha quer nos ajudar a viver a fraternidade num campo da vida ou da realidade social brasileira, que necessita também de grande atenção e de maior empenho.

O tema deste ano é de grande atualidade e de grande urgência, como ressaltava a Presidente desta sessão, Senadora Fátima Bezerra. Construir a fraternidade e a cultura da paz, da reconciliação e da justiça, para superar a violência, é o objetivo da Campanha da Fraternidade deste ano, que, para além dos aspectos celebrativos no período quaresmal da liturgia católica, se estende por todo o ano como fonte de inspiração, de ação e de reflexão por todos aqueles que se reconhecem e querem ser cada dia mais cidadãos desta nossa Pátria querida.

A realidade da violência, com suas múltiplas faces, tem se revelado cada vez mais cruel e assustadora, duramente sentida pela população e estampada diariamente pela mídia.

A vida e a dignidade das pessoas e de grupos sociais mais vulneráveis têm sido continuamente violadas de muitos modos. O assunto é urgente. Não pode ser descuidado nem deixado para depois. Requer a atenção, o compromisso e a participação de todos.

A gravidade do problema não pode levar a soluções equivocadas, de cunho emocional, que tendem a agravar ainda mais a situação; tendem a criar polarização na sociedade ou aumentar a polarização já existente.

Querer superar a violência com mais violência não é solução. A busca da justiça que conduz à paz não se faz através da violência. Análises simplistas ou reações puramente emocionais de fato não resolvem, como nós bem temos notados nesses últimos tempos.

A Campanha da Fraternidade nos estimula a pensar juntos sobre o significado e as causas da violência, para encontrar saídas condizentes com a dignidade humana e com a ordem democrática, bem como condizentes com uma ordem jurídica justa, equânime, dentro de um sistema juridicamente capaz de dar respostas ao nosso povo.

A violência não se reduz à violência diretamente retratada pelos noticiários. Ela permeia também práticas sociais e relações cotidianas. Dentre os seus múltiplos fatores, está o contexto socioeconômico e cultural, também ilustrado pela Senadora Fátima, no seu discurso há pouco feito.

O necessário investimento em segurança deve ser acompanhado de investimentos ainda maiores, para assegurar condições de vida digna e direitos fundamentais à população, especialmente os direitos dos mais pobres e fragilizados. A justiça social, como expressão de fraternidade, é caminho para a construção da paz e de superação da violência.

Para tanto, consideramos necessário unir as forças e estabelecer parcerias. A superação da violência é tarefa coletiva. Necessita da atenção e dos esforços de todos.

Há muito a ser feito por cada um espontaneamente, nos diversos ambientes em que vive, mas, embora seja importante o que cada um pode fazer pessoalmente, são necessárias iniciativas e ações comunitárias, a partir da realidade local, sem perder de vista o âmbito nacional. Além disso, os temas trabalhados pela Campanha da Fraternidade têm exigido uma maior participação da sociedade civil organizada, bem como a participação dos Poderes Públicos. E o tema deste ano,



pela sua natureza, exige ainda mais a ação efetiva das autoridades e dos órgãos públicos nos diversos níveis.

Por isso consideramos de especial importância esta sessão que hoje se realiza nesta nobre Casa Legislativa. E renovamos, nesse sentido, a nossa gratidão, a gratidão da Igreja Católica no Brasil, por essa feliz iniciativa, Senadora Fátima Bezerra.

A palavra de Jesus, "vós sois todos irmãos", lema desta Campanha da Fraternidade, nos ilumina e orienta as nossas ações. A Igreja não pretende oferecer, através dos seus pastores, soluções técnicas para os problemas sociais. Oferece aquilo que tem de mais precioso, conforme a sua missão profética, à luz da fé com os valores do Evangelho e a força do amor, do amor de Deus, que nos quer todos irmãos, do amor fraterno, que nos leva a reconhecer no outro não um inimigo, mas o irmão, a irmã a ser amados. E, se necessário, através do perdão e da ajuda fraterna.

Contando com a atenção e os esforços de todos, esperamos contribuir para a superação da violência, construindo a fraternidade e a paz.

Em nome dos que fazem a Campanha da Fraternidade, expresso o muito obrigado da Conferência Episcopal Brasileira a todos os presentes. De modo especial, reafirmo os nossos agradecimentos ao Senado Federal, Casa que nos acolhe, à Senadora Fátima Bezerra, assim como a todos os Srs. Senadores e Senadoras que têm, ao longo desses anos, acompanhado e apoiado a Campanha da Fraternidade.

Deus nos abençoe a todos. Abençoe os que têm se empenhado na realização da Campanha da Fraternidade, empenhando os melhores esforços em prol da superação da violência.

Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Obrigado a todos os presentes e a quantos se irmanam neste esforço de paz, de fraternidade e de fraterna solidariedade. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimentamos D. Aparecido pelo importante pronunciamento que acaba de fazer.

E convidamos agora o Rev. Pe. Luís Fernando, que é o coordenador executivo das Campanhas da Fraternidade.

O SR. LUÍS FERNANDO DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas.

Uma saudação especial à Ex^{ma} Sr^a Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta sessão solene, e, na pessoa de V. Ex^a, saúdo cada um dos presentes nesta Mesa. Uma saudação especial a S. Ex^a, o Rev^{mo} D. José Aparecido Gonçalves, Bispo Auxiliar de Brasília, que representa nesta sessão o eminentíssimo Sr. Cardeal D. Sérgio da Rocha, Arcebispo Metropolitano de Brasília e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Primeiramente, em nome da Secretaria Executiva da Campanha da Fraternidade, composta de membros de diversas partes do nosso Brasil, ligada à Conferência Episcopal, quero agradecer a todos os que se empenharam na feliz iniciativa de promover e celebrar esta solene sessão que homenageia a Campanha da Fraternidade 2018.

Em 1964, em pleno desenvolvimento do Concílio Vaticano II, realizou-se a primeira Campanha da Fraternidade em âmbito nacional, nascida no Rio Grande do Norte, Estado da Senadora que preside esta nossa sessão. E, hoje, anos depois, em 2018, continuamos com essa iniciativa de promover, todos os anos, uma Campanha da Fraternidade, com temas de relevância social, para ajudar o nosso povo brasileiro a crescer e a se promover, socialmente, espiritualmente.



Foi escolhido o tema "Fraternidade e a Superação da Violência", e o lema, extraído do Evangelho de Mateus, "Vós sois todos irmãos", com o objetivo de construir a fraternidade, promover a cultura da paz, da reconciliação e da justiça, à luz da Palavra de Deus, como caminho para a superação da violência.

Esse tema pretende considerar que a violência nunca constitui uma resposta justa. A Igreja proclama, com a convicção da sua fé em Cristo e com a consciência de sua missão, que a violência é um mal, que a violência é inaceitável como solução para os problemas, que a violência não é digna do homem.

A busca de soluções alternativas à violência para resolver os conflitos assumiu, atualmente, um caráter de dramática urgência. É, portanto, essencial a busca das causas que originam a violência, em primeiro lugar as que se ligam a situações estruturais de injustiça, de miséria, de exploração, sobre as quais é necessário intervir, com o objetivo de superá-las.

O lema "Vós sois todos irmãos" busca resgatar o sentido da fraternidade dos povos, pois somos todos irmãos e irmãs, filhos e filhas de um único e mesmo Pai. Por isso, iluminados pelo Evangelho do Reino, somos chamados à não violência.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil convida todos os homens e mulheres de boa vontade para percorrer o caminho da superação da violência crescente, em todos os níveis, em nosso País.

A violência, como já nos disse a Senadora Fátima no seu discurso, se apresenta de variadas formas: física, psicológica, institucional, sexual, doméstica, simbólica, religiosa... Superar as várias faces da violência é uma tarefa de todos. Exige o compromisso de cada cristão e cristã, no enfrentamento das múltiplas formas de ofensa à dignidade humana que se naturalizam escandalosamente em nossa sociedade.

O Brasil apresenta evidentes avanços e conquistas sociais. Contudo, ainda não são suficientes para eliminar a desigualdade. Uma vez que cresce a desigualdade, cresce também a violência.

A falta dos direitos elementares das pessoas constitui um nascedouro para a violência em sociedade.

O direito à proteção é para todos, e, se alguns estão tolhidos desse direito, isso se dá pelo fato de não haver políticas públicas que favoreçam a todos. E, ainda, os impostos estão sendo escoados por causa da corrupção.

A violência não é um fenômeno apenas cultural, mas, ao se instalar na sociedade, vai se sistematizando. Tal sistema é bipartido e polarizado: de um lado estão os que querem a todo custo tirar vantagens econômicas, lucrando com aparatos de segurança; do outro lado, as vítimas da desigualdade. Por sua vez, as instituições que deveriam, por primazia, zelar pelos direitos elementares de segurança, justiça e paz, acabam sendo pouco eficazes no cumprimento de sua missão.

A sociedade ainda se pauta na reação, e não na prevenção; na punição, e não na educação. Com o passar dos tempos, os sistemas que deveriam ser um serviço à seguridade social tornam-se instituições sobre as quais a desconfiança cresce dia por dia.

O descarte do ser humano, seja ele vítima ou autor do malefício, não é o caminho. Não se pode alimentar um sistema maniqueísta, que separa bons e maus, justos e injustos. É preciso voltar-se ao senso de alteridade: o outro é meu irmão; e, se é meu irmão, quando erra, eu não o descarto, mas o ajudo a se reeducar no caminho do bem. Isso não exime, de modo nenhum, os que



erram de serem responsabilizados por seus atos. Contudo, responsabilização e descarte não são soluções da mesma natureza.

É preciso passar de um sistema excludente, elitista e descartável, para uma sociedade fraterna, responsável e incluyente.

As pessoas não estão inseridas no mundo para viver como pessoas isoladas. Portanto, dependem do outro para viver. Esta condição favorece a prática relacional, desafia todos, como sujeitos da própria história, a cuidar do outro; ou seja, a fazer parte da história do outro.

A superação da violência passa pela conversão pessoal. É preciso assumir a espiritualidade do seguimento de Jesus; seguir Jesus, que é o modelo para toda pessoa humana. Ele foi vítima da violência, num julgamento feito à noite, sem direito de defesa, seguido de tortura e morte por crucifixão. Ele, vítima da violência, propõe o caminho da não violência.

O mundo muda quando a pessoa muda. Para que isso aconteça, é preciso adotar uma postura correspondente à de Jesus, promovendo a cultura da paz, adotando mídias alternativas que não tratam a violência com sensacionalismo, participando dos conselhos paritários e da elaboração de políticas públicas para a superação da violência, valorizando a instituição familiar, vivendo uma vida menos consumista, pedindo e oferecendo perdão, adotando a cultura da empatia, e recordando-se sempre de que o outro não é apenas o outro, mas o meu irmão.

A superação da violência começa pelo respeito à dignidade humana...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO DA SILVA – ... defendendo e promovendo a dignidade da vida humana em todas as etapas da existência, desde a fecundação até a morte natural, tratando o ser humano como fim e não como meio. A proposta é a superação da violência.

Para concluir, bastam as palavras do Santo Padre, o Papa Francisco, no encontro com os Presidentes Abbas e Peres, da Palestina e de Israel, no ano de 2014 nos jardins do Vaticano:

Ouvimos uma chamada e devemos responder: a chamada a romper a espiral do ódio e da violência, a rompê-la com uma única palavra: "irmão". Mas, para dizer esta palavra, devemos todos levantar os olhos ao Céu e reconhecer-nos filhos de um único Pai.

Em nome da Secretaria Executiva da Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aqui representada por D. José Aparecido, nós agradecemos a todos os que promoveram esta iniciativa. Agradecemos a esta Casa, agradecemos a todos que, nas comunidades, com pequenas e grandes iniciativas, promovem a cultura da superação da violência, juntos, por um mundo mais fraterno, mais igualitário, mais irmão.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aqui cumprimentar o Pe. Luís Fernando, Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade, pelo bonito pronunciamento que acaba de fazer. E é isso mesmo, Pe. Luís Fernando. A inspiração para a realização da Campanha da Fraternidade nasceu exatamente lá no meu querido Rio Grande do Norte, sob a coordenação de D. Eugênio e de D. Nivaldo Monte.

Inclusive, aproveito aqui este momento para dizer que o nosso Arcebispo de Natal, D. Jaime, foi convidado para a presente sessão solene, mas, infelizmente, houve um imprevisto, e ele não pôde comparecer.



Aproveito aqui também para registrar a presença da ex-Senadora, hoje Prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini. Seja bem-vinda, Prefeita, à sessão solene que hoje celebra a Campanha da Fraternidade.

Vamos passar, agora, a palavra à Rev^a Sr^a Pr^a Romi Márcia, Secretária Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

A SR^a ROMI MÁRCIA BENCKE – Eu vou falar daqui, porque me sinto mais à vontade.

Em primeiro lugar, eu quero saudar nossa querida Senadora Fátima Bezerra por esta sessão solene; e saudar também D. Aparecido, Pe. Luís Fernando e meus demais companheiros e companheiras.

A dimensão do Evangelho que esta Campanha da Fraternidade de 2018 recupera é a perspectiva do amor, um amor que nos torna todos irmãos e irmãs. Isso é um mandato que nós recebemos do próprio Jesus Cristo, como bem já foi lembrado.

No entanto, eu gostaria de trazer alguns fatos da nossa realidade. O Brasil, apesar de ser um País religiosamente plural e apesar de ser um País que tem um número cada vez maior de pessoas que não professam tradição religiosa alguma, nós ainda somos um País majoritariamente cristão.

Alguns dados apontam que existe uma estimativa de que, a cada duas horas, surge uma nova igreja aqui no nosso País. Dados assim deveriam fazer com que o Brasil fosse um país com uma cultura de paz, porque, se nós temos uma maioria de pessoas que professam a fé em Jesus Cristo, automaticamente, deveríamos imaginar que a violência não poderia fazer parte da nossa realidade. No entanto, não é assim.

Casualmente, ontem à noite, assisti a um filme de um pastor norte-americano que conduzia uma igreja bastante grande nos Estados Unidos, que fazia a pregação da condenação dos que iriam para o inferno e dos que iriam para o paraíso. Para o inferno, iriam todas aquelas pessoas consideradas pecadoras: *gays*, ladrões, mulheres e assim por diante. Para o paraíso, iriam aquelas pessoas que, em tese, aparentemente seguiam um padrão moral considerado adequado para aquela igreja. Por várias razões, esse pastor passou por uma grande crise de fé e, nesse processo, fez uma grande descoberta: não existem pessoas condenadas e pessoas que vão para o paraíso, porque o amor de Deus é para todas as pessoas. Então, destinar alguém para o inferno já seria em si um ato de violência. Então, ele resolveu mudar o conteúdo de sua pregação. E, ao mudar, a igreja se esvazia, ele perde a igreja, porque a acusação que ele recebeu é a de que ele estava desvirtuando a mensagem do Evangelho. Esse filme me trouxe uma reflexão bastante interessante: na verdade, nós não queremos ouvir sobre o amor, nós queremos ouvir sobre a condenação.

A violência, na verdade, é o discurso, é a reflexão, é a prática que orientam cada um e cada uma de nós. É muito confortável condenar, é muito confortável, como já foi lembrado aqui, dividir a sociedade entre bons e ruins. Então, a pregação do amor é uma pregação relativa; a prática do amor, a ideia de que somos todos irmãos e irmãs aqui, no Brasil, não é uma prática presente. Só nesses últimos períodos, vimos o quanto a nossa realidade social, cultural, política e econômica no Brasil não se orienta pelo amor, mas pela condenação.

Já foi lembrado aqui da Vereadora Marielle e do Anderson. Eu me lembro do Pe. Amaro, no Pará, que está preso por argumentos dos mais absurdos possíveis. Eu me lembro da chacina de Pau D'Arco. Eu me lembro de toda a execração sofrida pela Presidenta Dilma. Independentemente de se concordar com o mandato que ela fez ou não, a execração pública que ela recebeu, como mulher, como ser humano, é um fato realmente vexatório do qual todos e todas



deveríamos nos envergonhar. Eu me lembro da prisão também do Presidente Lula. E outra vez eu digo que, independentemente de se concordar ou não com ele, o fato de uma pessoa que está presa ser limitada no receber visitas, inclusive do seu médico, é um atentado aos direitos humanos. E há a intolerância religiosa, mas também a violência religiosa, que tem sido cada vez mais praticada no nosso País, que é uma violência que se faz exatamente pelo discurso de que existem os bons e de que existem os maus, de que existe o inimigo que deve ser combatido ou demônio, a ser eliminado.

Nesse contexto, não surpreende que a democracia tenha sofrido um forte retrocesso, porque como é que nós vamos ter um País democrático quando a desigualdade impera, quando a violência é legitimada, quando a concentração de renda é naturalizada?

A Senadora Fátima falou que nós somos um dos países mais violentos no mundo, e a nossa violência tem vários níveis e também várias dimensões.

Primeiro, há a dimensão histórica. Historicamente, no nosso País, existe a cultura da negação do outro, a negação dos povos indígenas, a negação da população negra através do racismo, a negação das mulheres.

Por fim, há a violência que se externaliza, que é expressada através da negação das transformações das estruturas econômicas e sociais. Não aceitamos a distribuição de riquezas e também não aceitamos a remuneração justa pelo trabalho.

O terceiro, também, como já foi lembrado, é a educação. Para uma cultura de paz, necessariamente, é preciso um sistema de educação forte e universal, mas que tem sido ameaçado.

(Soa a campanha.)

A SR^a ROMI MÁRCIA BENCKE – E, por fim, há a cultura punitiva, que, automaticamente, também nos leva à cultura do linchamento. Esse linchamento tanto pode ser simbólico como pode ser físico.

E aí há os vários projetos que estão em curso no País, que automaticamente irão aumentar a violência. Como já foi lembrado, são a PEC dos gastos, o risco da privatização da água, da concentração agrária e da sempre de novo discussão da redução da maioria penal, as ameaças ao SUS e ao Estatuto de Desarmamento.

Há a cultura do estupro coletivo.

Tudo isso, na verdade, são questões que nos caracterizam como sociedade.

Nesse sentido, acho que a Campanha da Fraternidade deste ano é uma convocação para que nós nos repensemos como País, para que cada um e cada uma olhem para as responsabilidades que temos no fortalecimento das estruturas de violência.

Eu finalizo com um pequeno trecho de um livro que li e que diz assim: talvez uma das nossas tarefas atuais seja desenterrar os cacos de centenas e até milhares de anos de idade e usá-los nas próprias fundações de nossa existência e dos lugares que nos moldam, porque são exatamente esses fragmentos que constroem uma nova imagem da realidade e mudam a percepção das relações, lembrando-nos de nossa própria fragilidade. Então, nós temos a tarefa, o compromisso e o desafio de desenterrar os cacos que formam o nosso País. Que, nesse processo de desenterrar esses cacos, consigamos olhar para os vários processos históricos que têm nos transformado neste País que somos, um País que naturaliza, justifica e legitima a violência, porque tem uma dificuldade histórica de superar as suas estruturas de desigualdade.

Obrigada. *(Palmas.)*



A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aqui cumprimentar a Pastora Romi Márcia pelo pronunciamento que acaba de fazer, dando uma grande contribuição em termos de reflexão para o tema ora em debate.

Vamos agora convidar, para fazer uso da palavra, o Dr. Marcello Lavenère, advogado, que foi Presidente da OAB no período de 1991 a 1993.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE MACHADO – Ex^{ma} Sr^a Senadora Fátima, em cuja pessoa cumprimento todos os nossos participantes desta reunião, com os cumprimentos especiais ao D. Aparecido, que representa aqui a CNBB, a Igreja Católica, que, neste momento, neste ano, traz para a nossa reflexão e atuação um tema tão importante como é a Campanha da Fraternidade.

O tom dos discursos não nos leva a imaginar que estamos num bom momento para aqueles que defendem a paz, a fraternidade, o amor, o entendimento entre os homens. Talvez por isso mesmo é que é extremamente oportuna essa Campanha da Fraternidade. O nosso desejo, Senadora Fátima, D. Aparecido, seria que essa mensagem pudesse, por um dom do Espírito Santo, penetrar em cada coração de brasileiro e de brasileira, pudesse produzir uma mudança muito profunda de tal forma que o povo brasileiro pudesse voltar a ter um mínimo de unidade, um mínimo de tolerância, um mínimo de reconhecimento no outro, não como um inimigo, mesmo quando adversário político, mesmo quando não integrando a mesma categoria social e econômica, mas que não se tornem essas pessoas, assim diferentes, como inimigos.

O discurso, a manifestação da Senadora Fátima e, depois, o discurso da Pr^a Romi mostram a evidência de quantas chagas, de quantas mazelas nós estamos tendo que apontar no nosso País, atualmente. E lamentando que essas mazelas estejam, recentemente, crescendo cada vez mais, exponencialmente.

Isso nos leva à convicção de que o campeão da paz no mundo – que é o Santo Padre, o Papa – deve ser, a cada momento, lembrado quando diz que o teto, o trabalho e a terra são bens sem os quais não pode haver justiça, e, sem haver justiça, não pode haver paz. É ilusório, é absolutamente um sonho ou um pesadelo pensar que, em um País com a desigualdade que nós temos, com os preconceitos étnicos, raciais, de gênero, regionais que nós temos, nós vamos conseguir bons resultados na instauração de um país homogêneo, unido, fraterno, que se congrege, que se dá as mãos e que constrói esse objetivo tão perseguido que é a paz.

Portanto, lembrando a mensagem do Santo Padre, nós queremos dizer que, enquanto neste País não houver acesso à casa própria, ao teto; enquanto neste País nós convivemos com índices tão dramáticos e desumanos de desemprego e de subemprego; enquanto neste País o cidadão, o agricultor, o lavrador não tiver acesso à terra, nós estaremos mantendo uma cultura de desigualdade, que é a maior inimiga da paz e da fraternidade.

Portanto, a minha convicção e a mensagem que, neste momento, tenho a honra de passar, com a deferência de ter me sido dada a palavra, são cumprimentar a Senadora Fátima por essa iniciativa; cumprimentar a CNBB por essa iniciativa; e lembrar que, sem teto, trabalho e terra – portanto, com desigualdade –, nós não chegaremos a essa paz e a essa fraternidade tão desejada.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento aqui o Dr. Marcello Lavenère, que é, para nós, uma referência na luta em defesa da democracia, na luta em defesa da cidadania do povo brasileiro. Eu



o cumprimento pelo pronunciamento que V. S^a acaba de fazer, contribuindo – e muito – para a reflexão do tema da Campanha da Fraternidade de 2018.

Passo imediatamente a palavra à advogada e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Isabel Figueiredo. Logo em seguida, vamos passar imediatamente para os Parlamentares, cuja inscrição vai obedecer a ordem de chegada.

Com a palavra a Dr^a Isabel.

A SR^a ISABEL FIGUEIREDO – Obrigada, Senadora.

Bom, eu queria começar agradecendo o convite, saudando todos e dizendo, Senadora, que eu me sinto muito honrada de ter sido convidada para participar deste evento não só pela importância da pauta em si – que vem a calhar, no mínimo, pois estamos numa situação bastante séria no País –, mas também, hoje, por compor aqui uma Mesa com qualidade de gênero, algo muito raro de vermos aqui, no Congresso Nacional, e em outros órgãos públicos. Então, a gente tem sempre que deixar isso registrado quando se depara com esse tipo de situação.

Fiquei numa situação aqui um pouco infeliz de ser a última a falar depois de intervenções de oradores tão preparados e tão, de alguma forma, engajados nessa questão. Mas vou tentar, de alguma forma, colocar um tijolinho aí nessa construção.

Bom, eu trabalho já há muitos anos na área de segurança pública, e a minha fala vai ser mais focada na questão de criminalidade do que em outras formas de manifestação de violência, que, como foi bem dito pelo nosso Secretário Executivo da Campanha, se manifesta num rol bastante grande de vieses possíveis na nossa sociedade. Mas acho que vale a pena, embora a Senadora Fátima já tenha trazido alguns dados que são bastante relevantes, eu também separar algumas informações que acho que, de algum jeito, são legais para a gente organizar um discurso.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, há muitos anos, é o responsável extraoficial pela formulação de estatísticas nacionais de segurança pública no País – extraoficial porque um dos problemas de gestão da segurança pública que a gente tem no País é exatamente o desconhecimento e a ausência de bancos nacionais confiáveis com estatísticas criminais e também sobre o sistema penitenciário.

E o último anuário do Fórum, que foi lançado no ano passado, trazendo dados de 2016, traz um cenário por demais preocupante. A gente traz lá mais de 61 mil crimes violentos e letais intencionais e mais de 71 mil pessoas desaparecidas, que também é outro tema que a gente não olha tanto, mas que é fundamental olhar. Traz um dado também alarmante: o aumento do número de pessoas mortas em ações policiais, que passa de 4,2 mil pessoas naquele ano.

E não posso deixar de trazer para cá também um outro recorte bastante fundamental, que é o aumento no País do número de profissionais de segurança pública que estão sendo assassinados. No ano passado, a gente teve mais de 500 profissionais de segurança pública que foram assassinados. Este ano, só até abril – eu não tenho dados nacionais –, no Rio de Janeiro, já chegou a quase 50. No Estado de V. Ex^a, Senadora, 12 profissionais de segurança pública já foram assassinados neste ano, algo bem grave também. A gente, de alguma forma, tem que estar olhando muito para os nossos defensores de direitos humanos, que são, muitas vezes, executados pelo seu trabalho, mas tem que olhar também para esses profissionais de segurança pública, que estão lá na ponta e hoje, em alguns Estados, estão sendo dizimados em decorrência da ausência, como disse a Senadora, de uma política nacional de segurança pública.

Existe uma série de pesquisas – o Fórum participou de algumas – acerca da questão da percepção da violência e da criminalidade no País. Acho que alguns dados também merecem ser,



de alguma forma, ressaltados: 50% da população do Brasil acreditam que é forte ou razoável a possibilidade de existência de crime organizado na sua vizinhança; mais de 50 milhões de pessoas com mais de 16 anos conheceram pessoas que foram vítimas de homicídios; 40% dos homens do País também conheceram alguém que foi vítima de homicídio; mais de 5 milhões de pessoas no Brasil sofreram ferimentos por armas de fogo; e 16 milhões de pessoas chegaram a ser ameaçados de homicídios. O resultado disso tudo, fora o caos por si, é bastante sério. Ele vai trazer, por um lado, mudança no comportamento das pessoas, que deixam, de alguma forma, de frequentar ambientes, de sair em determinados horários, de exercer, de alguma forma, o seu direito à cidade e à devida convivência social e familiar.

A gente tem uma segunda consequência, que é uma consequência econômica grave. De acordo com uma estimativa um pouco mais conservadora do Daniel Cerqueira, um pesquisador do Ipea, o País hoje gasta o equivalente a 6% do seu PIB com questões de consequência da violência e da criminalidade. A gente tem pesquisas que levam esse percentual a 13,5% do PIB. É um valor bastante alto. A gente tem a indústria como um todo gastando muito do que ela poderia investir em pesquisa hoje na contratação de empresas de segurança, na questão de seguros e também repensando onde vai instalar suas bases produtoras. De acordo com índices de criminalidade, 30% dos empresários da indústria dizem claramente que levam isso em conta. Quer dizer, o próprio desenvolvimento econômico também se enrosca por conta da nossa questão de violência e criminalidade.

Mas há outro fator que hoje anda muito me preocupando, ainda mais em um ano eleitoral: a sensação de medo que perpassa o País faz com que a gente tenha um aumento de tendências autoritárias e conservadoras.

Então, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública fez uma pesquisa bastante importante, em conjunto com o Datafolha, que mostra que, em uma escala de 0 a 10, o índice de autoritarismo no Brasil está em 8,1. E o Ibope – que também, já há alguns anos, tem um índice para medir a questão do conservadorismo da sociedade brasileira – também aponta 0,68 em uma escala de 0 a 1. A do Ibope é interessante porque tem uma série histórica e vai mostrando o aumento desta tendência conservadora, que se traduz, em última instância, em duas questões que estão interligadas e que são muito fundamentais: a primeira, que o medo faz com que a gente passe a tolerar a redução de direitos, o que é muito sério; e, em um segundo momento, que corresponde também a essa primeira ideia, que faz com que a gente passe a tolerar a existência de um sistema de segurança pública violento e que, consequentemente, desrespeite direitos.

Eu acho que nos últimos anos temos visto alguns dados em alguns cenários que são dados que estão muito me preocupando. Vou trazer um caso particular, que é o caso do Estado de São Paulo, e que vem apresentando, ao longo dos anos, uma política consistente de redução de criminalidade violenta letal, do número de homicídios, mas não tem conseguido fazer a mesma coisa no que diz respeito à violência policial. Existem anos no Estado de São Paulo em que os mortos pela polícia do Estado chegam a mais de 15% do total de homicídios praticados naquele Estado, e a sociedade, cada vez mais com medo, acaba, de alguma forma, tolerando esse tipo de situação.

Eu acho que houve uma fala bastante importante do nosso Secretário Executivo no sentido de que acabamos focando muito em uma questão de repressão – que neste caso que estou dizendo vem ligado à redução e à violação de direitos –, deixando de lado o outro pé desta história, que é o pé da prevenção.



A Senadora foi muito feliz em sua fala com relação à questão da educação. O próprio Daniel Cerqueira – que eu já citei aqui, um pesquisador bastante importante do Ipea – tem uma pesquisa muito fundamental que mostra como o investimento, não só nas políticas de prevenção como um todo, mas particularmente na educação, é o caminho para que a gente, de alguma forma, melhore essa nossa situação de violência e criminalidade no País.

Mas, vejamos, quando eu estou falando de questões relacionadas à violência e à criminalidade, eu preciso de alguma forma ter um equilíbrio de ações. Eu não posso só pensar, embora deva pensar, em medidas que vão surtir efeitos no médio e longo prazos, como é o investimento em políticas sociais, em políticas de educação, etc. Eu preciso também, de alguma forma, conseguir imaginar respostas que sejam respostas imediatas, e acho que é aí, Senadora, que está o desafio – e eu poderia dizer da esquerda brasileira. Temos ainda alguma dificuldade em lidar com a questão da repressão qualificada: qual é a resposta imediata que nós podemos dar para um Estado que vai ter lá 15 mil homicídios por ano ...

(Soa a campanha.)

A SR^a ISABEL FIGUEIREDO – ... ou 6 mil homicídios por ano, seja o que for, dentro da legalidade?

E acho que essa é uma provocação que temos que nos colocar durante todo o tempo. Quer dizer, a Bancada ou a ideologia do tiro, porrada e bomba é um terror, ela só alimenta a violência, mas nós temos de alguma forma conseguir imaginar estratégias de melhoria de gestão, de planejamento operacional e de emprego das forças policiais para que tenhamos respostas a essa situação posta hoje, em que cerca de nove pessoas são assassinadas por hora em nosso País.

Bom, essa questão passa – e acho que é muito importante também que estejamos falando isso no Senado Federal – também por uma atuação parlamentar qualificada.

Eu fiquei muito feliz com os projetos que a senhora citou, mas tenho de dizer que eles, infelizmente, são exceção do ponto de vista da produção do Congresso Nacional no que diz respeito à segurança pública.

O Congresso Nacional...

(Interrupção do som.)

A SR^a ISABEL FIGUEIREDO – Bom, o Congresso Nacional, em última instância...

Achei que estavam bravos porque eu estava falando da produção no Congresso Nacional. *(Risos.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De maneira nenhuma. Esta campanha funciona para vocês e para os Senadores, e é chata pra medonho. *(Risos.)*

Mas jamais nós iríamos cortar a palavra quando a senhora...

A SR^a ISABEL FIGUEIREDO – Foi uma brincadeira.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... está fazendo um chamamento ao Congresso Nacional, ao Senado.

Com a palavra, Isabel.

A SR^a ISABEL FIGUEIREDO – O Congresso Nacional tradicionalmente responde às crises de segurança. Mas, primeiro, só às crises; não há um trabalho consistente na área de segurança pública. Segundo, a resposta normalmente se dá baseada num tripé que não só no País, mas internacionalmente já se tem mostrado ineficaz. Qual é esse tripé? Tipificação de novos



crimes, aumento de pena de crimes já existentes e endurecimento do cumprimento de regime das penas dos condenados. Isso é a resposta tradicional que o Congresso consegue fazer. E já temos um milhão de pesquisas, além da nossa vida real, mostrando que isso não funciona, que isso não soluciona, que há outras alternativas que são alternativas mais fundamentais.

Nesse sentido, é muito importante que retomemos, no Congresso e no Senado, a tramitação do Projeto de Lei do Susp, que é um projeto que traz a ideia muito bem-vinda de se discutir um Sistema Único de Segurança Pública neste momento. Já passamos da hora de aprovar uma legislação sobre esse tema.

Mas é um projeto que, infelizmente, foi feito no afogadilho, que tem uma sequência de problemas e que, de fato, não soluciona os piores, os principais problemas da área de segurança pública no que diz respeito à gestão, que é a inexistência de mecanismos claros de cooperação inter e intrafederativa, mas também de fonte de financiamento da segurança pública.

A ideia de impedir o contingenciamento da segurança pública é um passo fundamental que o Congresso vem dando, mas precisamos também, mais do que impedir o contingenciamento, garantir a existência orçamentária. Não é possível que os gestores, a cada ano, fiquem inseguros em relação à possibilidade de continuação das políticas públicas de segurança que estão sendo desenvolvidas.

No outro sentido, Senadora, acho fundamental também que o Congresso Nacional fortaleça a sua função atípica de fiscalização do Poder Executivo, no sentido de ter uma maior proximidade com o que vem sendo feito no âmbito dos Estados e particularmente da União em relação à segurança pública.

A partir da mudança de governo, nestes dois últimos anos, não houve, por exemplo – e vou dar um exemplo bem simples –, um único edital de convênios para a área de segurança pública publicado pelo Governo Federal. Foram feitos convênios só oriundos de emendas parlamentares. Nada contra as emendas parlamentares, mas me parece que não é o mecanismo mais democrático e, mais do que isso, mais efetivo do ponto de vista de gestão técnica, para que invistamos os recursos federais na área de segurança pública.

Bom, eu teria muito, muito a falar. É uma área que me empolga muito. Mas eu queria terminar dizendo que a ideia da campanha me parece fundamental. Eu me lembro muito da época da campanha do desarmamento e da participação fundamental das igrejas naquele processo. A gente que trabalha na área de segurança tem uma clareza muito grande do como esse ator é um ator que, de fato, tem uma capacidade de mudar coisas.

Então, nesse sentido, eu acho que a gente tem que estar claramente, primeiro, na briga pela manutenção do Estatuto do Desarmamento, que não pode, em nenhuma medida, ser mais flexibilizado do que já foi, e também na formação ideal...

(Soa a campanha.)

A SR^a ISABEL FIGUEIREDO – ... de que as pessoas comecem a perceber que ninguém está seguro enquanto alguém estiver inseguro.

Eu não sou católica – na verdade eu não tenho religião –, mas me parece que quando vocês trabalham com a ideia dos irmãos eu leio desse jeito; eu leio com uma ideia de que se o outro não está seguro, eu também não estou, ainda que me pareça que eu possa estar lá no meu condomínio ou lá no meu carro. Ninguém está seguro se alguém não está. E acho que bater nessa tecla em grandes campanhas é fundamental.

Obrigada, Senadora. *(Palmas.)*



A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olha, Isabel, quero agradecer a você pela contribuição, enfim, tão qualificada que você está trazendo aqui para o nosso debate. Você tem sido uma pessoa que tem se dedicado tanto ao tema da questão da segurança pública no nosso País. Por isso, é muito importante os dados aqui apresentados por você.

Nós vamos, agora, imediatamente, facultar a palavra aos Parlamentares, e, conforme eu já adiantei, vamos fazê-lo pela ordem de chegada.

O primeiro a chegar foi o Senador Garibaldi Filho, lá do nosso Estado, o Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Senadora Fátima, só para dizer que eu permutei com o Senador Elmano Férrer, que teve que se ausentar.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo, Senador.

Então, V.Ex^a será o segundo.

Senador Garibaldi Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Presidente, requerente desta sessão, a Sr^a Senadora Fátima Bezerra. Cumprimento o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Bispo auxiliar de Brasília, Revmo. Sr. D. José Aparecido Gonçalves de Almeida. Cumprimento o Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade, o Rev. Pe. Luís Fernando da Silva. Cumprimento a Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Sr^a Romi Márcia Bencke. Cumprimento o advogado e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcello Lavenère. Cumprimento a advogada e membra do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sr^a Isabel Figueiredo. Cumprimento o Dr. Gilberto Carvalho – mas acho que ele teve que se ausentar. Cumprimento a Prefeita Rosalba Ciarlini, do Município de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Cumprimento, também, os Senadores que aqui estão.

O Papa Francisco – como já foi dito aqui, mas eu quero enfatizar também –, ao dirigir-se ao povo brasileiro, no início da Quaresma deste ano, chamou a atenção para a Campanha da Fraternidade de 2018 e sua proposta de construção da paz com a força da fraternidade. Então, não é pelo fato de eu ser um dos últimos a falar – porque os últimos muitas vezes têm que repetir as coisas –, que se trata aqui de mera repetição, principalmente se tratando do Papa. O Papa afirmou então que: "A Campanha da Fraternidade de 2018 nos convida a reconhecer a violência em tantos âmbitos e manifestações, e, com confiança, fé e esperança, superá-la pelo caminho do amor visibilizado em Jesus [Cristo] Crucificado".

Percebeu bem o Papa Francisco o verdadeiro alcance da Campanha da Fraternidade de 2018, pois não se constrói a paz se não buscando a reconciliação, cujo alicerce e instrumento é a fraternidade.

E ainda seguindo a inspiração da mensagem do Papa aos brasileiros, não se cresce na reconciliação e na fraternidade como norma de vida se não se tem como fim a implantação da Justiça.

Essa tríplice dimensão, Sr^a Presidente, senhores membros dessa Mesa, senhor representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vem mesmo desde a origem da Campanha da Fraternidade, movimento anual adotado por toda a Igreja brasileira, sob o patrocínio da CNBB, campanha anualmente reiterada.



Permito-me relembrar, então, a iniciativa pioneira da Igreja do nosso Estado do Rio Grande do Norte, ainda em 1962, sob a liderança do então Bispo Auxiliar e Administrador Apostólico de Natal, D. Eugênio de Araújo Sales, depois Cardeal de São Salvador da Bahia, Primaz da Igreja Brasileira.

Dessas raízes, senhores membros da Mesa dirigente dos trabalhos, dessas raízes potiguaras e nordestinas, que em todos os sentidos e por todas as razões têm sede de paz, de reconciliação, fraternidade e justiça, creio haver brotado, há mais de cinquenta anos, o clamor de hoje: "Fraternidade e Superação da Violência", tema da Campanha deste ano.

A superação, Sr^a Presidente, da violência só se faz com a implantação da cultura da paz, advertiu o Papa. E onde buscar essa cultura, implantada pela raiz na vontade de todos e no sentimento de cada um, se não na fraternidade e seus valores? Daí haver dito o Papa ser preciso trilhar o caminho do amor visível no Crucificado. Esse caminho é assim visível porque é do mesmo Crucificado a afirmação incisiva e cheia de esperança, lema da Campanha da Fraternidade, como já foi dito aqui, de 2018: "Vós sois todos irmãos".

Sr^a Presidente, D. Aparício, nesta sessão, proposta pela Senadora Fátima Bezerra, permitam-me um breve olhar sobre o contexto em que Cristo fez essa constatação, assim tão direta quanto singela: "Vós sois todos irmãos".

Em suas constantes alterações contra as autoridades farisaicas de seu tempo, Jesus ensinava na oportunidade que ninguém deve submeter outrem por arbítrio próprio: "O maior dentre vós será aquele que serve", são as Suas palavras. Então, todos somos irmãos, verifica o Mestre, e somos irmãos não só por afeto, nem carinho, nem família; todos somos irmãos porque todos somos iguais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faço essas reflexões, autoridades presentes na mesa, vivendo – como foi dito aqui, já, por todos os que se pronunciaram antes de mim – os angustiantes tempos brasileiros atuais, com a violência nas ruas, nas relações domésticas, ofendendo pobres, indefesos, vulneráveis, e também agredindo, com visíveis propósitos autoritários, as mais preciosas instituições e os mais caros valores nacionais. O enfrentamento não pode ser com mais violência, porque – volto a lembrar as palavras do Papa aos brasileiros – é preciso instaurar a cultura da paz. Essa cultura se semeia no terreno fértil da fraternidade, com os apetrechos e as artes da Justiça.

O Brasil é atormentado pela desigualdade, pelo tratamento caprichoso de um em detrimento de outro, de poucos contra quase todos, sem qualquer outra razão a não ser a exploração, a ganância, a submissão de milhões por alguns. É preciso um pacto com força ética e social, mas também e especialmente pessoal.

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Começou a campanha. Ela é implacável.

Bem, Sr^a Presidente, vou finalizar.

O grande mérito da Campanha da Fraternidade é este sacudir interior, que deve ir ao chacoalhar – desculpe o termo – da alma, para que ninguém se cale e cada um tome consciência do que pode fazer.

Assim, podemos alimentar a esperança de conviver com a cultura da paz, que não é a mera ausência de violência, mas a convicção de que tudo quanto viole a justiça deve ser eliminado, no coração de cada um e no seio da sociedade.



Se, como profetizara já o Papa Paulo VI, o desenvolvimento é o nome da paz entre as nações, a justiça e a igualdade sejam o nome da paz entre os brasileiros, como diziam aqui todos os oradores, o nosso Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade, o Rev. Sr. Pe. Luís Fernando.

Senhoras e senhores, esta sessão deverá contribuir para que o Senado Federal possa continuar a trilhar o caminho já iniciado da votação de medidas que sejam capazes de arrefecer esse ímpeto da violência que tomou conta do nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero cumprimentar o Senador Garibaldi Filho, Senador da Bancada potiguar, pelo pronunciamento que acaba de fazer. E quero agradecer mais uma vez, Senador Garibaldi Alves Filho, a sua presença aqui, na sessão solene.

E passo agora, imediatamente, a palavra a outro integrante da Bancada potiguar, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Fátima Bezerra; Rev^{mo} D. Aparecido, Secretário-Geral da CNBB e Bispo Auxiliar de Brasília; Rev^{mo} Pe. Luís Fernando da Silva, Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade; Rev^a Sr^a Pr^a Romi Márcia Bencke; Dr. Marcello Lavenère Machado, ex-Presidente da OAB; Dr^a Isabel Figueiredo, advogada e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; senhores convidados, Sr^a Prefeita de Mossoró, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores.

D. Aparecido, eu quero voltar um pouco no tempo, à década de 60, para rememorar uma figura que talvez o senhor tenha conhecido bem, porque foi uma figura admirada pelo Brasil inteiro.

Eu estou me referindo a D. Eugênio Sales. Ele foi bispo auxiliar e foi bispo de Natal.

No ano de 62, Dr^a Isabel, D. Eugênio, que foi um grande potiguar e um grande brasileiro, iniciou uma coisa chamada Movimento de Natal, que foi precursor da Campanha da Fraternidade.

Ele evoluiu da Igreja pastora de almas para pastora de corpos e desenvolveu ações efetivas, mobilizando paróquias, para que as paróquias fizessem trabalhos que variavam de reunião para reunião. Às vezes, o tema era água; outras vezes, era educação; outras vezes, era fome; outras vezes, era família... Agora, é segurança.

Aquilo que o Movimento de Natal fez em 1962/64, criando inclusive a Rede Rural de Rádios de Comunicação, para a mobilização da sociedade cristã, – ele se antecipou em muito no tempo, D. Eugênio Sales – transformou-se, no Brasil inteiro, num belíssimo movimento cristão chamado Campanha da Fraternidade, que tem a função precípua de mobilizar os cristãos, via paróquias, em torno de temas como o que agora nos leva a esta sessão, que é o tema da segurança, que é uma coisa que aflige o Brasil inteiro.

Outro dia eu vi uma pesquisa de opinião, D. Aparecido, em que se perguntava aos brasileiros qual era o maior problema, o que é que mais os afligia: se era desemprego, se era saúde, se era educação, se era segurança... E esperava-se que fosse desemprego ou que fosse saúde, e uma resposta que me impactou foi a de um cidadão que disse – e acho que ele falava por milhões: "Meu maior problema é segurança, porque emprego eu até tenho e, se não tivesse, eu sobreviveria. Agora, segurança me leva ao medo de sair de casa, porque eu posso ser assassinado." Esse é o sentimento dominante na sociedade brasileira.



Na minha cidade de Natal, que é hoje, num *ranking* mundial, uma das mais violentas do mundo, as pessoas têm medo de sair à noite de casa. Estão deixando de frequentar lugares públicos.

Eu fui em janeiro à Procissão da Redinha, mais uma vez – porque já fui a várias, enormes procissões. A deste ano foi uma procissão pequena. Por quê? Porque as pessoas, mesmo à tarde, tinham medo de se aglomerarem e, mesmo em aglomeração, terem as suas vidas arriscadas.

Então, é uma questão absolutamente fulcral para a sociedade brasileira.

Rev^a Pr^a Romi, a questão que hoje congrega a Campanha da Fraternidade, a questão da segurança, mobilizando as paróquias e, pelo púlpito, os padres, mobilizando as pessoas a se juntarem em nome da fraternidade, pela paz, pela segurança, contra a violência, é uma coisa admirável e é o que me faz vir aqui para agradecer, agradecer à Igreja Católica.

Eu sou católico, católico praticante, sou adepto da Igreja Católica, fiz curso primário – e sou do tempo de ginásio – no Colégio Marista. Fiz escola em colégios católicos, meus netos estudam em colégio católico, e acho que a Campanha da Fraternidade é uma das coisas mais meritórias.

Mas não é importante apenas isso, porque, mais do que cidadão, eu sou Senador. E eu tenho obrigação de fazer alguma coisa. E venho prestar contas, aqui, aos senhores, sobre dois projetos importantes, meus, que estão em tramitação.

É claro que o objetivo geral da Campanha da Fraternidade é construir a fraternidade promovendo a cultura da paz, da reconciliação e da justiça, à luz da palavra de Deus, como caminho de superação da violência.

Isso é importante, mas é importante e muito importante você fazer projeto como o PLS 309, de 2016, um projeto, permitam-me dizer, que é de minha autoria, que determina que o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), que existe, que recebe dinheiro todo ano, seja gerido por um conselho gestor e que seus recursos possam ser aplicados, sem objeto de contingenciamento, em ações de combate a situações de calamidade por grave perturbação da ordem social.

Decretada a situação de calamidade por gravíssima perturbação da ordem social, como ocorreu recentemente no Rio Grande do Norte, o governador do Estado ou os governadores dos Estados farão uma solicitação específica, e os recursos obrigatoriamente serão liberados, com a máxima urgência, de forma restaurar a paz social.

Ou seja, um fundo que já existe, por esse projeto de lei, automatizado na sua liberação, para atender, claro, à consequência de um problema. Mas, de qualquer maneira, é um instrumento financeiro de ação.

E esse projeto se encontra em tramitação. Ele está avançando e é muito provável que seja aprovado. É uma iniciativa parlamentar que eu tomei e da qual presto contas a V. Ex^{as}, V. Rev^{mas}, na manhã desta sessão de homenagem e de reconhecimento ao trabalho da Igreja, da Campanha da Fraternidade.

Um outro projeto: combate às drogas – o PLS 304, de 2016.

Todos nós sabemos que a droga está na raiz da geração de assassinato de menores, de conflito de crianças, muitas vezes crianças.

A droga é o mal do século, e esse meu projeto torna obrigatório o repasse mínimo pela União de 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), para financiar o combate à produção, ao comércio e ao uso de drogas em programas realizados pelos Municípios, porque é no Município onde reside o problema. Eu não tenho guerra de traficante de droga em Natal, ou em Florianópolis, ou no Rio de Janeiro; eu tenho é em Caicó, eu tenho é em Santana do Seridó. Nos



menores Municípios existe guerra de traficante. E quando está estabelecida a guerra de traficante, há morte de menor contra menor ou de maior contra menor.

Portanto, esse projeto leva os recursos ou descentraliza os recursos para os Municípios, onde reside o problema. Os recursos do Funad têm ficado concentrados em ações da União, enquanto o problema das drogas precisa receber...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... atenção conjunta e coordenada de todas as unidades da Federação, em especial dos Municípios.

O repasse ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e a divisão dos recursos entre as cidades será realizada segundo os mesmos critérios utilizados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A descentralização é a forma mais eficaz de garantir que as ações cheguem efetivamente ao cidadão.

Eu presto contas dessas ações a autoridades da Campanha da Fraternidade, a padres, a bispos, a educadores, a advogados, para que os senhores saibam que existe essa ação também no Congresso Nacional e que nós temos, claro, que somar as nossas ações, em benefício do combate a um mal que está destruindo o nosso País, que é a falta de segurança.

Sejam, portanto, todos muito bem-vindos.

Muito obrigado pela colaboração que dão nas suas tarefas, cada qual no seu nicho de atividade. E posso dizer que o Congresso Nacional os reconhece e estabelece, com...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. *Fora do microfone.*) – ... V. S^{as}, uma sadia parceria. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero cumprimentar o Senador José Agripino pelo pronunciamento que acaba de fazer.

E passo agora a palavra, imediatamente, para a Senadora Regina Sousa.

Em seguida, o Senador Hélio José e, depois, o Senador Paim.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, senhores convidados, quero cumprimentar o Secretário-Geral da CNBB, D. Aparecido; o Coordenador Executivo das Campanhas da Fraternidade, Pe. Luís; a Pr^a Romi Márcia, do Conic – obrigada –; o Dr. Marcello Lavenère, meu quase conterrâneo, porque a filha dele é muito minha amiga lá no Piauí, defensora pública, foi chefe da Defesa Civil; e a Sr^a Isabel Figueiredo, que é advogada do Fórum de Segurança Pública.

Eu não vou fazer o discurso que iria fazer, mas preciso pelo menos fazer uma fala. Vou fazer o discurso à tarde, completo.

Eu queria parabenizar a CNBB pela escolha dos temas. Ultimamente têm sido temas muito relevantes aqui, muito atuais. A partir dos textos do Papa Francisco, a gente tem tido muito subsídio para fazer o debate, inclusive nesta Casa e em outros espaços.

Agora, eu entendo que não se deve falar em violência, no singular, mas temos que falar em violências, puxando todos os esses possíveis – violências –, porque, senão, a proposição que está



tramitando aqui vai canalizar para o conceito de segurança pública como aparato para fazer a defesa das cidades nos Estados.

Então, nenhum plano vai contemplar, vai resolver a questão da segurança, se ele se voltar... É claro que é necessário. Precisa-se do aparato, precisa-se de mais policiais, precisa-se melhorar o salário, precisa-se dar condição de trabalho para eles, mas esse não pode ser o único foco, senão a gente vai perder muito, e não vai haver políticas públicas para combater a verdadeira violência, de que vou tratar.

Eu acho que a gente precisa lembrar, nesse plano, todas as formas de violência, para poder canalizar para essas políticas, porque o que a gente vê é que no orçamento se coloca o aparato, mas não se colocam as políticas. Você vê os orçamentos das Secretarias que tratam do social... São orçamentos vergonhosos.

Então, eu acho que a gente tem que se lembrar de todas as violências, a começar pela institucional, do Estado, que extermina a juventude negra; que não vê, não quer enxergar 300 mil pessoas em situação de rua, que não têm endereço e que, por isso, não são nem contadas. A gente diz 300 mil pela boa vontade do Pe. Júlio Lancellotti, lá em São Paulo, pelo Pe. João Paulo, lá no Piauí, que fazem essas contagens nas pastorais, da população em situação de rua.

O Estado não ouve aquelas mães de maio lá de São Paulo, que estão lá há muito tempo, querendo só expressar a sua dor – dor indizível – de não poder enterrar seus filhos. Ninguém faz nada por aquelas mulheres. Já tive audiência lá, em São Paulo, levei com o Paulo Teixeira ao promotor, mas não andou muita coisa. Então, se a gente não olhar para todo esse pessoal...

A própria instituição não dá segurança aos seus policiais, porque todo dia morre policial também, morto pelas milícias e por outras coisas.

Ele permite os autos de resistência como uma licença para matar. Tem que acabar isso. Não é possível. Auto de resistência é uma licença para matar, principalmente naquilo que está acontecendo lá em São Paulo.

Ele tolera o trabalho escravo, pois não há política de combate ao tráfico. Na verdade, parece que o Estado brasileiro nem quer ver a cara do tráfico, porque vai buscar só no morro, e ele pode estar no asfalto. O Estado só vai buscar no nosso. Em vez de vigiar a fronteira, faz intervenção no Rio de Janeiro, sendo que o Exército nem foi treinado para isso.

Eu queria falar dessas violências estatais, do Estado mesmo, que prende, que julga, que condena – é o contrário: investiga, condena, julga e prende – por convicção. É o novo ordenamento jurídico, literatura jurídica: por fatos indeterminados. É só olhar os processos que estão rolando aí da Lava Jato, uma boa parte deles é assim, como o do Presidente Lula, por exemplo: por convicção. Então, é um novo ordenamento jurídico que está se instalando neste País. Então, que se escreva na Constituição. Senão, nós vamos ter uma Constituição de Curitiba.

Ele cria leis que retiram direitos, como a reforma trabalhista que retirou direito, que está ameaçando de desemprego, pois já gerou uma massa de desempregados imensa.

Há a violência contra a mulher, contra os negros, contra as religiões, principalmente de matriz africana, contra a população LGBT e contra os povos indígenas. Nós tivemos debates nesse mês de abril. É uma pena, pois eles têm que comprovar que são donos da terra, porque aparece alguém com um pedaço de papel obtido num cartório, sabe-se lá a troco do quê, e aí eles não são donos. Eles dizem assim: "Como que índio não é dono da terra, se tataravô de índio nasceu lá, de bisavô de índio nasceu lá, se avô de índio nasceu lá, se pai de índio nasceu lá, se índio nasceu lá e



tem 40 anos? Como não ser dono da terra?" Mas há sempre alguém para proteger quem chegou com um pedaço de papel dizendo que é dono.

Eu acho que se a gente não se voltar para essas violências...

E há o relatório da CPT, que é também gritante, porque a violência cresceu bastante no campo, com chacinas. Pelo relatório da CPT, essa violência no campo cresceu 105% de 2013 para cá, com 70 execuções em 2017. Isso é uma guerra! Eu vou simbolizar essa violência no campo com o assassinato do líder Nazildo dos Santos agora, em abril, do Quilombo Turê III. Estiveram aqui comigo aqui representantes, na quinta-feira, para denunciar, porque não confiam mais no aparato de segurança de lá, pois eles acham que protege os empresários. Há uma empresa que está poluindo os rios, que está plantando palma para produzir dendê, que invadem a terra quilombola. Quando eles denunciam, eles são assassinados. Eu vi o vídeo de outro, depois da morte do Nazildo, que está todo ensanguentado narrando que atiraram no carro dele. Ele se salvou, porque conseguiu descer e se arrastar.

Se a gente não levar em conta essas coisas, não há plano de segurança que resolva, não adianta SUSP cheio de dinheiro se for só para o aparato policial, porque mais mortes vão acontecer.

Eu vou parar por aqui – depois, eu faço o discurso completo –, porque eu sei que o horário está ruim para vocês e para nós também, que temos que voltar daqui a pouco para a sessão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Senadora Regina e a parabenizo pela reflexão importante que acaba de fazer. Sem dúvida nenhuma, Senadora Regina, ela enriquece – e muito – o debate feito nesta manhã, início da tarde de hoje, sem prejuízo do discurso que V. Ex^a fará mais tarde.

Imediatamente, passo a palavra para o Senador Hélio José, de Brasília.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar todos os nossos ouvintes da TV e Rádio Senado; cumprimentar a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na pessoa do nosso nobre D. Aparecido, que tem andado muito por Brasília e conhece a realidade da nossa cidade; cumprimentar também D. Sergio, embora saiba que ele está em Roma; cumprimentar D. Marcony, D. Leonardo e D. Valdir, todos da CNBB, do Distrito Federal, da cúpula da Arquidiocese de Brasília; e cumprimentar o nosso nobre Pe. Luís Fernando da Silva, que está na coordenação executiva desta importante Campanha da Fraternidade deste ano. Eu não poderia deixar, de forma nenhuma, de me pronunciar aqui. Embora com milhares de afazeres, de reuniões, coisa e tal, estou aqui desde o início, porque sei da importância desta sessão. Cumprimento V. Ex^a, Senadora Fátima Bezerra, por esta iniciativa que, de pronto, também subscrevemos e apoiamos. Cumprimento a nossa querida Rev^a Pr^a Romi Márcia Bencke. Eu acho que a unidade das Igrejas Cristãs é fundamental, e a presença da senhora aqui reforça essa unidade. Nós estamos aqui para defender a família, a vida, o meio ambiente, para defender uma situação fraterna e humana de vida. Então, a unidade das Igrejas Cristãs é importante demais, e a sua presença aqui representa isso. Meu nobre Marcello Lavenère, da OAB, advogado, símbolo da luta pelos direitos humanos, meus cumprimentos. Senhora advogada e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Isabel Figueiredo, meus cumprimentos também.



Mais uma vez, como fazemos todos os anos, reunimo-nos em sessão especial para celebrar a Campanha da Fraternidade, lançada pela Igreja Católica e organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Campanha da Fraternidade constitui sempre um convite a que nós brasileiros façamos uma reflexão em favor de um mundo melhor, mais justo e mais solidário, e a que transformemos a reflexão em ações concretas.

Sempre muito apropriado para o momento, o tema da Campanha deste ano põe em realce a violência que causou ao País 61 mil homicídios, somente no ano passado, o que é um absurdo. Eu acho esse tema muito atual, como foi o tema do ano passado. Então, não podemos deixar de cumprimentar a CNBB pela oportunidade de trazer esse tema ao debate.

Isso é num país em que a falência do sistema prisional está à vista de todos; em que a maior parte das penitenciárias é dominada pelo crime organizado; em que o cidadão sai de manhã para trabalhar, mas não tem certeza se volta vivo para casa à noite lamentavelmente; num país cuja antiga capital, o Rio de Janeiro, está sob intervenção federal do Exército – Rio de Janeiro, onde policiais militares vêm sendo executados como moscas (foram 137 no ano passado e 36 somente este ano); Rio de Janeiro, onde, há pouco, se cometeu um crime político da maior gravidade e significado, que foi a execução de Marielle Franco, uma vereadora, uma representante do povo, homicídio de autoria ainda não identificada.

E, assim como no Rio, em muitas outras cidades do Brasil, a violência se alastra. Em Brasília, não é diferente. Em Brasília, o povo está com medo, está preocupado. Em especial no Nordeste, em capitais como Fortaleza, Natal e Maceió, a área da segurança pública encontra-se fora do controle das autoridades.

Sr^a Presidente, o tema da campanha em 2018, oportuno, como eu disse, é: "Fraternidade e Superação da Violência". O eixo que eu gostaria de dar a esse tema resume-se na indagação: como tomar as medidas necessárias para combater a violência no Brasil – muitas vezes, medidas que não são claras, que não são duras – sem perder o sentido da fraternidade e garantir o respeito aos direitos humanos? Formulada de maneira alternativa: como conseguir trazer paz e segurança para a população sem que haja o embrutecimento dos agentes públicos e da sociedade? Eu não tenho resposta detalhada a dar para essas perguntas, Sr^a Presidente, senhoras e senhores ouvintes aqui, mas podemos refletir sobre a necessidade de ações.

Há mais três ou quatro páginas aqui, mas eu vou fazer uma fala aqui de improviso e depois vou para os três últimos parágrafos.

Da minha parte, como Parlamentar, como Senador da República, titular de mandato do Distrito Federal, eu não tenho dúvida de que o mais importante é fazer a ação de cada um.

A CNBB recomenda para este ano: não vote em ficha-suja, não vote em corrupto, não vote em pessoas que façam malversação do dinheiro público. Parabenizo a CNBB por essa posição e todos que se congratulam com essa posição. Eu acho que é momento de reflexão e é momento de votar, realmente, em pessoas com ficha limpa, que tenham experiência, que tenham, realmente, trabalho prestado, que demonstraram que não fazem malversação das verbas públicas e que nem utilizaram do desvio de conduta para fazer suas oportunidades.

Da minha parte, nesta Casa, recomendado pela CNBB, votei e fiz todo o trabalho contra a reforma trabalhista, porque ela aumenta a violência e o desemprego no Brasil inteiro. Por isso, perdi meus postos no Governo, mas não perdi minha dignidade, a vergonha na cara e o dever



cívico de representar o nosso povo com a presteza que é necessária para cada político que aqui o representa.

Sou das comunidades eclesiais, faço parte do Encontro de Casais com Cristo, do Encontro Ágape e do Encontro Matrimonial Mundial. Acho que a CNBB, meu nome Padre, deveria estar mais presente nesta Casa, principalmente com seus atores, seus parceiros e amigos que tem aqui nesta Casa. Lamentavelmente, nos meus quatro anos de mandato, eu tenho sido muito pouco utilizado por esta importante entidade, a CNBB, tanto quanto pelo Conic também, minha nobre Reverenda, porque nós que somos cristãos, que praticamos a fé e que fazemos as coisas aqui de forma adequada deveríamos estar ajudando mais a família, a vida, o meio ambiente, as coisas adequadas.

Da minha parte, também atendendo à CNBB, fui Relator da CPI da Previdência, provei por "a", "b", "c" e "d" que este Governo mente com relação às propostas da Previdência, mente com relação a dizer que servidor público é um privilegiado, mente para a população brasileira para agradar banqueiro, para agradar os não pagadores da Previdência Social, os da JBS, os da Rede Globo, os inimigos da população brasileira, que se locupletam e se bastam com presentes e mais presentes de Refis e outras formas para não pagar imposto e querer sacrificar a população pobre e carente de nosso País.

Por isso, creio que é importante uma participação mais efetiva da CNBB e das entidades representativas da cristandade aqui, nesta Casa, para que tenhamos realmente uma posição mais adequada.

As eleições se aproximam, D. Aparecido. É importante que nós da CNBB e das igrejas cristãs nos organizemos para, de fato, trazer Parlamentares sérios e honestos para a Câmara Federal, para o Senado Federal, para a Câmara Legislativa, para as Assembleias Legislativas, para os governos dos Estados e para a Presidência da República, porque o povo brasileiro não pode ficar sendo vítima dos maus políticos e de atitudes indevidas.

Quando fui o Vice-Presidente da Comissão da Medida Provisória 759, fizemos a Lei 13.465, a lei que garante a regularização fundiária, o direito à terra, de quem nela vive e de quem nela trabalha. Precisamos de uma atuação mais dura da CNBB, que é vítima aqui no Distrito Federal em relação a uma série de templos que até hoje não foram regularizados...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... por termos um Governo incompetente, que não tem realmente diálogo com a sociedade de Brasília. Mais de 1,5 milhão de pessoas vivem em condomínios, e há igrejas que são derrubadas e perseguidas, e há condomínios que são derrubados e perseguidos, enquanto há uma lei nacional aprovada que garante formas de fazer a regularização fundiária, para dar uma cidadania a quem merece ter cidadania, que é o povo brasileiro que mora neste País imenso, maravilhoso, que tem condição de ter uma vida digna. Então, o nosso trabalho nós estamos fazendo.

Eu parabenizo a CNBB pela posição, parabenizo o Conic, parabenizo o Brasil que nos ouve.

Eu quero deixar claro que o meu mandato, como servidor público concursado, como uma pessoa que está aqui não para fazer política como político profissional, mas para defender a população brasileira, está, continua e continuará em função da família, em função da vida, em função do meio ambiente, da fraternidade e da humanidade.

(Interrupção do som.)



O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado.

Um forte abraço, Padre, um forte abraço D. Aparecido, minha querida Fátima Bezerra, minha colega, Rev^a Bencke...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Márcia – Romi Márcia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Rev^a Márcia, Lavenère e a nossa nobre jurista aqui, um forte abraço a todos.

Que a lute continue, sem dúvida nenhuma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aqui cumprimentar o Senador Hélio José pelo pronunciamento que acaba de fazer, aqui trazendo toda a sua indignação, diante destes tempos de violência que nós estamos vivendo, de tanta violência aos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Quero imediatamente chamar o Senador Paulo Paim.

Obrigada pela presença, Senador Hélio José.

Chamo agora, imediatamente, o Senador Paulo Paim.

Registro a presença de Thiago Alves, que aqui representa o Movimento dos Atingidos por Barragens. Obrigada, Thiago, pela presença.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Fátima Bezerra, primeira signatária desta sessão tão importante que trata da CNBB, que mais uma vez está com uma Campanha da Fraternidade apontando para o nosso País que essa violência é insuportável. Não podemos continuar assim.

Quero cumprimentar o Rev^{mo} Sr. D. José Aparecido Gonçalves de Almeida, representante da CNBB; o Coordenador Executivo da Campanha da Fraternidade, Rev. Pe. Luis Fernando da Silva; a Secretária-Geral do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, Rev^a Sr^a Pr^a Romi Márcia Bencke; o advogado e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, conhecido de todos nós, Marcello Lavenère; e a advogada e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sr^a Isabel Figueiredo.

Olha, a esta altura do campeonato, todos com fome, estão aqui desde as 9h da manhã, mas tiveram de esperar a sessão iniciar às 11h. Eu estava presidindo a outra sessão. Terminei lá e pude vir para cá.

Eu só queria dizer rapidamente – não vou usar o tempo do meu pronunciamento e vou tentar falar em cinco minutos – que a CNBB tem uma história, uma história, de fato, fraternal, carinhosa, respeitosa, eu diria até ecumênica com todo o povo brasileiro.

A CNBB esteve nos momentos mais difíceis aqui. Por exemplo, eu queria muito aprovar o Estatuto do Idoso: a CNBB fez a Campanha da Fraternidade vinculada ao idoso, e aprovamos naquele ano. Eu queria muito aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência: a CNBB veio aqui, visitou a Presidência da Casa, e aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu queria muito aprovar o Estatuto da Igualdade Racial: a CNBB esteve junto, parceira, movimentando, combatendo todo o tipo de preconceito, e hoje é uma realidade. Nós queríamos muito aprovar – e eu fui Relator – o Estatuto da Juventude: a CNBB, mais uma vez, esteve junto conosco, e o estatuto é lei, é uma realidade.



Agora, nós estamos vivendo um momento de total intolerância, de ódio, de desrespeito, de agressão. Hoje é proibido pensar diferente. Hoje eu vejo como alguns tratam inclusive migrantes e imigrantes. Não importa se vêm de outro País. Se mudou de Estado, já há uma intolerância. Eu não consigo entender, no mundo da própria política: por ser de partido diferente, é ódio. É como se fossem inimigos de morte, quando a democracia é isto: o direito de cada um pensar diferente e defender os seus pontos de vista.

Eu digo sempre, de forma até repetitiva: quem pensa que é dono da verdade não entendeu nada da vida. Eu fico com a ingenuidade das crianças, como diz a canção, e me considero um eterno aprendiz – não é, meu amigo Moura, de tantas jornadas, de lutas?

Agora, o que estamos vendo hoje: violência contra criança e adolescente; violência contra sindicalista; violência que bota um Presidente da República na cadeia sem respeitar sequer os prazos – isso é inquestionável, e não respeitaram sequer os prazos –; violência, nós que aqui trabalhamos na CPI de jovens assassinados e vimos, em que a cada dez jovens, oito são negros covardemente assassinados.

Eu vi hoje pela manhã e confesso que fiquei indignado: numa escola em Goiás, uns cinco, seis, sete meninos batendo num menino sentado na cadeira, e ele só fazia assim com as mãos. Estou ligando para Goiás. Vou chamar uma audiência pública para discutir a violência dentro das escolas.

A violência no Rio de Janeiro é um símbolo, mas a violência está em todo o País. As facções mandam neste País. A que ponto nós chegamos?

Por isso quero só cumprimentar a CNBB pela iniciativa brilhante para que a gente possa, repito, de forma ecumênica, suprapartidária, caminhar neste País para um projeto de Nação, com a solidariedade entre todos, e não permitir o que está acontecendo hoje na nossa querida Pátria.

Eu vinha, agora de manhã, discutindo concentração de renda no Brasil, na Comissão de Direitos Humanos. E quando me dizem lá que seis pessoas mandam em mais de 51% deste País... Seis pessoas, seis pessoas! Vi lá também uma cidadã que diz que vive com R\$47,00. Quando eu li, eu pensei, claro, que fosse por dia, não é? Porque não dá, não é? Mas é por mês: R\$47,00 por mês! A que ponto nós chegamos? O Brasil dispara como sendo o País com a maior concentração de renda do mundo. Isso tudo é uma violência que faz com que nós tenhamos que aprofundar o debate.

Vejo jovens e adultos sendo assassinados. Vejo policiais sendo assassinados, porque acham... E agora inventaram aí que direitos humanos não olham para o policial. Claro que olham, com a mesma preocupação. São seres humanos, como aquele outro que foi vítima, enfim, de um assalto ou não. Mas quantos policiais? Dizia-me o Moura que só este ano mais de 40 foram assassinados. Onde estamos?

E por isso a CNBB, com esse olhar cristão, de fazer o bem sem olhar a quem, de se colocar no lugar do outro, vem no momento certo e adequado.

Eu estou preocupado com a nossa frágil democracia. Venho andando por este País, e vejo alguns me perguntando: "Mas vai haver eleição mesmo, Paim?". Eu quero mais que cada um indique o seu candidato, cada partido, e deixe o povo decidir. Não estou preocupado com esse ou aquele nome. O povo que decida quem vai ser o futuro Presidente da República. Que o povo decida quem vai ser o novo Congresso. Que o povo decida quem vão ser os Governadores, os Deputados Estaduais.



Eu sou daqueles que dizem que com a democracia, tudo; sem a democracia, nada. A democracia é o melhor sistema que se inventou no mundo. Não há um sistema melhor que a democracia, inclusive para combater a violência.

Eu nasci em 1950. Com 14 anos, eu era afastado da presidência de um ginásio noturno porque defendia a democracia, a liberdade e o direito de ir e vir. Com 15, eu era afastado dum outro colégio noturno, porque virei presidente de novo. Aí, com 16, me mandaram para outro, e eu desisti! Desisti e fui para as fábricas e, claro, não deixei de procurar estudar o mínimo que eu pudesse.

Mas isto tudo me preocupa: esse leque da violência, da intolerância. Como é que alguém pode ser morto, covardemente, por sua orientação sexual, por exemplo? Também isso. Mas o que é isso? Concordar, discordar, é um direito de cada um.

Agora, bater, assassinar as pessoas? Ou por religião diferente, seja de matriz africana, seja católica – e eu sou católico, todo mundo sabe, e nunca escondi a minha posição –, seja evangélica. Fui até conselheiro da CNBB lá no meu Estado. Estive aqui diversas vezes na CNBB.

Enfim, termino, pois já falei demais, só dizendo: vida longa à CNBB! Que ela avance nessa linha! Não é minha esta frase, mas termino com esta; ela é do Mestre lá de cima: "Fazendo o bem sem olhar a quem".

Termino, dizendo uma frase de que gosto muito: "Que bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a você", na linha de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e da própria humanidade.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gostaria de agradecer ao Senador Paim, que também subscreve o nosso requerimento. Ele é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e, desde o início, também se empenhou na realização desta sessão solene.

Em face do adiantado da hora, consultaria aqui os nossos convidados se poderíamos agora já partir para o encerramento da presente sessão.

Quero pedir, neste momento, que a assessoria aqui faça divulgar um vídeo, Rev. Luís Fernando, da Campanha da Fraternidade, para, em seguida, encerrarmos a nossa presente sessão solene.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós vamos agora partir para a conclusão aqui dos nossos trabalhos, mas, antes, muito rapidamente, quero parabenizá-lo aqui, Pe. Luís Fernando, pelo vídeo da Campanha da Fraternidade. Esse vídeo fala por si só. O vídeo é o retrato daquilo que temos dito: que o combate à violência não passa apenas pelos investimentos na chamada segurança pública. São fundamentais os investimentos nas áreas sociais, inclusive no campo da educação. É fundamental, por exemplo, desenvolvermos a cultura da paz, promovendo os valores da solidariedade, da tolerância, do respeito às diferenças.



Quero aqui, do fundo do meu coração, em nome da Presidência do Senado e de todos os que subscreveram o presente requerimento, agradecer a presença de cada um e de cada uma das senhoras, de Isabel, que traz aqui a voz da sociedade civil, como integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; do Dr. Marcello Lavenère, com toda sua trajetória de luta em defesa da cidadania do povo brasileiro, em defesa da democracia; da Pr^a Romi, que aqui fez uma fala muito bonita, convidando-nos a fazer uma reflexão do ponto de vista de pensar as violências em curso hoje no nosso País; do Pe. Luís Fernando, que é o coordenador da Campanha Nacional da Fraternidade; e do nosso D. José Aparecido, Bispo Auxiliar de Brasília, bem como Secretário-Geral da CNBB.

Eu espero, D. Aparecido, que momentos como este contribuam para fazer com que o Congresso brasileiro se dê conta do tamanho da responsabilidade que tem em suas mãos; que se dê conta no sentido de que cabe a nós apontar saídas do ponto de vista legislativo. E, em se tratando de um tema como este, a questão da segurança pública, um tema tão desafiador e ao mesmo tempo de uma complexidade tão grande, é preciso que o Congresso Nacional se dê conta dessa responsabilidade, do quanto exige, antes de mais nada, um debate aprofundado, um debate em que escutemos os diversos segmentos da sociedade como um todo, e não apenas só as instituições, o chamado Poder Público, para que, ao final, o Congresso Nacional possa apontar saídas legislativas que venham contribuir e não atrapalhar, e não piorar cada vez mais o quadro de violência que toma conta do nosso País.

Por isso que hoje dizíamos aqui da necessidade de iniciativas legislativas importantes, de proibir contingenciamento de recursos, de proibir contingenciamento do orçamento para a segurança pública, de colocar os bloqueadores nos presídios, e, sobretudo, do debate que está sendo colocado agora, que é a construção de um Sistema Único de Segurança Pública, para que nós venhamos a ter um Plano Nacional de Segurança Pública que possa fazer aquilo que é extremamente necessário: ações integradas, planejadas, estratégicas, envolvendo todos os entes federados, os demais Poderes e a sociedade civil.

Lembremos sempre que essa segurança pública com cidadania que nós tanto sonhamos, calcada na cultura da paz, só vai ser uma realidade se o povo brasileiro se reencontrar, trazendo de volta a democracia, bem como o respeito à soberania do voto popular.

Está encerrada a presente sessão solene.

E, mais uma vez, nossas saudações, repito, à CNBB pela edição de mais uma Campanha da Fraternidade, pelo quanto contribui para a luta em defesa dos direitos e da cidadania do povo brasileiro.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o comparecimento.

Está encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 17 minutos.*)



Ata da 63ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de maio de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim e Reguffe, da Srª Gleisi Hoffmann e do Srs. Paulo Rocha, Hélio José e
Randolfe Rodrigues.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 22 minutos e encerra-se às 16 horas e 56 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

Convidamos a Senadora Gleisi Hoffmann para subir à tribuna, enquanto faço a leitura de um requerimento.

Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que estou filiada ao Podemos, desde o dia 7 de abril de 2018. Por isso, solicito a alteração necessária para modificar a legenda do Partido a que estou filiada em todos os procedimentos administrativos e dependências da Casa.

Certa de contar com a habitual compreensão, sensibilidade e solicitude de V. Ex^a, antecipo os meus sinceros agradecimentos, com estima e consideração, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Senadora Rose de Freitas, Senadora do Podemos (Pode). (**Memorando nº 10/2018 – Vide item 3.1.3 do Sumário**)

Senadora Gleisi Hoffmann com a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas redes sociais, eu, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa da audiência pública aqui em razão do tema da Campanha da Fraternidade deste ano da CNBB.

Infelizmente, não consegui chegar a tempo, mas quero me somar a V. Ex^a e a todos aqueles que aqui estiveram enaltecendo a importância dessa Campanha, que traz um tema da maior importância para o nosso País e para a vida da nossa população, especialmente de nossos jovens.

Eu subo à tribuna, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, para falar que hoje faz 30 dias que o Presidente Lula está lá no prédio da Polícia Federal, em Curitiba, cumprindo uma pena que, no nosso entender, não tem razão de ser, posto que o Presidente Lula é inocente. Ele foi condenado num processo injusto, sem prova, aliás, sem crime tipificado; num processo de muita pressa, que foi contrário a todos os outros tempos de processos já julgados por um juiz singular em Curitiba, da Vara Federal, assim como pelo Tribunal Regional Federal da 4^a Região.

E uma pressa extrema na sua prisão. Não deixaram sequer o Presidente Lula encerrar todos os recursos a que tinha direito no Tribunal Regional Federal da 4^a Região, para contestar a sua sentença, o acórdão que eles proferiram da sua prisão, assim como não foi, em nenhum momento, justificada essa prisão em segunda instância, porque, se é verdade que se pode prender em segunda instância, também é verdade que a decisão do Supremo exarada em 2016 determinou que haja justificativa para uma prisão de segunda instância. E a justificativa tinha que dar conta de saber qual era o risco que o Presidente Lula estava oferecendo à sociedade brasileira e também o risco que estava oferecendo à tramitação dos seus processos.

Isso não foi colocado em nenhum momento. Simplesmente mandaram prender o Presidente Lula numa forma apressada, açodada, exatamente para tirá-lo do convívio da sociedade brasileira e das relações políticas, e, com isso, claro, afastá-lo do processo eleitoral de 2018, já que o



Presidente Lula é o favorito nesse processo eleitoral. Em qualquer pesquisa de opinião que se faça, inclusive depois da sua prisão, o Presidente Lula tem o dobro dos votos do segundo colocado.

Soma-se a isso o fato de que o Presidente Lula é a esperança do povo brasileiro, a confiança do povo brasileiro, que quer votar nele, que quer que nós o defendamos, que viabilizemos a sua candidatura.

Portanto, nesses 30 dias, quero fazer um protesto aqui. Aliás, quero fazer, mais uma vez, um pedido que ele tem feito reiteradamente ao Juiz Sergio Moro: "Cadê a prova que me condenou?"; "Cadê as provas que me condenaram?".

Até agora nenhuma prova foi oferecida para a condenação do Presidente Lula. Aliás, só foram oferecidas provas que dão conta da sua inocência, portanto ele deveria ser absolvido, porque o objeto do crime, que seria o recebimento de um apartamento, não foi comprovado. O Presidente Lula não tem a posse, não tem a propriedade, nunca usufruiu daquele apartamento.

Então, eu quero perguntar, aqui, de novo para o Juiz Sergio Moro, de novo para o TRF 4: qual é a prova ou quais são as provas que condenaram o Presidente Lula?

Se os senhores não mostrarem as provas, têm a obrigação de libertar o Presidente Lula. Ele está preso injustamente. E isso não sou eu que digo: juristas renomados do Brasil e internacionais têm essa mesma opinião, aliás, exprimiram isso em vários artigos e posicionamentos públicos. Quero perguntar: cadê a prova que está sustentando a prisão do Presidente Lula? E, por não haver prova e por considerarmos Lula inocente, quero aqui reafirmar, como Presidente de seu Partido, como Presidente do Partido dos Trabalhadores: Lula é e continuará sendo o nosso candidato a Presidente da República. O PT vai registrá-lo, em 15 de agosto, perante o juízo eleitoral. E sabe por quê, Senador Paim? Porque o Presidente Lula goza dos seus plenos direitos políticos. As pessoas estão tentando dizer que Lula não pode ser candidato. É mentira! Lula pode ser candidato, porque a Constituição diz que os direitos políticos de uma pessoa só são suspensos se ela for condenada na última instância do Judiciário. A última instância do Judiciário, que é o trânsito em julgado, é o Supremo Tribunal Federal. Portanto, o Presidente Lula não foi julgado pelo Supremo ainda. Foi apenas pelo TRF4, ainda há o Superior Tribunal de Justiça, e depois o Supremo. Então, o PT pode registrar o Lula como candidato. Mesmo que ele esteja preso? Sim, mesmo que ele esteja preso. É um direito constitucional que assegura o Presidente de ser registrado como candidato.

Depois do registro, haverá contestações em cima da Lei da Ficha Limpa. Porque o que é que diz a Lei da Ficha Limpa? Que quem for condenado em segunda instância não poderá ser candidato. Aí é um debate que nós vamos fazer na Justiça Eleitoral.

Mas o que as pessoas que falam contra a candidatura do Presidente Lula, que especulam contra a candidatura do Presidente Lula não falam é que, na Lei da Ficha Limpa, há um artigo, o art. 26-C. O que diz esse artigo? Diz o seguinte: que, enquanto a pessoa que estiver sendo condenada, em segunda instância, tiver recursos plausíveis para instâncias superiores, ela poderá concorrer, ainda que *sub judice*, em um processo eleitoral.

O que é um recurso plausível? É um recurso que tem fundamento no questionamento da sentença condenatória. E, aí, até os adversários do Presidente Lula confirmam que os recursos que o Presidente Lula tem, em relação a sua condenação, têm plausibilidade, ou seja, tem base jurídica para que o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal possam negar a sentença exarada em primeiro grau e o acórdão de segundo grau e, portanto, anular o processo, que é um processo injusto e condena o Presidente Lula.



Então, vejam: quando disserem que o Presidente Lula não pode ser candidato, estão mentindo, porque o Presidente Lula pode ser candidato. E esse artigo da Lei da Ficha Limpa garante que o Presidente Lula possa concorrer, ainda que *sub judice*. E é por isso que o PT vai registrar a sua candidatura. Isso não é uma posição da Presidenta do PT; isso é uma posição da instância partidária. O Diretório Nacional do PT, por diversas vezes, definiu o registro da candidatura do Presidente Lula, mesmo antes de ele ter sido preso. E agora, mesmo ele preso, redefiniu novamente que vai registrar.

Portanto, as especulações, o pessoal que fica falando que ele não pode, é porque, na realidade, não quer que ele seja candidato. Claro que não quer, porque se o Presidente Lula for candidato, ele será eleito. As pesquisas estão mostrando isso. E não são pesquisas encomendadas pelo PT. Há as encomendadas pelo PT, mas há as pesquisas de outros institutos de opinião; há as pesquisas de jornais, há as pesquisas de meios de comunicação, que mostram que o Presidente Lula tem sempre o dobro do segundo colocado. E por que o Presidente Lula tem sempre o dobro do segundo colocado? Porque o Presidente Lula deixou um legado neste País que é difícil eles contestarem, principalmente perante aqueles que se beneficiaram desse legado.

Eu fui visitar o Presidente Lula na última quinta-feira e, quando eu perguntei ao Presidente Lula como ele estava, ele disse assim: "Estou desconjurado com a situação do Brasil." Eu até ri, porque eu esperava que ele dissesse sobre ele, se ele pessoalmente estava bem ou não, sobre o processo dele. Ele está acompanhando o que está acontecendo no Brasil. Ele sabe a situação econômica e política em que nós estamos.

Aí ele me perguntou, como se estivesse perguntando para uma plateia:

Foi para isso que eles tiraram a Dilma? Foi para isso que eles me prenderam? Para haver 13 milhões de desempregados, quando nós criamos 20 milhões de empregos formais? Para não reajustar o salário mínimo sequer pela inflação, quando nós, por 11 anos consecutivos, demos aumento real do salário mínimo, que saiu de US\$50 para mais de US\$400, dando poder de compra para a população? Foi para isso que eles nos tiraram? Para fazer com que as famílias tenham que optar entre comprar comida e comprar o gás que vai cozinhá-la? Foi para isso que eles nos tiraram? Para colocar abaixo da linha da pobreza mais de 1,5 milhão de pessoas? Quando nós assumimos o governo, em 2003, nós tínhamos 23 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Entregamos o governo, quando nos tiraram o governo, com 9 milhões. Agora já tem 13 milhões novamente. E cortaram o Bolsa Família em R\$1,4 bilhão. E tiraram 1,3 milhão de famílias. Foi para isso que eles tiraram a Dilma e me prenderam? Hoje caiu o crédito. Os juros dos bancos continuam altos. Quem está ganhando em lucro são os bancos, que passaram de um lucro de 50 bi para 57 bi. Todas as atividades econômicas do País caíram. A construção civil está no chão. Não há emprego para carpinteiro, para pedreiro, para mestre de obras. O PAC, que era um programa importante de investimento, foi reduzido a menos da metade. No último ano de Dilma, tinha mais de R\$50 bilhões; agora, tem 22. Que tipo de investimento vai se fazer no País?

E continuou ele:

No meu governo, nós chegamos a 21% de investimentos em relação ao PIB; agora está a 15 e deve continuar caindo para 10. Que emprego vai ser gerado neste País? Foi para isso que me prenderam? Para piorar a vida do povo brasileiro? Não tinham prometido que



iriam me prender ou que iriam tirar a Dilma para melhorar o Brasil?! O que é que essa gente está fazendo? Como que essa gente tem compromisso com o Brasil?! Tem com eles próprios, com o seu bolso, com a sua riqueza, com os seus interesses. É por isso que me querem preso [repetiu Lula].

E é verdade. É por isso que o querem preso. E sabem do risco político que é o Presidente candidato. É em nome de todo o legado que ele deixou neste País, Senador Paim, que V. Ex^a tão bem conhece. Aliás, o direito dos trabalhadores... E pela primeira vez nós tivemos uma ação unitária das centrais sindicais, inclusive daquelas que criticavam até o Presidente, dizendo que ele foi o melhor Presidente para os trabalhadores que já existiu no Brasil. E daí, agora, essa gente veio e destruiu a CLT, destruiu as conquistas dos trabalhadores?!

Então, é em nome desse legado, do que ele representou para o Brasil, que nós somos intransigentes na sua defesa, que nós somos intransigentes na sua candidatura, porque ela simboliza essas conquistas do povo brasileiro. Não é a luta de uma pessoa apenas – que, para nós, já valeria a pena, porque o nosso grande líder é nosso militante, é nosso filiado. Como petista, já valeria a pena –, mas é pelo seu significado diante do Brasil, é pelo seu significado diante do povo brasileiro.

Nós sabemos que Lula na Presidência deste País é quem pode consertar os rumos desta Nação, quem pode pacificar o Brasil, porque já conhece o País, já fez, já pacificou, já entregou um legado ao povo brasileiro.

É por isso que nós o defendemos e por isso que eu tenho sido tão veemente, nessa defesa, em dizer que nós não temos outra alternativa para candidato a Presidente que não o Presidente Lula. E não é desmerecer ninguém. Muito pelo contrário: respeitamos todos os candidatos que estão aí, que têm direito e legitimidade, num processo democrático – se é que ainda estamos na plena democracia brasileira –, de serem candidatos, principalmente os partidos de esquerda, de centro-esquerda, partidos esses que temos mantido contatos muito próximos. Fizemos uma frente política, discutimos um programa mínimo com as nossas fundações, mas eles sabem que, assim como eles têm a legitimidade de apresentar candidaturas, nós temos a legitimidade e o dever perante o povo brasileiro, que quer Lula candidato, de registrar o Presidente e defender a sua candidatura.

A população espera que o PT defenda o seu líder, espera que o PT defenda o Lula. É um homem inocente... O Lula tem – já falei aqui e vou repetir – o dobro de votos, nas pesquisas, que têm o segundo candidato e está em pleno gozo dos seus direitos políticos. Por que nós iríamos ter outro candidato? Pergunto: Por que iríamos? Frustrando o povo brasileiro? Frustrando aqueles que querem Lula? Que estão pedindo para que os defendamos?

Na pesquisa que nós fizemos, o povo fica desarvorado quando Lula não está colocado como candidato. É como se houvesse um vazio político. E eles olham e dizem: "Mas alguma coisa vai acontecer para o Lula ser candidato. Não é possível que não vá acontecer!"

O que pode acontecer é a nossa luta, a luta na defesa daquilo que é justo, de um homem que é inocente, que está no gozo dos seus direitos políticos, de ser registrado como candidato e disputar. E é esta a luta do bom combate que nós vamos fazer.

Então, nesses 30 dias, penosos para nós, penosos para a parcela do povo brasileiro que tem em Lula a sua esperança e a sua confiança, nós queremos deixar aqui registrado, nesta tribuna, que continuamos na defesa do Presidente Lula, dia e noite. Continuamos defendendo que ele é inocente e continuamos aqui defendendo e reiterando que Lula é o nosso candidato a Presidente,



que Lula pode ser candidato a Presidente, que nós vamos registrá-lo, e que Lula pode concorrer às eleições, ainda que esteja preso e com a candidatura *sub judice*, e estará *sub judice* porque nós estaremos contestando uma sentença e um acórdão que consideramos ilegais, consideramos injustos e que extrapolaram todos os limites legais e constitucionais. Esse é o nosso compromisso!

E hoje estarei em São Bernardo do Campo, no Sindicato dos Metalúrgicos, lá mesmo onde tivemos uma resistência imensa contra a prisão do Presidente Lula. E eu me pergunto aqui e pergunto aos senhores: que preso, que bandido, que ladrão, que criminoso teria aquela quantidade de gente, à porta de um sindicato, querendo impedi-lo de ir à prisão? E ele só foi porque decidiu cumprir a sentença. Se Lula não decidisse cumprir a sentença, nós poderíamos ter, naquele momento, inclusive uma tragédia. Mas ele, sabendo de sua responsabilidade, decidiu cumprir a sentença, para mostrar que ele não tem medo de encarar e de enfrentar o que está contra ele. Ele sabe que está com a verdade. Ele sabe que tem razão naquilo que ele está colocando como sua defesa.

Por isso, hoje, 30 dias de sua prisão, nós estaremos no mesmo Sindicato dos Metalúrgicos, com os seus companheiros sindicalistas, com os operários de São Bernardo, fazendo um ato de solidariedade ao nosso Presidente, para dizer que nós não o esquecemos e jamais vamos esquecê-lo, que ele faz parte da nossa vida cotidiana.

E, por mais que a grande mídia, aquela que ajudou na operação do golpe, a Rede Globo, sim, queira colocá-lo na invisibilidade, queira fazer com que ele seja esquecido, queira naturalizar a prisão dele, não consegue, porque Lula continua presente na vida nacional. Fala-se de qualquer assunto, vem a palavra "Lula". Fala-se de política, vem a palavra "Lula". Fala-se de disputa eleitoral, vem a palavra "Lula".

É impossível um líder do tamanho de Lula, que não cabe naquela prisão, ser esquecido pela população do Brasil e pelo povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Bom, vamos organizar aqui.

Agora vai falar o Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

Depois, falarei eu, para uma comunicação inadiável, e depois falará o Senador Telmário Mota, como orador inscrito novamente, para intercalar os oradores inscritos e as comunicações inadiáveis.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Reguffe, eu vou falar somente cinco minutos, porque eu me comprometi a abrir uma audiência pública às 14h. E, como a sessão aqui se alongou, a da manhã, e eu quis falar também sobre a Campanha da Fraternidade, eu tenho que me deslocar para lá.

Eu queria só registrar um artigo que foi publicado nesse fim de semana no *Jornal do Brasil*, um artigo em que falo da importância do Estatuto do Trabalho.

Nós vamos lê-lo – são mais de 900 artigos – na próxima quinta-feira, às 9h da manhã, na CDH. Eu farei a leitura do Estatuto. Ele está praticamente pronto, mas vai ser um instrumento de debate junto à sociedade.



Eu sempre digo e dizia, hoje pela manhã, que eu não me sinto dono da verdade absoluta, achar que uma proposta de uma nova CLT, com mais de 900 artigos, não precisa ser aprimorada. Será aprimorada. A partir do dia 11, a sociedade vai discutir essa proposta. E, como relator, eu ficarei buscando e recebendo os subsídios.

Todos sabem aqui as minhas preocupações. Nós recuperamos tudo aquilo que foi retirado via a tal reforma trabalhista, que aqui foi aprovada, no Congresso, ao mesmo tempo em que não foi respeitado nenhum compromisso assumido pelo Governo de Temer, que disse que iria vetar sete ou oito artigos. Não vetou nenhum. Editou uma medida provisória, que deixou cair, cuja comissão nem foi instalada.

Mas, enfim, recuperamos todos os direitos dos trabalhadores – todos – e ampliamos, numa visão moderna, novos direitos para empregados e empregadores.

Tivemos a preocupação de construir uma proposta equilibrada e que olhe para os dois lados: para quem emprega e para quem é empregado.

Então é isso, Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

Fiquei nos três minutos, porque tenho que ir para outra audiência.

E V. Ex^a considere na íntegra, por favor, Senador Reguffe.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.4 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Peço agora ao Senador Telmário Mota ou à Senadora Gleisi Hoffmann que assuma a Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Gleisi Hoffmann.)

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Reguffe, do Distrito Federal.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, no dia 11 de dezembro do ano passado, o Governador do Distrito Federal assinou um decreto concedendo aos consumidores do Distrito Federal uma parcela dos impostos sobre remédios de volta, no programa chamado Nota Saúde Legal. O programa será de quatro em quatro meses; os consumidores compram os remédios, dão o seu CPF e têm direito a uma parcela, a uma parte desses impostos sobre remédios de volta, através desse programa Nota Saúde Legal. Agora, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos no dia 7 de maio, e até hoje os créditos desses impostos não estão lançados no programa Nota Legal, do Governo do Distrito Federal, na internet.

Como perguntar não ofende, eu queria saber quando o Governo do Distrito Federal devolverá para a população do Distrito Federal, para os consumidores do Distrito Federal essa parcela sobre os impostos sobre remédios. O correto seria que se devolvesse tudo, até porque foi o colocado durante a campanha eleitoral e também é o justo, já que não é justo se cobrarem impostos sobre remédio, mas, sem dúvida nenhuma, o programa foi um grande avanço, sim, já que vai devolver para o consumidor uma parcela dos impostos que ele paga sobre remédios. Agora, como perguntar não ofende, eu queria saber quando será isso, porque, ao checar isso e ao pedir também para um



grupo de idosos aqui do Distrito Federal checar isso hoje pela manhã, ninguém tem, na sua conta do Nota Legal na internet, o lançamento desses créditos. Pelo programa, o Governo – a contabilização é de quatro meses – tem até 60 dias depois para devolver esses créditos. Agora, esses créditos sequer estão lançados no programa Nota Legal. Então, eu queria saber quando, efetiva e objetivamente, o Governo do Distrito Federal vai devolver esse dinheiro à população do Distrito Federal.

Eu queria deixar esse questionamento aqui à Secretaria da Fazenda em defesa dessa população, porque essa devolução deveria ter sido feita com a integralidade dos impostos sobre remédios. Já não o foi, mas, pelo menos, é um avanço. Agora, cadê esses créditos? A população que consumiu os remédios de 1º de janeiro a 30 de abril tem o direito de receber essa parcela de volta dos impostos que pagou sobre remédios. E nós estamos no dia 7 de maio...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Até hoje, esses créditos não foram lançados no programa Nota Legal. E é um direito da população num decreto assinado pelo próprio Governo no dia 11 de dezembro do ano passado. Então, em defesa da população do Distrito Federal, eu tenho a obrigação de vir a esta tribuna e fazer esse questionamento ao Governo do Distrito Federal, até porque perguntar não ofende, e eu tenho obrigação de cobrar isso. Quando a população receberá esse dinheiro de volta? É esse o questionamento que eu faço ao Governo do Distrito Federal.

Em segundo lugar, Sr^a Presidente, eu não quero me estender, mas, hoje, no Distrito Federal, estão faltando medicamentos na rede pública. Eu coloquei e priorizei a compra de medicamentos nas minhas emendas ao Orçamento da União. Hoje, inclusive, há medicamentos para câncer que estão na rede pública através de uma emenda minha ao Orçamento da União. Foram compradas 7 mil unidades do sorafenib, que é um medicamento para quimioterapia oral; foram compradas também 16.604 unidades do propofol, que é um anestésico indispensável à realização de cirurgias. No entanto, hoje, estão faltando remédios. Recebi uma denúncia de que estão faltando 20 medicamentos no Hospital Regional do Gama. Então, cabe ao Governo do Distrito Federal tratar disso.

É preciso ter prioridade no gasto do dinheiro público. Enquanto estiver faltando remédio, não se deveria gastar com mais nada. Deveria ser a prioridade a questão da saúde das pessoas. Então, não dá para aceitar a falta desses 20 medicamentos. No ano passado, já vim a esta tribuna denunciar que, dos 720 remédios da lista do SUS, estavam faltando na rede pública 112. E agora estão faltando esses 20 no Hospital Regional do Gama. Então, eu peço à Secretaria de Saúde que seja atenta com isso. Essa tem que ser a prioridade. Não pode faltar medicamento. Podem até faltar outras coisas, por uma questão de prioridade; agora, medicamento? A vida das pessoas, a saúde das pessoas, isso não é brincadeira. E essa tem que ser a prioridade.

Eu queria deixar aqui esse registro e fazer esse questionamento ao Governo do Distrito Federal sobre quando será devolvido esse dinheiro para os consumidores do Distrito Federal, para a população do Distrito Federal, dos impostos pagos sobre remédios no primeiro quadrimestre deste ano.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu que agradeço, Senador Reguffe.

Eu passo a palavra agora ao Senador Telmário Mota, pelo tempo regimental das inscrições.



O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu venho a esta tribuna mais uma vez cobrar do Governo Federal providências urgentes que deverão ser tomadas com relação à migração venezuelana.

Todo mundo sabe que, no final de 2015, quando começou essa crise econômica, social e política na Venezuela, nós alertamos o Governo Federal – o Chanceler, Senador Serra, o Ministro da Justiça, o Presidente da República – de que essa migração teria de ser acompanhada pelo Governo brasileiro e também pela ONU, mas o Governo Federal fez ouvidos de mercador.

Na verdade, o Governo Federal tem feito um pacote de maldade contra o povo de Roraima, porque essa migração agravou a crise que já vinha tomando conta do Estado de Roraima. Roraima é um Estado que vive de uma economia fraca, do contracheque, do comércio, dos serviços, com pouca participação da indústria e, muito menos ainda, da agropecuária. Entre 75% e 80% da receita de Roraima vêm do FPE. A receita própria ordinária fica em torno de 20% a 25%.

Ora, um Estado desse não vai ter suporte uma migração da ordem da que está acontecendo hoje com os venezuelanos. Só na parte educacional, a demanda aumentou quase 400%; na parte de saúde, são números assustadores; na segurança, não se fala. E o pior: o recurso que o Governo Federal até hoje efetivamente encaminhou ao Governo do Estado, que é quem vinha mantendo esses abrigos, quem vinha dando, de forma precária, desumana até, a assistência, não chegou a R\$400 mil ou R\$500 mil. O Governo designou o Exército para administrar essa crise e colocou ali R\$190 milhões.

Todo dia, eu passo pela barreira do Exército Brasileiro na BR-174. É uma fiscalização extremamente ineficiente. O Exército chega àquela BR por volta das 8h e fica ali até às 18h. No período noturno todo, a BR fica desprotegida. Resultado: aumentou substancialmente o número da violência no nosso Estado.

O Senhor Michel Temer, num total ato de irresponsabilidade – esperar o que de um chefe de organização criminosa? –, coloca ao Estado de Roraima um pacote de maldade. O PMDB hoje maltrata o povo de Roraima, o PMDB maltrata o meu Estado.

Roraima tem 12 glebas prontas para serem tituladas. São mais de 40 mil produtores, tanto na área rural quanto na área urbana. No entanto, por questões políticas, os adversários – que são do PMDB – da Governadora, que é do PP, também da Base do Governo Temer, impedem de o Governo Federal dar só a autorização, o assentimento. Roraima fica ali a cerca de 150km da fronteira. Sendo assim, com uma distância dessas, é necessário que haja uma autorização do Conselho Nacional de Segurança do Brasil. As glebas estão totalmente prontas. No entanto, o Michel Temer, com este Governo do PMDB, ajoelhado para a corrupção, faz esse pacote de maldades, e o PMDB de Roraima impede essa titulação.

Quem sofre com isso é o nosso povo, é a nossa gente, é o produtor, que não tem a titulação da sua terra. Se ele não tem a titulação, logo, ele não é dono e ele não tem segurança jurídica. Ele não pode ir às instituições financeiras buscar recursos e financiamentos. Por contrapartida, o Estado não tem recursos para investir. As estradas são de péssima qualidade. Não há ponte, não há energia, não há um acompanhamento técnico, não há um trator, não há um caminhão para escoar a produção. Isso obriga o homem do campo, para parar de sofrer, a ir para a área urbana.

E o Governo Federal faz essa jogada, faz esse pacote de maldades, na tentativa de eleger o Senador do PMDB de Roraima, que está até o bigode envolvido em corrupção – responde por 12



processos e já é réu em um desses processos. Então, com medo de ir parar na mão do Moro ou de outro juiz qualquer, naturalmente, estão matando o povo de Roraima para tentar, talvez, comprar votos, porque só se elege comprando votos. Do contrário, está fora, está fora!

O Governo Temer, o Governo Federal, maltrata o povo de Roraima em todos os sentidos. Não dá o assentimento para a titulação. Em relação à energia, nem se fala; tiraram a concessão da CERR, a companhia energética do nosso Estado, uma companhia que tinha *know-how*, uma companhia que fazia uma energia social, uma companhia que tem um quadro preparado, um quadro comprometido com a empresa. No entanto, o Governo do PMDB e o PMDB de Roraima tiraram essa concessão, de ordem que, com isso, a CERR foi para a falência e está aí um barco à deriva. Passaram para a Boa Vista Energia. Um fracasso absoluto! Um fracasso absoluto! A Boa Vista Energia não está tendo condições de tocar a energia no Estado de Roraima – falta energia de dia, de noite, toda hora. Os prejuízos são imensuráveis aos comerciantes, aos eletrodomésticos das pessoas – na minha casa, esta semana, tive um freezer e uma geladeira queimados por essa oscilação permanente da energia no Estado de Roraima.

Pior do que isso, é que, no lugar de darem continuidade ao que a Presidente Dilma havia feito, continuar a obra da Linha de Tucuruí, paralisaram e jogaram todas as cartas – o PMDB de Roraima – nas termelétricas. E, pasmem: se a Venezuela suspender o fornecimento de energia, nós não duraremos três dias, porque não há nem sequer reservatório do combustível para o funcionamento das termelétricas.

Então, o Governo Federal do Seu Michel Temer, comandado por essa quadrilha, Ministros e outros líderes, maltrata o povo de Roraima de tal ordem que chega ao limite da falta de sanidade.

Roraima hoje é sacrificada por não ter a titulação de suas terras. Roraima é sacrificada com a questão energética. Roraima é sacrificada com a crise agravada com a migração venezuelana. O Governo Federal não pactuou, não aceitou a proposta da Governadora de negociar a dívida do Estado, que é de apenas R\$2 bilhões, mas que pesa no Orçamento, no financeiro do Estado. E, por último, ainda há a questão da mosca da carambola: dos 15 Municípios, quatro estão inviabilizados. E os demais precisam exportar. Para tanto, basta o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dar a certificação fitossanitária, para a abertura de exportação de frutos hospedeiros da mosca da carambola. Algumas regiões do Estado de Roraima já se encontram livres: dos 15 Municípios, 11 estão totalmente livres, 4 ainda estão com a identificação da mosca da carambola. No entanto, o prejuízo hoje para os produtores do meu Estado fica em torno de aproximadamente R\$100 milhões/ano. Isso pesa em um orçamento de um ente federativo, de uma unidade como a nossa que é pequena, que tem apenas R\$3,6 bilhões do Orçamento como previsão.

Portanto, fica aqui mais uma vez o meu protesto, fica aqui a minha indignação com este Governo Federal, que não tem o menor senso de um Presidente da República, que não tem o menor respeito pelo ente federativo.

E o povo de Roraima está sendo massacrado pelo PMDB do Estado de Roraima e do Brasil. Hoje, o PMDB de Roraima e o PMDB do Brasil impedem a titulação das nossas terras; hoje, o PMDB do Brasil e o de Roraima impedem a liberação da mosca da carambola; hoje, o PMDB do Brasil e o de Roraima impõem ao povo do meu Estado a energia mais cara do mundo e a mais inconfiável, instável e insegura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Telmário, só para anunciar que, nas galerias da Casa, estão ouvindo atentos,



inclusive seu discurso, os estudantes da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). É uma universidade federal?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não. Particular.

São estudantes do curso de Direito. Sejam bem-vindos.

Agora, nós estamos em uma sessão solene que se chama sessão não deliberativa, é sessão de debates. Então, os Parlamentares, os Senadores se inscrevem antecipadamente para ter a sua vez. Agora, é o debate livre, e é a vez do Senador de Roraima, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Agradeço a V. Ex^a, e também saúdo os universitários do curso de Direito de um Estado que tem o nosso respeito e o nosso carinho porque é um Estado que amadureceu rapidamente. Os Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – hoje naturalmente fazem uma política voltada para a sociedade, voltada para o Brasil, este Brasil que hoje não passa aquela segurança que a gente realmente espera, especialmente os políticos que aqui estão. Todos os que sentam nessas cadeiras não vêm automaticamente, eles vêm com a digital de cada Estado. Eu tenho certeza de que Santa Catarina tem mandado para cá bons políticos, mas é um processo seletivo e natural.

Eu parabeno os estudantes. Concluem um curso tão bonito e tão importante, a rainha de todos os cursos, que é o curso de Direito. Eu não tenho dúvida alguma de que serão grandes advogados, grandes juízes, grandes promotores, delegados ou qualquer carreira que possam abraçar, mas sempre no caminho e no trilho da honestidade. Nós precisamos fazer este País ser mais justo, ser mais humanitário e, sobretudo, ser mais honesto.

Eu estou falando aqui exatamente de um Presidente que deveria estar na cadeia. Um dia desses, eu vi um general – não sei se é verdade – em uma rede social se manifestando que era contrário a que o Supremo liberasse o Lula, que ia haver isso e aquilo outro. Eu falei: "Que general é esse que bate continência para um Presidente ladrão como este que nós temos?". Lamentavelmente, tenho que usar esta linguagem que é para o Brasil entender: um chefe de quadrilha composta por bandidos.

Então, nós precisamos fazer essa limpeza ética no País e nada melhor do que bons advogados que serão vocês.

Então, Sr. Presidente, continuando o meu discurso, defendo o meu Estado, o ex-Território de Roraima, que é um ente federativo que poderia estar contribuindo para o crescimento, para o desenvolvimento do nosso País. Temos, em torno de Roraima, um PIB maior do que o PIB de São Paulo. Temos uma área ainda a ser plantada – e falo principalmente de agricultura, de pecuária – extremamente vasta, grande. No entanto, a corrupção e um Governo sem compromisso – como é o Governo do PMDB – vivem aí sacrificando o povo de Roraima.

Não vou me calar. Se possível, vou usar esta tribuna todos os dias, até fazer ecoar o suficiente para que este Presidente Michel Temer tenha discernimento, tenha consciência de que não pode governar tentando eleger um quadro corrupto e maltratando o povo de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, a Sr^a Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)



(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e Congressistas que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, terça-feira, dia 8, às 15h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 7 e 6, de 2018, e do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017.

Dando continuidade aos nossos debates, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, do PT, do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Rocha, que ora preside os trabalhos, Srs. Senadores e Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado e os que nos acompanham pelas redes sociais, primeiro quero, mais uma vez, a exemplo do que fiz hoje pela manhã quando da realização da sessão solene que tratou do tema da Campanha Nacional da Fraternidade, quando aqui estiveram a CNBB e diversas outras autoridades...

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano, de 2018, iniciativa da CNBB, tem como foco a questão da superação da violência. Falei, Senador Paulo Rocha, da necessidade que nós temos aqui de continuar, seja no Parlamento, seja nas ruas, enfim, denunciando essa arbitrariedade que é prisão política do Presidente Lula, que completa hoje exatamente 30 dias.

O Presidente Lula foi condenado sem provas, sem crimes, está privado da sua liberdade. A campanha de solidariedade ao Presidente Lula resiste não só no Brasil, mas pelo mundo afora.

E nós temos assistido, nesses últimos dias, inclusive, a atos condenáveis no sentido de violência aos que resistem na luta em defesa da liberdade do Presidente Lula.

É importante aqui, mais uma vez, repudiar o ato, repito, deplorável, condenável, que foram os tiros disparados lá no acampamento de Curitiba. Eles chegaram, inclusive, a atingir um segurança que participa da vigília do Acampamento Marisa Letícia, lá em Curitiba. Felizmente, ele sobreviveu.

Depois, houve – meu Deus! – um delegado da Polícia Federal que simplesmente adentrou o acampamento e quebrou os equipamentos de som. Some-se a isso aquilo que vem indignando a maioria do povo brasileiro e os lá de fora: que foi o direito negado ao Presidente Lula de receber visitas, como Frei Leonardo Boff, e o Prêmio Nobel da Paz. Até o seu médico particular foi impedido, numa atitude completamente insensata e inaceitável da Juíza de Execução Penal lá do Judiciário de Curitiba.

Então, quero aqui colocar, Senador Paulo Rocha, que nós não vamos desistir, de maneira nenhuma, dessa campanha em prol da liberdade do Presidente Lula, não só em respeito ao cidadão que o Presidente Lula é – uma história de vida, uma trajetória política pautada pela dignidade, pelo compromisso com o povo brasileiro, um cidadão inocente –, mas também pelo que ele exatamente simboliza, pelo que ele representa, que é a esperança do povo brasileiro.

Todos nós sabemos que o que há por trás dessa prisão do Presidente Lula é, simplesmente, mais uma vez, rasgar a Constituição Federal; é, simplesmente, mais uma vez, agredir a soberania do voto popular. Por quê? Porque querem interditar, impedir que Lula seja candidato nessas eleições de 2018.

Na medida em que, repito, há uma condenação sem prova, sem crime, que não se sustenta do ponto de vista jurídico de maneira nenhuma, então qual é a única razão da prisão do Presidente



Lula? É de natureza política. Querem dar continuidade ao golpe parlamentar iniciado em 2016, quando depuseram uma Presidenta legítima, para implementarem uma agenda que tem sido, dia após dia, uma brutal retirada de direitos e ataques à soberania nacional; para darem curso, repito, a essa agenda que evidentemente jamais passaria pelas urnas. Tanto é que ela nasce de um golpe, nasce do ataque à democracia, nasce do desrespeito à Constituição.

É sempre bom aqui lembrar que a Presidenta Dilma foi afastada não porque tivesse cometido nenhum crime. Não se tratou disso de maneira nenhuma. Ficou caracterizado que ela não cometeu crime nenhum de responsabilidade. Ela foi afastada por aqueles que, demonstrando desprezo pela democracia, pela soberania popular, resolveram, pela via do atalho – inclusive, infelizmente, com o apoio de setores do sistema de Justiça do Brasil –, tomar o poder dessa forma.

E agora – repito – para seguirem nessa agenda que está levando o Brasil a uma verdadeira tragédia do ponto de vista social, eles querem impedir que o maior líder popular deste País, que lidera todas as pesquisas de intenção de voto, se coloque na disputa política eleitoral de 2018, para que o povo decida.

Então, quero aqui, mais uma vez, dizer, Senador Paulo Rocha, de toda a nossa solidariedade ao Presidente Lula, todo o nosso apoio, inclusive, aos que lá em Curitiba resistem há 30 dias, Senador Paulo Rocha. Lá estão homens, mulheres, crianças, pessoas idosas que não arredam o pé, de maneira nenhuma, porque têm clareza do que significa defender o Presidente Lula pelo que ele representa para o Brasil. Então, todo o nosso afeto aos companheiros e companheiras que lá, em Curitiba – repito –, continuam dando esta lição de resistência, de coragem, de amor e de compromisso com a democracia na defesa da liberdade do Presidente Lula. E minha saudação aqui também se estende ao Brasil, à maioria do povo brasileiro que não desiste, de maneira nenhuma, dessa corrente da solidariedade ao Presidente Lula.

Curitiba, evidentemente, é a trincheira, é o símbolo da resistência. Mas a luta pela liberdade do Presidente Lula tomou conta do Brasil, assim como já ultrapassou os muros do Brasil, haja vista a campanha de solidariedade que continua pelo mundo afora.

Então, todo o nosso apoio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, Senadora,...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...os companheiros de Curitiba não são só o símbolo da resistência, mas lembra muito o papel que nós cumprimos ainda no período da ditadura militar, dessa resistência, na perspectiva de recuperar a liberdade do povo, mas também a democracia. E lembra, exatamente, aqueles momentos, lá estão sendo tratados de forma preconceituosa. Aqueles velhos ditos dos autoritários, dos fascistas: "É um bando de arruaceiros...". A mesma coisa que diziam quando nós promovíamos as passeatas, as greves: "Os arruaceiros, os comunistas...", no sentido pejorativo de que o comunismo era uma situação perigosa que estava avançando no País. Também a reação dos nossos artistas nos shows, levantando a bandeira da liberdade do companheiro Lula, lembra muito aquele período...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...do resgate da democracia, da recuperação da democracia do nosso País. Quando nós chamávamos nossos artistas para cantar nos nossos 1º de maio, nos nossos atos políticos. Lembra muito esse tempo de lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso é fundamental que o nosso povo perceba que a nossa briga é pela democracia, é para que todos possam ter as condições de uma eleição, em 2018, limpa, direta e da qual todos participem, porque só o povo organizado é que retomará o destino do nosso País, da democracia e de governos democráticos, que já tínhamos conquistado anteriormente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Paulo Rocha. Incorporo o seu aparte.

É isso, Senador Paulo Rocha, nós estamos vendo aí, de forma crescente, os nossos artistas e intelectuais se engajando cada vez mais nessa campanha de solidariedade ao Presidente Lula, porque sabem que fora da democracia não há salvação; fora da democracia, o que vai imperar é a barbárie, é a intolerância, é o ódio, é a volta do arbítrio, é a volta da censura.

Por isso que quero aqui saudar, repito, também essa iniciativa, essa atitude dos artistas do nosso País, que estão se somando a esse movimento em defesa da democracia, em defesa do respeito à soberania do voto popular.

Quero aqui dizer, mais uma vez, que se enganam aqueles que pensam que o Partido dos Trabalhadores vai desistir da candidatura a Presidente de Luiz Inácio Lula da Silva. Nós não vamos desistir. O PT tem e continua tendo candidato a Presidente da República nas eleições de 2018 e esse candidato chama-se Luiz Inácio Lula da Silva.

Digo mais, Senador Paulo Rocha: nós não desistiremos, seja no acampamento em Curitiba, nas vigílias pelo País afora, nos atos pelo País afora, enfim, nós não vamos desistir porque essa campanha em defesa da democracia, de solidariedade ao Presidente Lula só vai cessar quando a justiça for reparada e Lula tiver sua liberdade de volta.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui agora também fazer um registro, Senador Paulo Rocha, acerca de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Antes de a senhora dar continuidade, nós damos boas-vindas aos nossos visitantes da galeria. Nós estamos nesta sessão, que se chama não deliberativa. Portanto, não é uma sessão de votação. É uma sessão de debates. Aqui é uma tribuna livre, em que os Parlamentares, Senadoras e Senadores, se inscrevem antes para processar esse debate.

Agora está falando a nossa Senadora do Rio Grande do Norte, do PT, do Rio Grande do Norte. Está presente também aqui o Senador Valdir Raupp, do PMDB, de Rondônia.

Sejam todos bem-vindos!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois bem, Senador Paulo Rocha, quero saudar também aqui os nossos convidados.

Mas, como eu ia dizendo, nesses tempos de Governo ilegítimo, que vem implementando aí toda uma agenda de retirada de direitos, de ataques à soberania nacional, mais uma vez, estamos indignados, perplexos com uma notícia que vazou, nesses últimos dias, notícia essa que trata



exatamente dos Correios, uma empresa existente há mais de trezentos anos e que tem um papel muito relevante do ponto de vista social no nosso País.

Pois bem, simplesmente foi noticiado, esse final de semana, que os Correios vão fechar nada mais, nada menos, do que 513 agências próprias, demitindo os funcionários que trabalham nelas, o que se estima deve atingir mais de cinco mil funcionários.

E o mais grave, Senador Paulo Rocha, isso estava tudo sendo tramado, sendo tudo feito na surdina. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, que foi quem publicou a notícia, quem participou dessa reunião – repito, tramando a demissão de funcionários e tratando do fechamento de 513 agências próprias dos Correios – teve que assinar um termo de confiabilidade para que isso não fosse vazado de maneira nenhuma. É um absurdo um negócio desse!

A previsão era de que as agências começassem a encerrar as atividades já a partir desse mês de maio.

Tem outro dado aqui que nos deixa também mais apreensivos: segundo também o que vazou na imprensa, pode ser que o número de agências fechadas passe de 513, chegando a cerca de 750 agências. O Presidente interino dos Correios, depois que essas notícias vazaram, veio a público, assumindo que esse número inclusive pode ser maior – volto aqui a colocar, inicialmente 513, depois foi noticiado que pode chegar a 750 agências. E, agora, o Presidente dos Correios vem a público, assumindo que é isso mesmo, que o número pode ser esse.

Disse ainda o Presidente dos Correios, adiantou "que serão fechadas agências próprias que ficam muito próximas de outras operadas por agentes privados". E que o número de demissões pode ser até maior, caso a empresa tenha capacidade financeira para indenizar os trabalhadores.

De acordo com o que está sendo noticiado, Senador Paulo Rocha, nós estamos tendo a informação de que, nesta lista de agências que irão fechar as suas portas, existem agências inclusive com alto faturamento, como, por exemplo, em Minas Gerais, das 20 agências mais rentáveis, 14 deixariam de funcionar. Em São Paulo, segundo as informações que estão circulando, vão ser fechadas 167 agências – 90 na capital e 77 no interior.

Pois bem, apesar, repito, de não termos ainda um quadro real sobre essa tragédia, que é o desmonte dos Correios, agora através do fechamento de centenas de agências e colocando no olho da rua pais de família, mães de família, trabalhadores e trabalhadoras, quero aqui expressar a nossa preocupação com relação ao nosso querido Rio Grande do Norte. Até porque, no Rio Grande do Norte, na maioria dos Municípios, nós só temos uma agência dos Correios. E, se forem fechadas algumas dessas agências dos Correios lá no Rio Grande do Norte, se o Rio Grande do Norte também for contemplado com esse pacote de maldades, repito, que é o fechamento das agências próprias dos Correios, quem vai ser prejudicado com isso? Em primeiro lugar, a população. É a população que será a grande prejudicada por ficar privada dos serviços que os Correios oferecem e, conseqüentemente, pelos impactos que haverá nas cidades, na economia local, etc.

Quero ainda aqui acrescentar, por exemplo, que, em Natal, Mossoró e Parnamirim, as agências dos Correios disputam com as franqueadas, o que nos faz temer pelo futuro das agências próprias dos Correios lá no Rio Grande do Norte, em Natal, Mossoró e Parnamirim. Por quê? Porque as franqueadas disputam exatamente com as agências próprias dos Correios.

A Associação dos Profissionais dos Correios, como era de se esperar, já se manifestou contrária a essa decisão. Em nota, eles lembram que houve recentemente quase dez mil demissões, que os salários dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios não tiveram aumento real, que o



custo do plano de saúde deles aumentou e, mesmo assim, a direção dos Correios continua, repito, com esse objetivo de desmonte da empresa dos Correios.

Os funcionários adiantam ainda, Senador Paulo Rocha, que está sendo anunciada pela imprensa a decisão de fechamento de cerca de 750 agências. Se essa medida anunciada pelos Correios for efetivamente implantada, na verdade, segundo os trabalhadores, o que vai acontecer? "Só elevará indevidamente ainda mais os lucros da rede terceirizada, que hoje já comemora ganhos de comissionamento, sem esforço, com a simples migração de clientes/receita da rede própria", fecho aspas. É o que diz a Associação dos Profissionais dos Correios.

Então, cabe aqui uma pergunta: como podemos falar em economia quando, com essa medida, os Correios estão exatamente enfraquecendo a rede própria ou mesmo eliminando-a? Para quê? Para dar o lucro pelo lucro, o lucro fácil à iniciativa privada.

Decididamente, isso não é o que desejam não só trabalhadores e as trabalhadoras dos Correios, mas isso não é o que desejam os cidadãos do Brasil. Nós não podemos, de maneira nenhuma, nos omitir diante de uma gravidade dessa. Nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar que privatizem um serviço que existe no País há cerca de 350 anos. Os Correios não foram criados simplesmente para atender o lucro pelo lucro. Não.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Os Correios foram criados para prestar um relevante e importante serviço público social. Portanto, não podemos aceitar o fechamento das agências porque, repito, a maior prejudicada será a população, principalmente a população mais pobre, a população que tem dificuldade de se deslocar das cidades pequenas para as médias e grandes cidades.

Peço só mais um pouquinho, Senador Paulo Rocha.

No ano passado – quero lembrar aqui –, os Correios anunciavam também uma medida desastrosa que tinha esse mesmo objetivo, quando diziam que, para economizar, iam fechar mais de 2 mil Bancos Postais pelo País afora. O que é o chamado Banco Postal? Foi uma iniciativa exitosa, criada e implantada nos Governos do PT. Começou no governo do Presidente Lula. O Banco Postal, como o próprio nome está dizendo, reúne agências dos Correios com os chamados serviços bancários, ou seja, os Bancos Postais foram uma política cidadã, uma política exitosa de inclusão bancária implementada exatamente nos governos do PT, que levou a inclusão bancária Brasil afora, Nordeste afora. Daí por que quando, no ano passado, eles anunciaram que iriam fechar mais de 2 mil Bancos Postais, nós fizemos um grande movimento. Inclusive, a Comissão de Desenvolvimento Regional, que presido, realizou, Senador Hélio José, várias audiências públicas. Mobilizamos não só representantes dos trabalhadores dos Correios, dos vigilantes, mas também prefeitos e diversos segmentos da sociedade civil, dizendo, portanto, da insensatez de uma medida como aquela de fechar os Bancos Postais.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– A Região Nordeste ia ser a mais afetada. No Rio Grande do Norte, simplesmente mais de cem Municípios iriam ser afetados se os Bancos Postais tivessem fechado as suas portas, como era o desejo dos Correios à época, no ano passado.

Para se ter uma ideia da presença do Banco Postal, ele tem um caráter social muito importante e humano. Por quê? Porque é lá que os idosos vão receber sua aposentadoria, Senador



Paulo Rocha; é lá que ele tem acesso aos serviços bancários elementares. Por que esses Bancos Postais foram muito importantes? Porque vieram suprir a lacuna que é a ausência das agências bancárias.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O negócio deste Governo, repito, é só cortar, cortar, cortar. Quer lá saber se, lá na pequena cidade do meu Rio Grande do Norte, tem Banco Postal, se tem ou não agência bancária? Quer lá saber se existe lá em Venha-Ver, em Lagoa Nova? Não quer saber disso. O povo que se lixe.

Então, para concluir, quero dizer o seguinte: felizmente, nós fizemos uma boa mobilização envolvendo diversos segmentos, a mobilização falou mais alto, e nós conseguimos sustar essa medida ano passado. E o Governo, portanto, recuou.

De forma que eu quero aqui dizer, neste exato momento, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que nós estaremos realizando uma audiência pública. Vamos convidar, até porque eu não vou convocar – espero que não seja necessário –, o Presidente dos Correios, Sr. Carlos Fortner, a comparecer à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A exemplo da luta que nós desencadeamos aqui para defender os Bancos Postais, vamos fazer o mesmo agora, nos posicionando contra o fechamento das agências próprias dos Correios do Brasil. Vamos chamar aqui representação dos trabalhadores, chamar os diversos segmentos da sociedade, desencadear esse debate com o intuito de que a empresa reveja essa decisão desastrada que vai causar muito dano ao povo brasileiro, especialmente à população mais carente do nosso País, que é o fechamento das agências próprias dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Quero passar a palavra para o próximo inscrito, o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

Enquanto o Senador chega à tribuna, a Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores, aos Congressistas, que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, terça-feira, às 11h, no plenário do Senado, destinada a comemorar os cem anos do Dia das Mães. Portanto, todos os Congressistas estão convocados.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, Sr. Presidente, antes de iniciar a minha fala, gostaria de agradecer a presença do meu primeiro suplente no Senado, o Dr. Tomás Correia, que veio para uma reunião, como Presidente do PMDB de Rondônia, com o Presidente da República e outros presidentes de diretórios estaduais, que vai acontecer hoje à noite. Seja bem-vindo mais uma vez, Tomás Correia, ao plenário do Senado Federal, V. Ex^a que já ocupou também a cadeira de Senador da República e que desempenhou com...



(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Acho que o Presidente está me dando mais tempo aqui, houve uma falha aqui.

Sr. Presidente, eu falava que o Senador Tomás Correia, quando ocupou a cadeira do nosso gabinete aqui em Brasília, desempenhou com maestria o seu papel, até porque ele é um político nato. Foi Deputado Estadual Constituinte, foi prefeito da nossa capital, Porto Velho, e agora já há quase 16 anos no Senado, como primeiro suplente no Senado Federal.

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano "Fraternidade e superação da violência" não poderia ser mais oportuno, relevante ou atual.

E é significativo que a CNBB nos convide a refletir sobre o tema, fazendo referência a uma passagem do Evangelho de Mateus. Mateus, como se sabe, foi um dos 12 apóstolos, um dos indivíduos que se tornaram companheiros e discípulos de Jesus Cristo.

Conta-se que, muitos anos após a crucificação de Jesus, Mateus foi pregar os ensinamentos cristãos na região onde hoje fica a Etiópia. Lá disse certas coisas que algumas pessoas não queriam ouvir, e por isso foi assassinado.

Alguns afirmam que ele foi apunhalado pelas costas; outros, que foi apedrejado, queimado e decapitado. Ele foi vítima da violência que imperava na região naqueles tempos. Uma das ideias que Mateus pregava e que ele deixou registrada no Capítulo 23, Versículo 8, de seu Evangelho, teria sido formulada por Jesus, ao demonstrar para uma pequena multidão o erro que muitos cometiam ao valorizar excessivamente as diferenças em detrimento das semelhanças entre as pessoas. Foi então que, segundo Mateus, Jesus disse a frase que é justamente o lema da Campanha da Fraternidade de 2018: "Vós sois todos irmãos".

A violência, como bem disse D. Leonardo Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, "tem muitos aspectos, muitas nuances". Ela se espalha, hoje, por todo o território nacional, seja nas cidades grandes, médias e pequenas, seja na zona rural. Ela não discrimina suas vítimas: homens, mulheres, crianças, idosos, pobres ou ricos. Ela é plural, é criativa, ataca por todas as frentes.

E ela assume as formas mais diversas, como a violência contra a mulher, a violência psicológica, a violência sexual, a discriminação, a violência virtual, o *bullying*, o abandono e a negligência.

A violência é caso de polícia. É incumbência do Ministério Público e da magistratura, mas também das políticas públicas. Nós precisamos de políticas públicas mais fortes para poder combater a violência no nosso País. É um problema que se combate com o aprimoramento do policiamento ostensivo e investigativo; com agilidade e precisão na tramitação processual; e com um sistema penitenciário que consiga fazer valer os preceitos preventivos, punitivos e reabilitativos da lei penal.

Mas, num país onde a população carcerária dobrou nos últimos dez anos; num país que tem quase 800 mil pessoas presas; onde os presídios estão superlotados, com média de dois presos para cada vaga; onde quatro de cada dez detentos não foram sequer julgados; onde grande parte dos presos é constituída por indivíduos jovens, pobres, pretos e pardos; e onde a maioria dos detentos não completou sequer o ensino fundamental; num país como este, que é o caso do Brasil, uma abordagem puramente policial e penal nunca será suficiente para resolver o enigma e solucionar o impasse da violência.



A paz social, como já disseram, não se caracteriza apenas por seu aspecto negativo, pela ausência aparente de conflitos ou de atos concretos de violência. A paz social – tão almejada e, ao mesmo tempo, cada vez mais distante – só poderá ser alcançada quando a sociedade brasileira se der conta de que somos verdadeiramente todos irmãos.

Por isso que eu sempre falo, Sr. Presidente, desde muito cedo, quando fui vereador e prefeito, há mais 30 anos, governador do Estado, há mais de 20 anos, que as igrejas, sejam elas evangélicas, católicas, de todas as denominações, são muito importantes no seio da sociedade.

É nas igrejas que se congregam as famílias. É lá que se adora a Deus. É lá que as pessoas ficam mais tranquilas. Se toda família, se todo ser humano frequentasse e se congregasse em uma igreja, certamente não teríamos a quantidade de violência que temos hoje. Por isso, respeito e admiro o trabalho de todas as igrejas do nosso País. Tenho dado força e tenho apoiado o trabalho das igrejas, como disse, sejam elas católicas ou evangélicas. Eu já fui católico e hoje sou evangélico, mas a igreja também não está só dentro do templo. A igreja está na rua. Cada um de nós pode levar a paz mesmo fora das igrejas.

A paz social só será alcançada quando conseguirmos contra-atacar a violência da mesma forma que ela nos ataca – de todas as formas e com todas as armas. É uma batalha cuja vitória só será possível pela via dos princípios democráticos, do fortalecimento das instituições, do combate à pobreza, à discriminação e à injustiça, do desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável e da construção efetiva de uma sólida cultura de paz, de uma cultura social solidária e fraternal.

Meus sinceros cumprimentos à Confederação Nacional dos Bispos por abordar esse tema na Campanha da Fraternidade, mas sei que todas as igrejas, não só as católicas, mas as protestantes e evangélicas também levam a fraternidade a toda a sociedade.

E faço votos de que o Senado Federal continue atento e devote cada vez mais atenção e mais energia à pauta do combate à violência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus cumprimentos, nobre Senador Valdir Raupp. Quero dizer que o senhor realmente é um homem forte, um homem que representa bem o nosso Estado de Rondônia. Sucesso a V. Ex^a e também ao seu suplente, Tomás Correia.

Seja muito bem-vindo a esta Casa, Tomás.

Passamos a palavra ao nosso nobre Senador da República, que, com muita honra, representou e foi um gráfico de trabalho, nosso nobre Senador Paulo Rocha, um trabalhador de Belém do Pará, Deputado por várias legislaturas, Senador da República pelo Estado do Pará, fundador da Central Única dos Trabalhadores. Muito tempo representando essa brava categoria gráfica, que, no Brasil inteiro, precisa realmente, cada vez mais, ser vista e representada, não é, meu amigo Paulo Rocha? É uma categoria que sofre muito com a insalubridade, com a rotatividade do serviço.

Então, com a palavra, nosso Senador Paulo Rocha, de Belém do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nossa categoria hoje tem uma história



muito profunda nas organizações dos partidos de luta do Brasil e nos sindicatos fortes na construção da Central Única dos Trabalhadores. Mas, infelizmente, a chamada tecnologia está atacando fortemente a categoria. Com a entrada dos computadores e da tecnologia, vê-se aí que as próprias grandes revistas estão se tornando revistas virtuais e revistas via internet. Não estão mais precisando do gráfico, mas é uma categoria que tem história de luta. Eu me orgulho muito de ser gráfico.

Eu queria aproveitar a tarde de hoje para o debate e para mandar, primeiro, a solidariedade ao companheiro Lula, que está recolhido, tentando ser isolado do processo do País, da democracia e da disputa política. Hoje faz 30 dias que ele está recolhido, preso. E a nossa solidariedade não é só solidariedade de companheiro, de amigo, mas é uma solidariedade política, porque nós entendemos que há uma perseguição política ao companheiro Lula e uma injustiça, porque, ao final, ele foi não só investigado e julgado a toque de caixa, como se diz, mas ao mesmo tempo foi condenado sem nenhuma prova. Se não há crime, também não há prova. E, se não há prova, também não há crime. Então, nós entendemos que é uma injustiça. E toda a solidariedade ao companheiro.

Mas o companheiro Lula está resistindo, está firme lá. Nós já o visitamos. E nós haveremos, com essa mobilização do próprio povo e com a mobilização dos democratas, de pressionar o Supremo Federal no sentido de colocar em pauta o chamado julgamento da questão da segunda instância, para que se corrija essa injustiça contra o companheiro Lula.

Portanto, toda a nossa solidariedade aos seus familiares, aos seus filhos e ao companheiro, que está, de uma forma, isolado, uma tentativa da elite brasileira, que ainda não conseguiu construir um candidato à altura para disputar com ele as eleições, de isolá-lo e tirá-lo não só da política, da história brasileira, como também da condição de candidato à Presidente da República.

O PT não vai recuar, o PT vai manter a candidatura do companheiro Lula. E, quando for dia 15 de agosto, quando o TSE abrir para registrar a candidatura, nós e a direção do Partido, os seus principais quadros políticos, os nossos Parlamentares, estaremos lá para registrar a candidatura do Lula. A Justiça que elimine a sua candidatura, porque o PT é uma base razoável do povo brasileiro o querem Presidente da República novamente.

Então, eu queria falar um pouco hoje, pois passei o final de semana, desde sexta-feira de manhã, rodando o interior do nosso Estado, o Estado do Pará. E queria colocar aqui algumas observações que eu verifiquei nesse processo lá.

Primeiramente, visitamos alguns prefeitos, de todos os partidos, e percebemos – visitei prefeito do PMDB, do PSDB, do PT – a condição em que vive, Senador Hélio José, a nossa gestão pública municipal. Todo mundo sabe que um dos grandes problemas do nosso País ainda é a distorção da Federação brasileira. As coisas ainda estão muito acumuladas, principalmente a maior parte do bolo da arrecadação está acumulada, ainda, no Governo Federal, na chamada União. O primo pobre da Federação é o Município e é lá que os problemas estão acumulados, porque é lá que mora a população.

Os problemas que temos na economia com a derrocada do processo industrial do nosso País – da indústria da construção civil, da indústria naval – provocados pela tal da Operação Lava Jato, trazem problemas sérios para o Município, com consequência na economia, pois diminuem os repasses para os Municípios. Então, o grande problema que há em nossos Municípios é o problema do custeio da máquina pública. Não há dinheiro. Os repasses da União para os Municípios mal dão para pagar a folha de pagamento dos funcionários públicos municipais. Então, é uma



dificuldade muito grande que a gestão pública municipal está vivendo hoje neste País, em consequência da queda da economia, da redução do orçamento da União para com as políticas públicas principais. Na medida em que se reduzem as políticas públicas, o orçamento da saúde, da educação...

Inclusive, nós vemos que programas de governos anteriores, como do governo Dilma – seu Programa Mais Creche, mais UBS (Unidades Básicas de Saúde) –, tudo está parado em consequência do corte do orçamento e, portanto, da redução desses investimentos fundamentais em políticas públicas, que já havíamos conquistado em governos anteriores. Essa é uma observação muito latente que a gente verifica ao andar pelo interior dos nossos Estados, pelo interior do nosso País.

Depois, num Estado como o Estado do Pará, o grande problema para o desenvolvimento, é infraestrutura, a chamada logística. Portanto, as estradas, a infraestrutura, de um modo geral, está muito atrasada no processo dos investimentos. Nós temos o centro-sul do País já bastante desenvolvido, porque foram feitos investimentos de infraestrutura em portos, em aeroportos, em estradas, em ferrovias, enfim, mas lá no nosso Estado há uma carência muito grande. E uma das reclamações maiores dos Municípios é que são Municípios grandes – que têm as chamadas vicinais, que são verdadeiros corredores de escoamento da produção, daqueles que se tacam para o meio da floresta para produziram –, mas que têm dificuldades de escoar a sua produção, porque há problemas nas chamadas vicinais. Se não houver uma política... O prefeito não dá conta nem de resolver os problemas básicos da saúde e da folha de pagamentos, imaginem resolver o problema da infraestrutura local, municipal.

Há Municípios, como São Félix do Xingu, por exemplo, que têm as chamadas vicinais – as vicinais são estradas municipais – com cerca de 120km, 150km. Quer dizer, são uma verdadeira BR.

Então, essa é uma trava grande para desenvolver um Estado como aquele, com tanta riqueza, mas que ainda está atrasado no processo de infraestrutura e nas condições de desenvolver os Municípios.

Outro problema sério é que há uma distorção na visão de desenvolver o Pará, a Amazônia – principalmente o nosso Estado. É uma visão elitista de pensar o desenvolvimento daquela região, porque só se pensa em desenvolver a partir do grande projeto – do grande projeto agropecuário, do grande projeto mineral e, agora, na produção de energia. Então, onde há esse grande projeto, lá há políticas dos governos, tanto do Governo Federal quanto do Governo estadual. Agora, em regiões onde só há pequenos, não há política de governos estaduais e do Governo Federal. Então, essa é uma distorção, porque, para resolver o problema de desenvolvimento daquela região, é preciso incluir o pequeno: o pequeno produtor rural através, da agricultura familiar; o produtor a partir da vocação de cada região, como, por exemplo, a piscicultura, a produção de peixe, que é uma grande vocação para aquela região.

O Pará deveria ser um dos maiores produtores de peixe do Brasil, de pescado do mundo, dada a vocação daquela região, com tanta água para produzir, para gerar as condições da produção da piscicultura.

Andei, nesse final de semana, nos Municípios de Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Moju. Terminamos no domingo de manhã.

Lá em Moju, outra coisa que está acontecendo, Presidente Hélio, é que está havendo várias eleições, que nós chamamos de eleições fora de época. Os administradores municipais, por algum



problema, foram cassados, portanto tem que haver novas eleições. Há muitas eleições, agora, no interior do Pará. No próximo final de semana, nós vamos, inclusive – porque o PT está concorrendo –, ao Município de Tucuruí e ao Município de Moju. Ontem mesmo, nós lançamos uma chapa lá, que é uma aliança PT e PSOL, que vai disputar com candidaturas do PMDB e do PSDB.

Então, chama a atenção, também, essa questão de novas eleições nos Municípios. É uma oportunidade de o povo corrigir, digamos assim, para escolher o gestor que tenha a capacidade não só de gerir num momento difícil de nosso País, mas de gerir com a dignidade que requer um cargo como esse, para resolver os problemas graves dos nossos Municípios.

E também me chamou a atenção, no Município de Mocajuba, quando fomos visitar lá um *campus* universitário, em um debate com a juventude, o quanto a juventude está decepcionada com a política brasileira – com a política, com os políticos. É, inclusive, natural que haja essa decepção, dada a situação em que vive o nosso País. Nós estamos no verdadeiro retrocesso de perdas de direitos, perdas de conquistas, de avanços que nós já havíamos conquistado, políticas públicas... E eu queria dizer para essa juventude que, embora tenham razão da decepção, não desistam, que é através da democracia que a gente vai corrigir, que corrigimos. Nós mesmos, eu e o Senador Hélio José, fazemos parte de uma geração que ainda, no período mais duro do País, na ditadura militar, nós nos organizamos, nós nos unimos, fomos para dentro dos sindicatos, dentro das organizações do povo, conscientizar o nosso povo que era através da democracia que poderíamos mudar o País, corrigir as injustiças, as desigualdades sociais. Foi assim que a nossa geração fez. Nós fomos para as ruas conquistar as eleições diretas, porque sequer o povo brasileiro tinha o direito de eleger seus governantes. Fomos nós que fomos para as ruas, a nossa geração, brigar pela democracia.

É através da democracia que o povo tem a possibilidade de conquistar governos democráticos, como nós conquistamos a eleição do primeiro operário para governar o País, e governou bem, e governou para todos, e fez chegar políticas públicas importantes.

Aliás, eu dei como exemplo lá aquele próprio *campus* da universidade em que estávamos, foi conquistado a partir do governo Lula. No Pará, há 100 anos, só havia uma universidade. No governo Lula, criamos mais três: uma universidade para o oeste do Pará, com sede em Santarém; outra universidade para o sul e sudeste do Pará, com sede em Marabá, e outra que era faculdade e nós transformamos em universidade, era uma faculdade rural e nós transformamos em universidade rural. Além dos institutos federais que está instalado nos principais polos das várias regiões do nosso Estado. Isso é interiorizar o ensino público superior para dar oportunidade para nossa juventude. Agora a gente pode dizer que o filho do trabalhador rural pode ser doutor, porque está oportunizada a ideia.

Então, esse é um exemplo de que é através da democracia que a gente conquista governos democráticos, que estão ligados com os problemas do nosso País, das diferenças regionais e das diferenças entre o rico e o pobre, para que a gente possa mudar este País.

Então, a gente conchama toda a juventude para que se una dentro das universidades para a gente brigar por democracia. Há interesse direto dessa juventude que está nas universidades de brigar por democracia, porque o atual Governo a primeira coisa que fez, após o golpe, foi aprovar uma PEC aqui para reduzir o Orçamento, principalmente o orçamento das universidades, o que está colocando em cheque aquele mesmo *campus* lá de Mocajuba. O coordenador do *campus* nos disse que está com problema inclusive orçamentário para pagar a luz do *campus* universitário.



Então, isso é consequência de uma visão elitista de pensar o País que acha que só deve dar oportunidade para os ricos, para os grandes e que um dia vai chegar o desenvolvimento para o pobre. Isso nós já tínhamos quebrado, na medida em que nós elegemos governos democráticos e populares, como o governo Lula e, infelizmente, foi interrompido.

Portanto, a solução dos problemas do interior do nosso País, a solução dos problemas dos nossos Municípios, a solução dos problemas para desenvolver este País... Aliás, nós já tínhamos conquistado um desenvolvimento com crescimento econômico e com distribuição de renda. À medida que a gente resgata o poder aquisitivo do salário mínimo, à medida que a gente põe mais salário na mão do trabalhador, isso cria condições de o desenvolvimento girar, uma vez que há mais consumo, mais produto é vendido e as indústrias têm que produzir mais para poderem atender as necessidades de uma população.

Isso aí foi feito já no Brasil, e veja que, no período do governo Lula, nós crescemos 4,5%, distribuímos renda, recuperamos o poder aquisitivo do salário mínimo e criamos políticas públicas importantes: Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos; Bolsa Família; Mais Médicos. Tudo isso foi criado na condição do desenvolvimento que nós estávamos já a produzir. Com isso, criam-se condições de dar oportunidade para todos contribuírem no desenvolvimento do nosso País e contribuir para a dignidade e a felicidade de um povo que vive num País...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que vive num País tão rico, mas que ainda possui um povo tão pobre.

Há soluções para o nosso País. Este País é um País rico, com um povo altaneiro, um povo que sabe lutar. Portanto, a nossa luta agora, primeiro, é resgatar a democracia e, resgatar a democracia é ter a oportunidade de que todos participem das eleições de 2018.

A juventude, com essa energia, é fundamental ir às urnas. É o povo organizado e consciente que vai corrigir aquilo que se transformou em crise no nosso País. Só um povo consciente e organizado pode corrigir aquilo que os maus políticos não souberam corrigir no nosso País.

Portanto, eram essas as considerações que eu queria trazer hoje, nesta Casa, dizendo que o povo tem de ter fé e esperança que este Brasil tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus cumprimentos ao nobre Senador Paulo Rocha, que falou um discurso tranquilo, realista e verdadeiro que deve ser seguido por todos. Meus cumprimentos, meu nobre Senador.

Meus cumprimentos aos gráficos do Brasil.

Peço a V. Ex^a que assuma aqui a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

Muito obrigado.

(O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lembrando, mais uma vez, que a Presidência convoca as Sr^{as} e os Srs. Congressistas para uma sessão solene amanhã, terça-feira, às 11h, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 anos do Dia das Mães, no Brasil.

Como último inscrito para a sessão de debate, passo a palavra ao Senador Hélio José.

Senador Hélio José é do PROS do DF.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meus agradecimentos ao nobre Presidente, Senador Paulo Rocha, Partido



dos Trabalhadores do Pará, os meus agradecimentos aos nossos ouvintes da Rádio e TV Senado e os meus agradecimentos as Sr^{as} e Srs. Senadores. Hoje, nobre Senador Paulo Rocha, a reflexão que me traz aqui é o aniversário de três cidades do Distrito Federal.

Esse final de semana tivemos o aniversário de Águas Claras, que fez 15 anos, uma das cidades mais novas do Distrito Federal; o aniversário do Guará, o nosso nobre lobo-guará, uma cidade que, em Brasília, cada vez mais nos orgulha, fez 49 anos, aproximando-se dos seus 50 anos, e, também, a jovem cidade do Riacho Fundo II, que completou 23 anos. Daqui a pouco rumarei lá para uma sessão solene em homenagem, em consideração a esse aniversário importante do Riacho Fundo II.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nesse final de semana, dias 5 e 6 de maio, três cidades do Distrito Federal comemoraram os seus aniversários: o Guará completou 49 anos no dia 5; no dia seguinte, dia 6, Águas Claras fez 15 anos, e o Riacho Fundo II comemorou 23 anos.

Nessas cidades, vivem, nobres senhoras e senhores, mais de 322 mil pessoas aqui do Distrito Federal, em busca de uma vida melhor, em busca de uma moradia digna, em busca de mais emprego, de uma formação profissional mais qualificada, em busca da felicidade junto aos seus familiares.

Essas cidades, senhoras, senhores e Sr. Presidente, têm um crescimento econômico muito acima da média do País. Águas Claras, por exemplo, tem uma taxa de crescimento acima de 10%, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

Esse número mostra que a região é promissora. É composta por pessoas trabalhadoras, lutadoras, que enfrentaram todos os tipos de desafios e fizeram a região crescer e se tornar importante para o País.

Riacho Fundo II está cada dia mais bonita, recebendo e lutando pela documentação de suas moradias como uma tarefa prioritária.

Com dedicação e persistência, o Guará oferece excelente padrão de qualidade de vida para seus moradores e conta com três parques: o Parque Ecológico Ezequias Heringer, o Parque Ecológico e Vivencial Bosque dos Eucaliptos e o Parque Vivencial Denner, que precisa de melhor infraestrutura, mais atenção do Governo de Brasília e também de sua demarcação definitiva, a fim de evitar a especulação imobiliária por eles.

Ao parabenizar os moradores dessas três cidades por mais um ano de vida e de comprometimento com um Distrito Federal cada vez melhor, quero me colocar à disposição de todos e todas para continuar na luta por mais atenção do Governo, pois as três cidades precisam de mais investimentos em obras de infraestrutura, precisam de mais investimentos em escolas, creches, postos de saúde, hospitais e, principalmente, em segurança.

O Guará, Sr. Presidente, que é um dos berços da nossa cultura no DF, se destaca por ter uma feira que atrai olhares do Brasil inteiro, inclusive dos moradores de Brasília, um grande *shopping* horizontal. Na Feira do Guará, além de encontrar roupas de grife, roupas de marca, você encontra produtos típicos de várias regiões do Brasil, você encontra comidas típicas e você pode passar um final de semana alegre e feliz com os seus familiares. A Feira do Guará é, cada vez mais, um atrativo para as pessoas que procuram essa importante cidade do Distrito Federal. Além disso, o Guará também se destaca, como falei, pelas questões culturais. Guará: berço do samba, berço do futebol, igual ao Cruzeiro.



Meus cumprimentos pela inauguração da Escola Técnica do Guará nessa semana, um importante presente nos 49 anos da nossa querida cidade do Guará.

Meus cumprimentos ao Sr. Administrador do Guará, Luiz Carlos Júnior, e esposa; ao Pároco do Guará, meu nobre Padre Sérgio e aos demais padres que servem na Paróquia São Paulo Apóstolo, e também aos demais vigários, aos demais pastores e pastoras do Guará, às representações de outras instituições religiosas que se destacam muito bem no Guará.

Orgulhamo-nos de ter a cidade do Guará aqui no Distrito Federal.

Meus cumprimentos às pessoas envolvidas nas organizações sociais; ao nobre Sena, Presidente do Conselho de Segurança; ao Dr. Roberto e a todos do Centro de Saúde Lúcio Costa, que tanto trabalham em prol da saúde do Guará; aos servidores do Hospital do Guará; ao Joel e ao meu nobre Pastor, Diretor da Rádio Guará FM; ao Zé Carlos e Roslano Jefferson, meus assessores do gabinete, moradores do Guará; aos homens e mulheres de bem que fazem do Guará uma cidade cada vez melhor para se viver e morar.

Que o Guará tenha muitos e muitos anos de vida, além desses 49 anos.

Ontem eu tive a oportunidade de participar da missa na Paróquia São Paulo Apóstolo, comemorativa, celebrada pelo nosso nobre Pároco, nosso Padre Sérgio.

Ao Riacho Fundo II também, um forte abraço. O Riacho Fundo II é uma jovem cidade que completa 23 anos. Quero mandar um grande abraço ao Bill, Conselheiro Tutelar; ao Silvinho, à Bia, à Ana Maria e ao jovem filho do Chico Dorion, que são os demais Conselheiros Tutelares do Riacho Fundo II e que tanto trabalham por aquela cidade.

À vice-diretoria, à diretoria e a todos da escola pública do Riacho Fundo II, que está abarrotada de alunos, porque o Governo não faz a sua tarefa de acolher as emendas impositivas que a Bancada colocou para fazer mais um centro de ensino no Riacho Fundo II.

Aos diretores da escola do Riacho Fundo II, nosso abraço; à Edilma e a todos os servidores; à Dona Cleusa e à Eliane, da Feira dos Pioneiros, que tão bem tem atendido à população do Riacho Fundo II; ao Neto e à Arminda, da Feira Permanente; ao Ronaldo Martins, meu assessor e Presidente da Rádio Riacho FM; ao meu assessor Washington; ao Assis, da escola de samba do Riacho Fundo II.

Nesses 23 anos, o Riacho Fundo II ainda precisa de muita estrutura, meu nobre Senador Paulo Rocha. Para o senhor ter uma ideia, no Riacho Fundo II não há um banco, no Riacho Fundo II não há prédios públicos para atender a uma população de quase 60 mil pessoas, que, da noite para o dia, aumentou com o Minha Casa, Minha Vida, incrementando 40 mil pessoas.

Então, o Riacho Fundo II precisa de bancos, de comércio e de mais órgãos públicos. É preciso que se faça a construção do campo sintético, para que a juventude do Riacho Fundo II possa se divertir. Eu coloquei uma emenda impositiva, nobre Senador Randolfe, para fazer um campo sintético iluminado, com alambrado, iluminação pública e gramado sintético no Riacho Fundo II, para que os jovens de lá possam ter lazer, possam ter o que fazer e possam sair das ruas para fazerem o segundo tempo das suas horas escolares. Mas, até hoje, o Governador do Distrito Federal, mesmo com o dinheiro liberado pela Caixa Econômica, ainda não executou a importante obra desse campo sintético, que poderia muito bem estar sendo inaugurado agora, em comemoração aos 23 anos do Riacho Fundo II.

Também há uma obra importante que agoniza na vida dos moradores do Riacho Fundo II e do Recanto das Emas, do Gama e de Samambaia, que é a obra do viaduto entre Riacho Fundo II e Recanto das Emas. Todos os dias, meu nobre Paulo Rocha, nosso Presidente desta sessão, os



moradores do Riacho Fundo II passam duas horas dentro de um ônibus ou de um carro para vir e duas horas para voltar para as suas cidades por falta da construção desse viaduto. A Bancada do Distrito Federal, da qual eu sou coordenador, colocou emenda impositiva de R\$50 milhões para fazer esse importante viaduto, mas lamentavelmente por falta de gestão, por falta de capacidade do Governador Rollemberg, ainda não se realizou essa obra.

Finalizando, quero estender também meus cumprimentos à mais jovem das cidades de Brasília, à nossa jovem Águas Claras, mandando um abraço aos amigos de Águas Claras; ao Marcelo, da Amac; ao Hugo Nascimento; à Francimere; ao Luís e à Cristina, que são síndicos e trabalham tanto pela cidade de Águas Claras; ao Roman; e a todos de Águas Claras que trabalham, que produzem; ao Flávio, da panificadora Potiguar; e a todos do comércio de Águas Claras, que cada vez é uma cidade melhor para se viver.

A cidade de Águas Claras também precisa de soluções urgentes, meu nobre Senador Paulo Rocha, como o investimento em infraestrutura no Parque Ecológico de Águas Claras, como a demarcação e o cercamento do parque lá no Areal, uma região importante de Águas Claras. Aqui eu quero estender meus abraços a todos os moradores da QS 11, da QS 6, da QS 8 do Areal.

Quero dizer que, em Águas Claras, embora seja uma cidade jovem, ainda falta também muita infraestrutura. Por exemplo, não existe ainda uma delegacia de polícia para atender uma população de quase 100 mil pessoas que moram em Águas Claras. Isso é um absurdo. Isso é inadmissível. E a violência se estende no Distrito Federal. Precisamos também trabalhar de forma dura para poder investir em mais infraestrutura e em mobilidade urbana, porque o mesmo problema que tem o Riacho Fundo II, enfrenta Águas Claras. Para sair de manhã para vir trabalhar no Plano Piloto, ou para voltar no final da tarde, agora mesmo, é um inferno total para os moradores de Águas Claras, por falta de mobilidade urbana para as pessoas entrarem e saírem da cidade.

Então, nesses 15 anos de Águas Claras, quero mandar um abraço a todos os moradores, parabenizar a cidade e dizer que estamos juntos aqui no Senado Federal. E vamos todos nos unir e colaborar para que Águas Claras, Riacho Fundo e Guará sejam cada vez cidades melhores para se morar e se viver.

Muito obrigado, nobre Senador Paulo Rocha. Muito obrigado, nobre Senador Randolfe Rodrigues. Demais servidores aqui desta Casa, muito obrigado. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Hélio José.

Dando continuidade aos nossos inscitos, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muitíssimo obrigado, Senador Paulo Rocha.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todos que nos assistem e nos ouvem pela TV e pela Rádio Senado, nesta semana, o Supremo Tribunal Federal, num julgamento que eu considero histórico, limitou a extensão do chamado foro... O nome, inclusive, foro privilegiado, como foi apelidado, é mais adequado do que o nome pomposo que está na Constituição, de foro por prerrogativa de função, porque ele se tornou lamentavelmente no Brasil, de fato, isto: um instituto que privilegia a impunidade.

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal, num julgamento que, repito, considero histórico, modulou os efeitos do foro, em especial para membros do Congresso Nacional.



É importante aqui resgatar um pouco da história da tramitação desse tema pelo Congresso Nacional.

Aliás, Sr. Presidente, o fato de essa questão... Eu considero inapropriado essa questão ter sido resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, porque essa era uma questão típica do Parlamento. E o Parlamento teve a sua chance de resolução da questão.

Nunca é demais lembrar que, há exato um ano, no mês de maio de 2017, nós aprovamos, neste plenário, por unanimidade, com o voto favorável de 75 Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, cujo primeiro signatário foi o Senador Alvaro Dias, e coube a mim relatá-la. A proposta de emenda à Constituição foi aprovada por unanimidade e seguiu para a Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados hoje pode adequadamente dizer que não pode fazer tramitar nenhuma proposta de emenda à Constituição, em decorrência do disposto no art. 60 da Constituição, e um dos entes federados está sob intervenção, no caso, o Rio de Janeiro, e a própria Constituição impede propostas de emenda à Constituição de tramitar. É verdade, mas nunca é demais lembrar também que é verdade que a PEC 10 foi aprovada em maio, seguiu imediatamente para a Câmara dos Deputados, e a intervenção no Estado do Rio de Janeiro só veio a ocorrer no mês de fevereiro, março deste ano. Ou seja, durante quase um ano na Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Câmara e os Líderes partidários nem sequer designaram os membros da comissão especial para averiguar, para analisar, melhor dizendo, a proposta de emenda à Constituição que nós aprovamos aqui no Senado.

Há quase um ano, a proposta de emenda à Constituição ficou parada na Câmara dos Deputados. Logo, há de se saudar a decisão do Supremo Tribunal Federal para que fique claro que, na política, como não existe espaço vazio, o Judiciário acaba tomando atitudes quando os agentes políticos, no caso, o Congresso Nacional, não tomam.

Esse é um caso típico. Nós poderíamos já ter aprovado, no Congresso Nacional, a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado para todas as autoridades, e não receber somente uma proposta, receber somente uma interpretação do Supremo que modula os efeitos do foro, somente para as Sr^{as} e os Srs. Congressistas.

Nunca é demais lembrar o dado astronômico dos números, Senador Paim. São 38 mil autoridades, segundo a Constituição, que têm acesso ao foro por prerrogativa de função. Em alguns Estados – é o caso, por exemplo, da Bahia, do Piauí e, se eu não me engano, do Pará –, o foro privilegiado é estendido até – pasmem os senhores – para vereadores e vice-prefeitos. Totalizam em todos os ordenamentos constitucionais – na nossa Constituição e nas Constituições estaduais – 54 mil autoridades com foro por prerrogativa de função.

O que o Supremo Tribunal defendeu foi a modulação dos efeitos. Isso não significa que os que cometerem crimes no exercício dos mandatos congressuais responderão na primeira instância ou responderão como qualquer outro cidadão. Esses continuam protegidos pelo foro privilegiado. O que o Supremo Tribunal Federal definiu foi a moderação dos efeitos do foro para aqueles Congressistas que cometeram crimes, para os crimes cometidos anteriormente ao exercício do mandato.

Hoje há uma convicção na sociedade brasileira, pesquisa recente aponta que 70% dos brasileiros são contra o instituto do foro privilegiado. Não é à toa, eu repito, essa denominação de privilegiado – não é à toa –, porque tem servido para isso, como um instituto para privilegiar alguns e acobertá-los com o manto da impunidade.



Para se ter uma ideia, é importante destacar que um levantamento feito, em 2007, pela Associação de Magistrados Brasileiros apontou que, da promulgação da Constituição de 1988 até maio de 2006, ou seja, quase 20 anos de vigência da Constituição, nenhuma autoridade havia sido condenada no Supremo Tribunal Federal em 130 ações penais ajuizadas.

No Superior Tribunal de Justiça, o dado é igualmente absurdo. Um total de 333 processos resultou na condenação no STJ de 5. Ou seja, o número absurdo de julgamentos no intervalo de 20 anos de 1,5% no Superior Tribunal de Justiça. No mesmo período, a *Revista Congresso em Foco* levantou que mais de 500 Parlamentares foram investigados no Supremo Tribunal Federal.

A primeira condenação ocorreu apenas em 2010. Ou seja, em 124 anos da existência da nossa Suprema Corte, do nosso Supremo Tribunal Federal, somente tivemos uma condenação de alguém com foro de prerrogativa de função. De lá para cá, apenas 16 Congressistas que estavam no exercício do mandato foram condenados por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos. Apenas em 2013, o primeiro Congressista em exercício do mandato, desde 1988, foi preso por ordem da Suprema Corte.

Esses dados alarmantes, Sr. Presidente, são motivo de desgaste para as instituições, de enfraquecimento. O fato de o Congresso Nacional não ter resolvido a pendência sobre o foro, mesmo após o Plenário deste Senado ter aprovado, por unanimidade, é um fato que descredencia, descredibiliza o Congresso Nacional.

O Sr. Presidente da Câmara resolveu montar agora a comissão especial. Obviamente a proposta de emenda à Constituição nem sequer poderá ser levada ao plenário agora neste período, por força da própria Constituição e do fato, repito, de haver uma intervenção num Estado federado. Mas ele a montou agora, e este é um tipo de procedimento, Sr. Presidente, que fica inadequado para os homens públicos, fica feio para os homens públicos. Passa-se um ano e não se instala a comissão especial para extinguir o foro privilegiado. Com a proposta de emenda à Constituição lá parada, passa um ano. Depois que o Supremo Tribunal Federal resolve instalar, numa espécie de tentativa de retaliação, ou correndo atrás, busca-se instalar a comissão especial.

Sr. Presidente, tudo isso... Nós já sabemos das limitações e do que representa o foro privilegiado.

Eu venho aqui à tribuna do Senado para anunciar uma iniciativa que estarei apresentando no dia de hoje. No dia de hoje, estarei apresentando um projeto de decreto legislativo para que os cidadãos brasileiros, nas eleições deste ano, através de plebiscito, decidam se querem a continuação do instituto do foro privilegiado no Brasil ou não.

Eu acho isso mais adequado em vez de aguardarmos a tramitação da proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados, que está funcionando ao bel prazer da vontade do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, que ora instala a comissão logo após somente ter tido um julgamento do Supremo Tribunal Federal. E, mesmo assim, por força da própria Constituição, não poderá, pelo menos até o final do ano, esta proposta de emenda à Constituição ser votada. Considero mais adequado, Senador Paulo Paim, utilizarmos os instrumentos que a Constituição nos dá do exercício da democracia direta.

O senhor, Senador Paulo Paim, Constituinte que foi, outorgou para nós, ou melhor, promulgou para nós, entregou para os brasileiros a Constituição mais avançada e democrática da nossa história. E, ao entregar essa Constituição, fundou em nosso País um regime de democracia semidireta participativa.



Nenhuma das nossas Constituições anteriores dizia que o poder pode ser exercido diretamente pelo povo; essa Constituição disse isso, no parágrafo único do seu art. 1º, e remeteu as formas do exercício direto do poder pelo povo no art. 14 da Constituição: a iniciativa popular de lei, que já foi utilizada por este Congresso; o referendo, que já foi utilizado pelo povo brasileiro; e o plebiscito, que também já foi utilizado.

Nós, nesses 30 anos de Constituição, utilizamos poucos, convidamos poucos, convocamos muito pouco o povo brasileiro a exercer o direito de democracia direta. Fazemos isso este ano, utilizemos isso com o tema do foro privilegiado. Vamos para as urnas, não teremos dificuldades para isso.

O cidadão, ao eleger Presidente, governador, dois Senadores, Deputado Federal e deputado estadual, terá, na urna eletrônica, mais uma quesitação: "Você é a favor, você concorda ou não com a continuação, com o instituto do foro por prerrogativa de função no Brasil?". E o povo decidirá. Não fiquemos mais a esperar o Supremo Tribunal Federal fazer julgamentos de modulação de efeitos e aí aplicar uma fórmula de modulação de efeitos para Congressistas que manda para a primeira instância aqueles que cometeram crimes fora do exercício do mandato, mas mantém o foro privilegiado para os Congressistas no exercício do mandato e para aqueles que cometeram crimes no exercício do mandato. Não fiquemos à mercê e à disposição de uma resolução que acaba mantendo o foro privilegiado para membros do Ministério Público, membros do Judiciário, membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, governadores, prefeitos e vereadores. Não é adequado e não é justo extinguir ou limitar para uns e não extinguir o foro privilegiado para todos. Remanesça-o somente ao Presidente da República e aos chefes dos Poderes e assim fique, mas essa decisão não pode mais...

Não é adequado a essa altura aguardarmos para o ano que vem que a Câmara dos Deputados, ao bel-prazer de uma nova legislatura, aprecie uma proposta de emenda constitucional para encerrar ou não o foro privilegiado. É chegado o momento de o Congresso Nacional ter coragem. Nós podemos fazer isso por plebiscito.

O projeto de decreto legislativo pode ser apreciado nesta semana; na semana seguinte, esse projeto de decreto legislativo pode ser aprovado pelo Plenário desta Casa; segue para a Câmara, a Câmara o aprova – e repito: um projeto de decreto legislativo não se submete à sanção presidencial –; o Tribunal Superior Eleitoral incluirá isso nas urnas da eleição deste ano; o povo decide; e se acaba o foro privilegiado no Brasil.

É essa a proposta que estamos fazendo e apresentando a partir desse projeto de decreto legislativo para que nós não fiquemos mais à mercê de proposta de emenda constitucional; não fiquemos à mercê de julgamentos. Levemos e façamos o exercício da soberania popular, do sufrágio da soberania popular através do voto; e façamos isso já, de imediato, nas eleições deste ano.

Então, Sr. Presidente, quero anunciar desta tribuna que estarei protocolando no dia de hoje – mais tarde teremos o número – esse projeto de decreto legislativo e convido os colegas Congressistas, Senadores e Senadoras, a debatermos essa proposta e ousarmos, tomar a decisão mais ousada e arrojada sobre o foro privilegiado. Não ficar à mercê ou refém de qualquer tipo de decisão.

Encerremos essa polêmica sobre o foro da melhor forma que uma polêmica pode ser encerrada: decidida soberanamente pelo povo brasileiro, nas urnas. E, assim, sob a consulta do povo brasileiro, em seguida, o Congresso Nacional e as instituições apenas ratificariam – e tenho



certeza de que assim vai ser – a decisão da ampla maioria dos brasileiros, se essa for a vontade do Congresso, de nas eleições optar pelo fim desse instituto em nosso País.

Então, Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo será apresentado e eu aguardo o quanto antes a manifestação da nossa Casa, do Senado Federal, e do Congresso Nacional, para que o povo possa decidir sobre o fim do foro privilegiado ainda nas eleições deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Randolfe, permita-me dizer que estou junto com V. Ex^a também nessa empreitada. Conte comigo, sou parceiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Honra enorme, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fim do foro privilegiado para todo mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convido V. Ex^a para presidir os trabalhos para que eu faça um rápido registro aqui.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Com muita honra, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Senador Randolfe Rodrigues, é uma satisfação falar com V. Ex^a presidindo os trabalhos.

Trata-se mais de uma convocação, Senador. Eu queria lembrar a todos os brasileiros que, no dia 10, às 9h, na CDH, vou apresentar o Estatuto do Trabalho.

O Estatuto do Trabalho foi resultado de uma longa jornada de nove meses; em torno de 900 artigos. Nós sabíamos que o Governo não iria cumprir os acordos que firmou com a própria Base. Não vetou nenhum artigo, eram oito que parece que iriam vetar. Baixou uma medida provisória e não permitiu a instalação até hoje; até hoje, não, porque já caducou e não chegou a ter presidente nem relator. Eu acabei, Senador Randolfe Rodrigues, escrevendo um artigo que foi publicado no *Jornal do Brasil*. E, hoje, quando foram abertos os trabalhos, eu era o primeiro inscrito, mas cedi para a Senadora Gleisi Hoffmann, e fui abrir um debate na Comissão de Direitos Humanos sobre um tema também muito intrincado, que mexe na previdência.

Então, eu vou só fazer, por uma questão de justiça, como havia me comprometido, a leitura desse artigo.

Estatuto do Trabalho. Nova CLT.

Getúlio Vargas criou a CLT, em 1943, para garantir dignidade à vida dos trabalhadores. Entre os direitos assegurados estavam: férias, décimo terceiro, descanso remunerado, salário mínimo, licença-maternidade, jornada de trabalho, e por aí vai.



Em julho de 2017, a CLT sofreu um dos maiores ataques da sua história, com um único propósito: destruí-la, queimá-la, acabar com os direitos dos trabalhadores.

Infelizmente, a sanção presidencial da Lei 13.467, do Governo Federal, conhecida como a reforma trabalhista, foi sancionada, é lei e está provocando enormes perdas a toda a nossa gente. O desemprego já chega a 14 milhões de pessoas, depois dessa reforma. Trabalho precário, trabalho informal, trabalho intermitente, trabalho em contrato exclusivo, em que você abre mão de todos os seus direitos sociais, que, segundo o IBGE, chegou a 45 mil pessoas.

Podíamos ainda citar o negociado sobre o legislado. Com essa dita reforma, a lei não vale mais para o trabalhador; só vale para o empregador. E foi baseado na CLT e na própria Constituição, que o Senador Randolfe citou, que nós aprovamos uma política de salário mínimo que tirou o salário mínimo de U\$60 para U\$300. Mas agora eles falam que tudo é o negociado e não vale mais a lei, para onde vamos?

Essa lei, ao contrário do que eles dizem, não tem nada de modernizadora e muito menos de geradora de emprego, como os dados que aqui eu listei. A partir desse retrocesso, criamos então, na Comissão de Direitos Humanos, uma comissão especial com a participação da sociedade e escrevemos uma nova CLT, que muitos chamam de "Novo Estatuto do Trabalho".

Senador Randolfe, que foi parceiro e esteve comigo sempre, eu tenho, digamos, uma caminhada com os estatutos: Estatuto do Idoso; da Igualdade Racial; da Pessoa com Deficiência; da Juventude – do qual fui Relator –; do ECA, de cuja discussão participei, mas não fui nem relator nem fui autor; da Lei Maria da Penha. São propostas das quais eu participei ao longo da história. E o Senador Donizeti apresentou um projeto, que eu achei muito interessante, para que essas leis e a nova CLT e a Constituição estejam à disposição na sala de aula como exercício de cidadania da nossa gente.

Essa subcomissão foi presidida pelo Senador Telmário Mota, e eu fui Relator. O Estatuto do Trabalho não será uma legislação com o objetivo apenas de retomar o texto da CLT. Pelo contrário, é uma questão de justiça. Queremos revogar a reforma trabalhista e avançar na efetivação dos direitos do nosso povo e da nossa gente, aumentando, mas conjugando, quase que em uma parceria, os interesses de empregado e empregador.

Foi feito aqui no Congresso, e eles criaram a CLE, consolidação das leis somente do empregador. Por isso que deu essa lambança, essa esculhambação, uma insegurança jurídica enorme. Os próprios empregadores não sabem o que fazer. Os juízes estão dizendo que é inaplicável porque tem um artigo que choca diretamente com outro.

As legislações, Presidente, não podem beneficiar somente um lado do cenário, como foi feito na reforma em debate. Partimos do princípio de que não pode haver dois pesos e duas medidas. Os direitos e deveres devem ser iguais, como afirmou Rui Barbosa: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desigalam.

É fundamental que o Brasil retome o equilíbrio, o respeito entre capital e trabalho. O estatuto é uma ousada possibilidade para harmonizar os interesses de classes dos empregados e dos empregadores. Dessa forma, buscamos um diferencial que julgamos ser o mais importante na construção e na transformação de um país com um projeto verdadeiro de nação, que é a congregação humanista, solidária e de responsabilidade socioambiental.

Queremos fortalecer as instituições. A democratização do acesso ao mercado de trabalho, a facilitação do acesso e da permanência das pessoas com deficiência, dos idosos, dos jovens, enfim, dos negros, brancos, índios, ciganos, todos os segmentos, bem como combater qualquer forma de



discriminação, protegendo, por exemplo, aqui, sim, especificamente a mulher, porque a mulher, infelizmente, neste País, ganha, na mesma função, na mesma atividade, em torno de 30% a menos que o homem.

Queremos proteger a mulher gestante, porque é um absurdo que, nessa reforma que aprovaram – garantiram eles, contra nossa vontade –, mulher gestante, mulher grávida pode trabalhar em área insalubre, inclusive amamentar a criança também em área insalubre, quando for o caso. Tudo isso, claro, nós retiramos.

As novas tecnologias, os avanços da ciência e da humanidade estão fazendo com que novas profissões surjam no mercado de trabalho e no dia a dia das nossas vidas. Por isso, não significa a exclusão. Queremos a inclusão por melhores condições de vida para toda a nossa gente.

O debate iniciou-se na subcomissão, em agosto do ano passado, com a participação de um grupo técnico de estudos. Foram realizadas 20 audiências públicas. Vários especialistas do Brasil e do mundo, por exemplo, da OIT, foram ouvidos, além de ministros do próprio TST, juízes do trabalho, procuradores, auditores, juristas, servidores públicos, aposentados, centrais sindicais e representantes do empresariado. É importante destacar a participação do cidadão, através do e-Cidadania e do Alô Senado.

O Estatuto do Trabalho não é uma peça pronta. A primeira versão será apresentada à sociedade no dia 10 de maio. Far-se-á um registro, dando início, a partir dali, a um processo de discussão com toda a sociedade, Estado por Estado.

Senador Randolfe, gostaria muito de ir ao seu Estado, a seu convite, para discutirmos a nova CLT. V. Ex^a, que é um defensor do trabalhador, do aposentado, não aceita nenhum tipo de preconceito, como eu também não aceito, e sempre é uma satisfação caminhar ao seu lado.

Pretendemos também apresentar... Aí me questionaram, porque eu ia apresentar aos pré-candidatos. Eu vou apresentar, sim, e eles que digam que são contra ou são a favor. Não sou eu, a Comissão vai apresentar aos pré-candidatos à Presidência da República.

Todos os brasileiros têm direito à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho digno, por exemplo, férias, salário decente, descanso diário como também semanal, a uma aposentadoria decente. Enfim, um patamar mínimo de dignidade, como previsto na Constituição Cidadã, citado recentemente por V. Ex^a, Senador Randolfe.

Por isso, eu acredito que a relação capital e trabalho deve ser justa e de alto nível. O Estatuto do Trabalho é o início de um novo marco cívico, amplo e responsável, assim como foi a CLT de Getúlio Vargas. Ele está sendo construído de baixo para cima, com a participação de toda a sociedade, dos meios produtivos, com a força da mão de obra brasileira, sindicatos, federação, confederação, partidos políticos, enfim, estudantes, aposentados, todos serão convidados a participarem desse debate.

Concluo, Sr. Presidente. Ainda hoje eu fiz um debate, na Comissão de Direitos Humanos, sobre a concentração de renda no Brasil. V. Ex^a já falou da tribuna também e conhece os números, seis famílias detêm praticamente 51% de tudo que há no País. O Brasil é considerado o País, na proporção, de maior concentração de renda do mundo. O lucro dos bancos, como foi colocado lá: nenhum país no mundo tem um lucro semelhante ao nosso. Eles colocaram a escala lá, país por país, eu me lembro: Dinamarca, Suécia, Holanda, enfim, não há um país no mundo em que o sistema financeiro tenha tido tanto lucro como no Brasil.

São essas preocupações que fazem com que a gente caminhe nessa linha – e V. Ex^a tem sido muito parceiro – de assegurar qualidade de vida, renda decente, emprego e educação, claro.



Mas eu falava outro dia e fiz uma audiência pública sobre os planos de saúde. É covardia o que os planos de saúde estão fazendo. Você fixou uma mensalidade x, o salário não acompanhou nem sequer o crescimento da inflação, e os planos de saúde aumentam a prestação anual em 3, 4, 5 vezes o que foi a inflação. Houve casos de planos de saúde, tenho denúncias na Comissão de Direitos Humanos, que aumentaram 60%, 70% a mensalidade. É obrigar a pessoa a desistir, às vezes, pagou 10, 15, 20 anos, e ir para o SUS.

Estou chegando, cada vez mais, à conclusão de que nós temos que fortalecer, fortalecer e fortalecer o SUS. Aí as pessoas poderão, sim, ir para o SUS, com tratamento de qualidade, com dignidade. Vou dar um exemplo que dei outro dia: tenho um filho que mora em Florianópolis. Eu pago o plano de saúde dele, não sei até quando, mas estou conseguindo pagar. Mas, ele foi lá e não foi bem atendido, daí um colega disse para ele: "Vai ao SUS que vai ser bem atendido". Não é que ele foi ao SUS, foi atendido muito bem e resolveu o problema de saúde, que era da esposa dele. Resolveu, o SUS resolveu.

Então, o nosso SUS é de excelência, é de qualidade. Claro que, a partir do momento em que milhões de pessoas saem do plano de saúde e vão para o SUS, o SUS não dá conta. Então, temos que pensar, cada vez mais, em investir no SUS, em investir no orçamento, em dinheiro que vá para o nosso SUS, porque, a continuar como os planos de saúde estão fazendo, com esses aumentos abusivos, as pessoas vão sair, não tem como.

Veja bem, eu sou Senador da República. Eu pagava o plano para os netos. Aos filhos, já estou dizendo que eles vão ter que se virar, os netos ainda estou mantendo, mas não sei até quando. A minha tendência é dizer: vamos todos para o SUS. Só que temos que valorizar o SUS com investimento, com estrutura, para que todos tenham saúde de qualidade.

O SUS faz o que pode com pouco investimento. Precisa ter mais médicos, mais enfermeiros, mais estrutura para que a saúde... O SUS pode dar, desde que tenha estrutura. Eles querem dar, mas não têm estrutura, e os planos de saúde ficam prevalecendo.

É isso, Presidente. Muito obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador Paulo Paim, em absoluto. Quero cumprimentar V. Ex^a por todos os aspectos que V. Ex^a destacou aí da tribuna.

Primeiramente, quero saudá-lo pela iniciativa do Estatuto do Trabalho, que vem em boa hora, principalmente quando a medida provisória que o Sr. Presidente da República havia prometido para minimizar os absurdos da reforma trabalhista...

E destaquemos: a reforma trabalhista que aprovaram neste plenário fracassou. Estamos aí com mais de 1,5 milhão de brasileiros abaixo da linha da miséria. O desemprego, que em 2016 era de 10%, já passou dos 12%; ou seja, o desemprego aumentou. E a condição do emprego...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É de 13,7%.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... bem corrigido, 13,7%. E o subemprego, a precarização do trabalho aumentou absurdamente. Tudo resultado da reforma trabalhista que lamentavelmente aqui foi aprovada.

E hoje estamos na situação esdrúxula, absurda de mulheres grávidas trabalharem em situação insalubre, à luz da legislação atual, e isso por uma única circunstância...



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que não existe em nenhum país do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Não existe em nenhuma barbárie do mundo, acho que nem nos regimes mais perversos em relação ao trabalho. É algo que nem no século XIX, em relação às condições dos trabalhadores, como Marx assim denunciava, no século XIX, havia algo igual.

É importante o Estatuto do Trabalho, principalmente porque nós hoje estamos sob a vigência de uma das piores legislações trabalhistas da história do mundo. A medida provisória do Governo fracassou, e eu acho que fracassou propositadamente.

Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa.

O convite para ir a Macapá já está feito aqui por mim, para levar o debate, como V. Ex^a já foi algumas outras vezes.

Em relação aos planos de saúde...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E fui recebido lá por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E sempre será bem recebido, porque é uma honra sempre caminhar ao seu lado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E quando for ao Rio Grande do Sul, não se esqueça de mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É uma honra caminhar ao seu lado. Acrescenta ao meu currículo ter V. Ex^a ao meu lado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – V. Ex^a também denunciou aqui os planos de saúde.

Senador Paim, talvez não mais agora, porque esta Legislatura está acabando, mas acho que cabe uma comissão parlamentar de inquérito ser instalada aqui para fazer uma investigação séria sobre o funcionamento dos planos de saúde no Brasil.

Cumprimento V. Ex^a pelos temas. Para mim, é sempre uma honra dirigir a Mesa do Senado e ouvir e aprender com os pronunciamentos de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O respeito e o carinho pelas suas posições, pode saber que são os mesmos, como foi aqui acabar com essa farra do foro privilegiado. O que é isso? Parabéns a V. Ex^a pela iniciativa do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu que agradeço, Senador Paulo Paim.

E com o belíssimo pronunciamento do Senador Paulo Paim, antes de concluir, a Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que está convocada Sessão Solene do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, terça-feira, às 11h, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os cem anos do Dia das Mães no Brasil.

Não havendo mais oradores, declaro encerrada esta sessão não deliberativa do Senado Federal desta segunda-feira, 7 de maio de 2018.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 56 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 63ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Recebido o Ofício nº 44, de 2018, da CDH, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2015, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o Ofício:





SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 44/18 - CDH

Brasília, 03 de maio de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 648 de 2015, de autoria do Senador Alvaro Dias. A proposição em apreço *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia.*

Atenciosamente,

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PLS 648 2015
JJ

Recebido o Ofício nº 45, de 2018, da CDH, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2016, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o Ofício:





SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 45/18 - CDH

Brasília, 03 de maio de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 126 de 2016, de autoria do Senador Waldemir Moka, e as Emendas nº 1, 2 e 3-CDH. A proposição em apreço altera a *Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.*

Atenciosamente,

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PLS 126 2016
15

Recebido o Ofício nº 46, de 2018, da CDH, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o Ofício





SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 46/18 - CDH

Brasília, 03 de maio de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 403 de 2016, de autoria do Senador Romário. A proposição em apreço altera a *Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.*

Atenciosamente,

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PLS 403 2016
13

Aviso do Tribunal de Contas da União





SENADO FEDERAL

AVISO Nº 16, DE 2018

Encaminha cópia do Acórdão nº 678/2018 - TCU, referente à Tomada de Contas Especial instaurada para apurar investimentos da Petrobrás na usina termelétrica Termoceará (TC 018.402/2014-3).

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À CTFC



[Página da matéria](#)



Aviso nº 160-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 2 de abril de 2018.

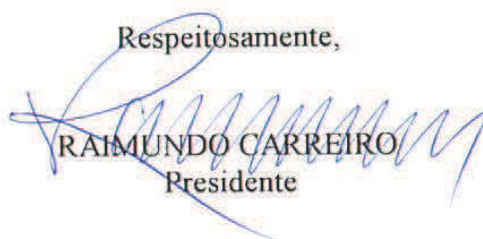
Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 678/2018 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 018.402/2014-3, que trata de Tomada de contas especial instaurada para apurar possíveis irregularidades em investimentos realizados pela Petrobrás na usina termelétrica Termoceará. Análise das respostas da audiência e das citações, relatado pelo Ministro BENJAMIN ZYMLER na Sessão Ordinária de 28/03/2018.

Por oportuno, informo que o relatório e o voto que fundamentam essa deliberação podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br.

Esclareço, ainda, que este Tribunal poderá encaminhar a Vossa Excelência, caso solicitado, cópia desses documentos sem custos.

Respeitosamente,


RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

GRUPO II – CLASSE IV– Plenário

TC 018.402/2014-3

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Responsáveis: Antônio Luiz Silva de Menezes (092.036.057-20); Francisco Roberto Andre Gros (038.644.137-53); Geraldo Vieira Baltar (040.938.607-34); Irani Carlos Varella (132.512.360-91); Jorge Marques de Toledo Camargo (114.400.151-04); José Coutinho Barbosa (003.161.053-68); João Pinheiro Nogueira Batista (546.600.417-00); Rogério Almeida Manso da Costa Reis (599.705.617-15); e Termoceará Ltda. (04.605.162/0001-04);

Representação legal: Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Gabriela Navarros Guedes Fernandes (OAB/RJ 166.107) e outros, representando Antônio Luiz Silva de Menezes; Geraldo Vieira Baltar; Irani Carlos Varella; Jorge Marques de Toledo Camargo; José Coutinho Barbosa; João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis; Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460) e outros, representando Termoceará Ltda. e Petróleo Brasileiro S.A ; Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110) e outros, representando o espólio do Sr. Francisco Roberto Andre Gros.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PARA A CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA TERMOCEARÁ. SUPOSTA DISTRIBUIÇÃO IRREGULAR DE RISCO. DESCUMPRIMENTO DE DEVERES DE DILIGÊNCIA. SUPOSTO PREJUÍZO AO ERÁRIO POR CONTA DO AUMENTO INJUSTIFICADO DA TARIFA DE ALOCAÇÃO ENTRE O 2º TERMO DE COMPROMISSO E O CONTRATO DEFINITIVO. ASSINATURA DE TERMO DE COMPROMISSO SEM AUTORIZAÇÃO DA DIRETORIA E SEM PARECER JURÍDICO. CITAÇÃO E AUDIÊNCIA. NOTÍCIAS DE IRREGULARIDADES EXTRAÍDAS DA IMPRENSA SOBRE A OCORRÊNCIA DE ATOS DE CORRUPÇÃO NA AQUISIÇÃO DE TURBINAS. FATOS NÃO RELACIONADOS AOS OBJETOS DESTE PROCESSO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM OUTRAS USINAS OPERADAS EM CONSÓRCIO INTEGRADO PELA PETROBRAS. AUTORIZAÇÃO PARA QUE A UNIDADE TÉCNICA AUTUE PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A OBTENÇÃO DE PROVAS JUNTO A OUTRAS INSTÂNCIAS E A AVALIAÇÃO DA OPORTUNIDADE DE CONTROLE. JUNTADA DE RELATÓRIO DE COMISSÃO INTERNA DE INVESTIGAÇÃO DA PETROBRAS. FATOS QUE NÃO GUARDAM CONEXÃO COM AS OCORRÊNCIAS RELATADAS NESTE FEITO. DETERMINAÇÃO PARA AUTUAÇÃO DE PROCESSO APARTADO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

ACATAMENTO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DOS RESPONSÁVEIS CITADOS. CONTAS REGULARES COM QUITAÇÃO PLENA. ACATAMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DE RESPONSÁVEL PELA PRESENÇA DE CLÁUSULA SUPRALEGAL EXCLUDENTE DA CULPABILIDADE. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DOS DEMAIS RESPONSÁVEIS. RECONHECIMENTO DA GRAVIDADE DOS FATOS. MULTA E INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CIÊNCIA AOS RESPONSÁVEIS E ÓRGÃOS INTERESSADOS.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada por força do item 9.5 do Acórdão 1850/2014-Plenário, lavrado no âmbito do TC 032.295/2010-3:

“9.5. determinar a constituição de processo apartado, com natureza de tomada de contas especial, para apreciação dos indícios de irregularidades identificados nos presentes autos, acerca dos investimentos realizados pela Petrobrás na usina termelétrica Termoceará.”

2. O processo que deu origem a este feito foi autuado para apuração de supostas irregularidades nos contratos firmados pela Petrobras para a construção e operação das usinas termelétricas Mário Lago, Barbosa Lima Sobrinho e Termoceará, as quais haviam sido identificadas em auditoria realizada por este Tribunal.

3. Por meio do Acórdão 1850/2014-Plenário, o Tribunal analisou os indícios de irregularidades atinentes aos contratos de construção e operação das usinas Mário Lago e Barbosa Lima Sobrinho e o achado referente à ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) para as usinas termelétricas Barbosa Lima Sobrinho e Termoceará.

4. Quanto às demais ocorrências relacionadas à usina Termoceará, esta Corte de Contas determinou à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat), que:

9.6.1. efetue o cálculo dos valores supostamente despendidos a maior pela Petrobras em razão do pagamento das tarifas de alocação de capacidade e de alocação variável de O&M da MPX, previstas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termoceará, decorrentes da utilização da data-base do 2º Termo de Compromisso como termo a quo para o reajuste contratual (7/2/2002), em detrimento da data da assinatura do acordo de participação (7/5/2002), adotando as medidas processuais cabíveis caso identifique a ocorrência de débito e/ou ato de gestão antieconômico e submetendo os autos ao Relator, em caso de nova audiência/citação;

9.6.2. avalie:

9.6.2.1. as consequências jurídicas e econômicas da eventual não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoceará, em face das disposições do 2º Termo de Compromisso;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

9.6.2.2. *se era exigível conduta diversa dos agentes administrativos que submeteram à aprovação e aprovaram os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termo Ceará, diante da anterior celebração do 2º Termo de Compromisso;*

9.6.2.3. *a supressão, no 2º Termo de Compromisso, da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos, e a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível”.*

5. A fim de melhor elucidar as razões que levaram à adoção das referidas medidas saneadoras, cabe transcrever as considerações que fiz, em juízo preliminar, no voto condutor do Acórdão 1850/2014-Plenário:

34. *Todavia, persiste como irregularidade a questão da periodicidade do reajuste. Conforme o anexo 5.02 (a) – peça 16, p. 135 do TC 005.251/2007-0 (processo apenso) -, “as Alocações de Capacidade da MPX serão ajustadas anualmente a começar da data do Termo de Compromisso (5 de fevereiro de 2002) (ou naquele período de tempo inferior conforme possa, de tempos em tempos, ser permitido por lei), de acordo com a fórmula abaixo:”.*

35. *Considerando que a tarifa de alocação de capacidade foi convertida em reais, por ocasião da assinatura do termo de compromisso, em 7/5/2002 – US\$ 19,63 x R\$/dólar 2,4214 = R\$ 47,53 –, tal data deve ser considerada a de referência para fins de contagem da periodicidade anual da correção monetária. Sendo assim, o correto seria que o reajuste contratual tivesse ocorrido somente um ano depois, ou seja, em 7/5/2003, conforme preconiza o art. 2º, § 1º c/c o art. 3º § 1º, da Lei 10.192/2001:*

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

36. *Ressalto que os preços-base do contrato foram convertidos em real na data da assinatura do acordo de cooperação, sendo esta, portanto, a data-base adequada para fins de reajuste anual.*

37. *Continuando o feito, observo que tal situação também ocorreu no reajuste da tarifa de alocação variável de operação e manutenção – anexo 5.02 (b) do acordo de participação.*

38. *Dessa forma, julgo de bom direito o retorno dos autos à SecexEstat para que efetue o cálculo dos valores supostamente despendidos a maior pela Petrobras em razão do pagamento das tarifas de alocação de capacidade e de alocação variável de O&M da MPX, previstas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termo Ceará, decorrentes da utilização da data-base do 2º Termo de Compromisso como termo a quo para o reajuste contratual (7/2/2002), em detrimento da data da assinatura do acordo de participação (7/5/2002). Ato contínuo, deve a unidade técnica adotar as medidas processuais cabíveis caso identifique a ocorrência de débito e/ou ato de gestão antieconômico, submetendo os autos a este Gabinete, em caso de nova audiência/citação.*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

39. No caso, considerando os princípios da racionalidade administrativa e da organização processual e a fim de possibilitar o julgamento, desde logo, das demais questões levantadas no processo, referente às usinas Barbosa Lima Sobrinho e Mário Lago, consoante os capítulos seguintes, julgo adequado constituir processo apartado, com a natureza de tomada de contas especial, para que sejam desenvolvidos os atos processuais aduzidos no item anterior.

(...)

40. Com relação à suposta administração irregular dos negócios da companhia, materializada pela assinatura de contratos contendo cláusulas desfavoráveis à entidade, no que se refere à distribuição dos riscos, é preciso levar em conta, para o deslinde da matéria, as circunstâncias existentes na ocasião em que os ajustes foram firmados.

(...)

55. Com relação ao indício de irregularidade similar ocorrido na assinatura do contrato de constituição de consórcio referente à usina termelétrica Termoceará, assinado em março de 2002, é preciso levar em conta a sistemática adotada pela Petrobras na celebração de tal ajuste e as circunstâncias do mercado existentes na ocasião.

56. Conforme visto, previamente à assinatura do contrato definitivo, foram celebrados termos de compromisso, em setembro de 2001 e fevereiro de 2002, os quais tinham o caráter vinculante e, portanto, impunham às partes o dever de assinar os ajustes e respeitar as condições acertadas anteriormente.

57. Na época da celebração do 1º Termo de Compromisso, o preço da energia girava em torno de 684,00 R\$/MWh, ou seja, estava bem acima do piso tarifário garantido pela Petrobras, 159,60 R\$/MWh, tendo sido prevista, no instrumento, a possibilidade de pagamento de perdas e danos em caso de descumprimento do dever de contratar.

58. No 2º Termo de Compromisso, celebrado sem a autorização da Diretoria e sem parecer jurídico da companhia, o preço da energia havia caído para 319,41 R\$/MWh, isto é, ainda estava acima dos custos máximos a serem incorridos pela Petrobras, 146,68 R\$/MWh. Todavia, foi retirada a cláusula que previa o pagamento de perda e danos na hipótese de não assinatura do contrato definitivo, tendo sido incluída, em substituição, multa diária no caso de descumprimento do dever de contratar. De ressaltar que, quando da aprovação dos documentos contratuais para o acordo de participação, em março de 2002, os preços da energia haviam caído para 4,00 R\$/MWh

59. Nesse cenário, resta dúvidas sobre as alternativas jurídicas disponíveis e as suas consequências econômicas, caso a Petrobras, após a celebração do 2º Termo de Compromisso, tivesse desistido de assinar o contrato. Nesse passo, entendo adequado avaliar se, sob o ponto de vista econômico, era mais razoável a não assinatura do acordo de participação, com o consequente pagamento de indenização à MPX Termoceará Ltda., ao invés da celebração do ajuste com o nível de exposição de riscos descrito, diante dos preços vigentes da energia, em que era praticamente certo o pagamento das contingências.

60. Sendo assim, considerando a proposta anterior de fazer retornar o feito à SecexEstat para adoção da medida processual preconizada no item 38 supra, julgo de bom direito adiar o exame de mérito dos fatos expressos nas letras “b.1” e “d.1” do subitem 2.2, a fim de que a unidade técnica avalie as consequências jurídicas e econômicas da não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoceará, em face das disposições do 2º Termo de Compromisso.

61. Nesse contexto, deve a SecexEstat avaliar se era exigível conduta diversa dos agentes administrativos que submeteram à aprovação e aprovaram os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará, diante da anterior celebração do 2º Termo de Compromisso.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

62. De todo modo, com relação ao Sr. Francisco Roberto André Gros, observo que o responsável faleceu antes da realização da audiência. Sendo assim, sequer cabia a realização de tal medida processual, ante o caráter intransferível da pena. Por esse motivo, cabe excluir o responsável da relação processual.

(...)

68. Quanto ao fato aduzido na letra “e” do subitem 2.2, observo que a assinatura do 2º Termo de Compromisso, sem a emissão de parecer jurídico e sem a aprovação da Diretoria Executiva, constitui, numa primeira análise, assente violação ao art. 33, inciso II, alínea “m” e 34, parágrafo único, do Estatuto da Companhia.

69. Considerando a natureza contratual do termo de compromisso, além das circunstâncias fáticas do momento – queda do preço da energia, em fevereiro de 2002, frente ao cenário do 1º semestre -, é possível que o Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes não tenha agido com o dever de cuidado e diligência esperados, ainda mais considerando a supressão, no 2º Termo de Compromisso, da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos.

70. Todavia, considerando que a supressão da aludida cláusula não foi objeto de audiência do responsável, assim como a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, determino que a SecexEstat reavalie tais circunstâncias, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível”.

6. Nesse contexto, encontram-se pendentes de julgamento, além dos aspectos levantados no voto condutor do Acórdão 1850/2014-Plenário, as seguintes ocorrências que foram objeto de audiência, no bojo do TC 032.295/2010-3:

9.2.2. na qualidade de gerente executivo de energia, Geraldo Vieira Baltar (040.938.607-34) e, na qualidade de Diretor, Antônio Luiz Silva de Menezes (092.036.057-20) por:

9.2.2.1. submeterem à aprovação da Diretoria Executiva, por meio do DIP ENERGIA nº 27/2002, os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termo Ceará com as seguintes irregularidades:

a) termos contratuais expressivamente desfavoráveis à Petrobras, no sentido de que atribuíam à companhia o risco regulatório, o risco do mercado de energia, o risco do mercado de combustível e o risco cambial, enquanto que ao investidor privado era atribuído somente o risco de projeto e estrutura de financiamento;

c) situação agravada pelo forte cenário, em 2002, de que os preços do MWh do mercado spot nordestino caíam sensivelmente, bem como a própria demanda de mercado por energia elétrica em face do novo comportamento dos consumidores depois das medidas de racionamento ocorridas em 2001, fatores esses que indicavam a não viabilidade econômica do empreendimento.

9.2.4. (...) na qualidade de integrantes da Diretoria Executiva da Petrobras, José Coutinho Barbosa (003.161.053-68), Antônio Luiz da Silva de Menezes (092.036.057-20), Jorge Marques de Toledo Camargo (114.400.151-04), Rogério Almeida Manso da Costa Reis (599.705.617-15), João Pinheiro Nogueira Batista (546.600.417-00) e Irani Carlos Varela (132.512.360-91) por:

9.2.4.1 aprovarem o contrato de consórcio com a empresa MPX, para a constituição e operação da usina termelétrica Termo Ceará (Ata DE nº 4.346, de 07/03/2002), com as seguintes irregularidades:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

a) *termos contratuais expressivamente desfavoráveis à Petrobras, no sentido de que atribuíam à companhia o risco regulatório, o risco do mercado de energia, o risco do mercado de combustível e o risco cambial, enquanto que ao investidor privado era atribuído somente o risco de projeto e estrutura de financiamento;*

c) *situação agravada pelo forte cenário, em 2002, de que os preços do MWh do mercado spot nordestino cairiam sensivelmente, bem como a própria demanda de mercado por energia elétrica em face do novo comportamento dos consumidores depois das medidas de racionamento ocorridas em 2001, fatores esses que indicavam a não viabilidade econômica do empreendimento.*

9.2.5. *na qualidade de Diretor, Antônio Luiz Silva de Menezes (092.036.057-20) por assinar o 2º Termo de Compromisso com a MPX sem ter sido submetido à aprovação da Diretoria Executiva e ao Jurídico, em desrespeito ao art. 33, II, “m” do Estatuto Social da Companhia;”.*

7. Cabe ressaltar que o Sr. Francisco Roberto André Gros (038.644.137-53) havia sido chamado em audiência em virtude do fato indicado no subitem 9.2.4 do Acórdão 3.017/2010-Plenário, transcrito acima.

8. Na sequência, a SecexEstatais deu andamento ao processo, na forma da instrução transcrita parcialmente a seguir:

2. *Trata a presente instrução de análise e novo pronunciamento sobre as razões de justificativa e alegações de defesa dos responsáveis em face dos indícios de irregularidades apresentadas no TC 032.295/2010-3. Entretanto, preliminarmente a essa atividade, faz-se necessária a análise de quatro preliminares determinadas no citado decisum.*

2.1. *Conforme subitem 9.6.1 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário, deve-se efetuar o cálculo dos valores supostamente despendidos a maior pela Petrobras em razão do pagamento das tarifas de alocação de capacidade e de alocação variável de O&M da MPX, previstas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termoceará, decorrentes da utilização da data-base do 2º Termo de Compromisso como termo a quo para o reajuste contratual (7/2/2002), em detrimento da data da assinatura do acordo de participação (7/5/2002).*

2.2. *Ademais, nos termos do subitem 9.6.2 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário, deve-se avaliar, no âmbito desta tomada de contas:*

a) *as consequências jurídicas e econômicas da eventual não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoceará, em face das disposições do 2º Termo de Compromisso;*

b) *se era exigível conduta diversa dos agentes administrativos que submeteram à aprovação e aprovaram os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará, diante da anterior celebração do 2º Termo de Compromisso; e*

c) *a supressão, no 2º Termo de Compromisso, da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos, e a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível.*

HISTÓRICO

3. *Destacam-se do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), da lavra do Ministro Benjamin Zymler, pontos importantes para entendimento lógico-sistemático dos fatos que serão submetidos à análise para cumprimento das determinações expostas no parágrafo anterior.*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

3.1. Como resultado das irregularidades identificadas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termoceará, foram executadas as seguintes medidas processuais:

2. No âmbito do processo, foram promovidas as seguintes medidas processuais:

2.1 Citação do/(a)/(s):

a) Srs. Geraldo Vieira Baltar e Antônio Luiz da Silva Menezes, respectivamente, Gerente Executivo de Energia e Diretor de Energia, por submeterem à aprovação da Diretoria Executiva, por meio do DIP ENERGIA nº 27/2002, os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará (datado em 18/03/02), sendo que a cláusula da tarifa de capacidade de US\$ 19,63 (referente à conversão de R\$ 47,53 a R\$/US\$ 2,4214) estava maior do que a estabelecida no 2º Termo de Compromisso em 5/2/2002, de US\$ 18,25, incremento esse sem qualquer justificativa técnica e/ou financeira, com o agravante de que a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a do Acordo de Participação; e

b) espólio ou sucessores do Sr. Francisco Roberto André Gros, Presidente da Petrobras, e dos Srs. José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varela, integrantes da Diretoria Executiva da Petrobras, por aprovarem a assinatura do Acordo de Participação (Participation Agreement), conforme ATA DE nº 4.346, item 6, de 7/3/2002, com a MPX cuja cláusula da tarifa de capacidade de US\$ 19,63 (referente à conversão de R\$ 47,53 a R\$/US\$ 2,4214) estava majorada sem justificativa técnica e/ou financeira em relação a essa mesma tarifa, anteriormente, homologada no 2º Termo de Compromisso (US\$ 18,25) por essa mesma Diretoria (conforme Ata 4.344, de 21/2/2002, apresentando ainda como agravante que a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a data do Acordo de Participação;

c) Termoceará Ltda., atual nome empresarial da MPX Termoceará Ltda., tendo em vista a sua condição de terceira beneficiária do dano ao erário causado pelo aumento do valor da tarifa de capacidade de US\$ 18,25, estabelecido no 2º Termo de Compromisso em 5/2/2002, para US\$ 19,63 (referente à conversão de R\$ 47,53 a R\$/US\$ 2,4214), estabelecido no Acordo de Participação (Participation Agreement) entre a Petrobras e MPX (Termoceará), incremento esse sem qualquer justificativa técnica e/ou financeira, com o agravante de que a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a do Acordo de Participação.

2.2. Audiência do/(s):

(...)

b) Srs. Geraldo Vieira Baltar e Antônio Luiz Silva de Menezes, respectivamente, gerente executivo de energia e Diretor de Energia, por submeterem à aprovação da Diretoria Executiva, por meio do DIP ENERGIA nº 27/2002, os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará com as seguintes irregularidades:

b.1) termos contratuais expressivamente desfavoráveis à Petrobras, no sentido de que atribuíam à companhia o risco regulatório, o risco do mercado de energia, o risco do mercado de combustível e o risco cambial, enquanto que ao investidor privado era atribuído somente o risco de projeto e estrutura de financiamento;

b.2) ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) em desrespeito à Sistemática de Planejamento, Aprovação e Acompanhamento de Projetos de Investimento do Sistema Petrobras e às boas práticas de gestão de projetos e risco; e





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

b.3) situação agravada pelo forte cenário, em 2002, de que os preços do MWh do mercado spot nordestino caíam sensivelmente, bem como a própria demanda de mercado por energia elétrica em face do novo comportamento dos consumidores depois das medidas de racionamento ocorridas em 2001, fatores esses que indicavam a não viabilidade econômica do empreendimento;

(...)

d) do espólio ou sucessores de Francisco Roberto André Gros, então Presidente da Petrobras, e dos Srs. José Coutinho Barbosa, Antônio Luiz da Silva de Menezes, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varela, integrantes da Diretoria Executiva da Petrobras, por aprovarem o contrato de consórcio com a empresa MPX, para a constituição e operação da usina termelétrica Termoceará (Ata DE nº 4.346, de 07/03/2002), com as seguintes irregularidades:

d.1) termos contratuais expressivamente desfavoráveis à Petrobras, no sentido de que atribuíam à companhia o risco regulatório, o risco do mercado de energia, o risco do mercado de combustível e o risco cambial, enquanto que ao investidor privado era atribuído somente o risco de projeto e estrutura de financiamento;

d.2) ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) para o projeto, em desrespeito à Sistemática de Planejamento, Aprovação e Acompanhamento de Projetos de Investimento do Sistema Petrobras e às boas práticas de gestão de projetos e risco; e

d.3) situação agravada pelo forte cenário, em 2002, de que os preços do MWh do mercado spot nordestino caíam sensivelmente, bem como a própria demanda de mercado por energia elétrica em face do novo comportamento dos consumidores depois das medidas de racionamento ocorridas em 2001, fatores esses que indicavam a não viabilidade econômica do empreendimento;

e) Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, na qualidade de Diretor, por assinar o 2º Termo de Compromisso com a MPX sem ter sido submetido à aprovação da Diretoria Executiva e ao Jurídico, em desrespeito ao art. 33, II, “m” do Estatuto Social da Companhia;

3.2. A complexidade da questão pode ser percebida pela falta de um parecer unânime sobre as questões:

4. A Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat) analisou as respostas dos responsáveis em dois momentos distintos, em ambos com pareceres divergentes. [peças 2 a 4 e 7 a 11]

(...)

17. O Ministério Público junto ao TCU, em parecer de lavra do Subprocurador Lucas Rocha Furtado, divergiu das propostas de imputação de débito e multa aos responsáveis, sob o argumento que as decisões de investimento da Petrobras se deram no âmbito do espaço de discricionariedade usual de quem atua no exercício de atividade econômica. Nesse passo, propôs que o processo fosse arquivado com fundamento no art. 7º da IN-TCU nº 71/2012. [peça 13]

3.3. No que tange às irregularidades relacionadas ao Acordo de Participação firmado entre a Petrobras e a MPX Termoceará Ltda., matéria tratada nesta TCE, observando-se o item 19 do Voto em comento e fazendo-se as devidas supressões aos tópicos relacionados às UTEs Mário Lago – antiga Macaé Merchant, e Barbosa Lima Sobrinho – antiga Eletrobolt, ressalta-se que, em apertada síntese, esta TCE envolve a discussão da ocorrência dos seguintes fatos (reproduzidos expressamente no subitem 3.1 desta Instrução) e da culpabilidade dos agentes envolvidos:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

a) assinatura de contrato contendo obrigação financeira com valor superior ao pactuado em ajuste preliminar, o que gerou pagamentos a maior por parte da entidade (letras “a”, “b” e “c” do subitem 2.1 do Voto);

b) administração irregular dos negócios da companhia, materializada pela assinatura de contratos contendo cláusulas desfavoráveis à entidade, no que se refere à distribuição dos riscos (letras “b.1” e “d.1” do subitem 2.2, podendo-se acrescentar nesse grupo a piora do cenário em 2002, em função da queda sensível dos preços do MWh do mercado spot nordestino (letras “b.3” e “d.3” do subitem 2.2 do Voto);

c) ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) para a realização de investimentos (letras “b.2 e “d.2” do subitem 2.2 Voto); e

d) assinatura de termo de compromisso sem a aprovação da Diretoria Executiva e a emissão de parecer jurídico, em desacordo com o estatuto da companhia (letra “e” do subitem 2.2 do Voto).

3.4. Com relação ao primeiro fato (alínea ‘a’ do subitem anterior), que está relacionado à ocorrência ou não de débito, o Relator (parte III do seu Voto) entendeu que o deslinde da matéria estaria associado à discussão da natureza jurídica dos termos de compromisso, ao caráter vinculante ou não de suas disposições e à existência ou não de circunstâncias que permitiriam concluir que seria exigível por parte dos administradores da Petrobras conduta diversa da praticada. Desta análise, ressalta-se:

23. (...) conclui-se que os ajustes em exame [1º e 2º Termos de Compromisso, peças 23 e 24, respectivamente] constituíam espécie de contrato preliminar, sujeitos à disciplina dos arts. 462 e 463 do Código Civil (...)

24. Nesse ponto, abro um parêntese para afirmar que tais modalidades de contrato são usuais na dinâmica empresarial moderna, principalmente em situações que envolvam negócios complexos, com múltiplos aspectos jurídicos técnicos e econômicos a serem resolvidos. Nesse contexto, as tratativas são demoradas e as partes buscam o entendimento em relação a cada ponto, firmando contratos preliminares, de forma a obter o compromisso de firmar o contrato definitivo e oferecer segurança jurídica às condições em que já houve consenso.

25. À luz das disposições mencionadas, é assente que havia a obrigação para as partes de assinar o contrato definitivo. Dito de outra forma, não havia outra alternativa, após a pactuação dos termos de compromisso, que não a celebração do contrato de participação do investimento em exame. Porém, este não era o único dever das partes. Além de celebrar o contrato, os celebrantes deveriam assinar o ajuste principal segundo os termos e condições acertadas na avença preliminar.

(...) 29. Sendo assim, uma maior tarifa de alocação de capacidade, no caso do consórcio da usina Termo Ceará, implicava maiores pagamentos à sociedade empresária MPX Termo Ceará Ltda., a título de custos fixos de investimento, operação, manutenção e administração e remuneração do capital investido por ela. Ou, no caso de as receitas da comercialização de energia serem insuficientes, como ocorreu na prática, em valores a maior despendidos pela Petrobras no que se refere à contribuição de contingência.

30. Voltando à análise dos fatos, verifico, contudo, que não houve violação ao valor da tarifa de alocação de capacidade fixada no 2º Termo de Compromisso. Consoante memorial juntado aos autos em meu Gabinete (peça 137) [peça 12 dos presentes autos], a diferença registrada entre os valores, em dólar, consignados no aludido contrato preliminar e no acordo de participação, se deveu ao ajuste cambial promovido, em razão do câmbio utilizado na época das tratativas – R\$ 2,50 por dólar.

31. Nesse ponto, transcrevo a explicação trazida pelos defendentes:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

“Ocorre que, tendo sido fixado o valor do “ piso tarifário ” em reais, havia a necessidade de buscar o equilíbrio das negociações contratuais, uma vez que, para a MPX, havia a percepção de um risco cambial, em razão de que a compra dos equipamentos se daria em dólar. Por esta razão, convencionou-se em fixar em dólar o valor da tarifa de capacidade, atribuindo-se, para fins de simplificação das negociações, uma cotação fixa daquela moeda em R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) de modo a eliminar a necessidade de recalculer diversas vezes o valor flutuante, estabelecendo-se que, ao final, deveria ser realizada uma só conversão, a fim de se encontrar o preço definitivo em dólar no momento do fechamento do acordo.

Assim, por conta da boa condução dos negócios pelos gestores, a tarifa inicialmente fixada em US\$ 23,35 foi reduzida para US\$ 18,25 no 2º Termo de Compromisso e, quando da aprovação do Acordo de Participação, houve mero ajuste cambial, com a utilização do câmbio oficial do Banco Central do Brasil do dia 05/03/2002, tendo sido realizada a seguinte operação aritmética para fechar em US\$ 19,63 o valor definitivo da tarifa de capacidade:

$$\text{US\$ } 18,25 \times \text{R\$ } 2,50 \text{ (taxa cambial fixada)} = \text{R\$ } 45,625$$

Conversão final:

$$\text{R\$ } 45,625 / \text{R\$ } 2,3243 \text{ (câmbio de 05/03/2002)} = \text{US\$ } 19,629/\text{KW.mês}”$$

32. *De fato, considerando o valor do câmbio na referida data, que vem a ser o prazo final estabelecido para a assinatura do contrato – R\$ 2,3243 por dólar para a compra (<<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>> Acesso em 14.7.2014), verifico que o valor da tarifa de alocação em dólar, utilizado no acordo de cooperação (US\$ 19,63), representa a expressão monetária correta, em dólar, do montante pactuado no 2º Termo de Compromisso.*

33. *Dito de outra forma, caso o acordo de cooperação tivesse sido assinado em 5/3/2002, a tarifa de alocação de capacidade teria o mesmo valor, em reais, do 2º termo de compromisso, não havendo, portanto, irregularidade na definição do aludido montante. Sendo assim, entendo justificada a diferença verificada pela SecexEstat na expressão numérica da tarifa de alocação de capacidade.*

34. *Todavia, persiste como irregularidade a questão da periodicidade do reajuste. Conforme o anexo 5.02 (a) – peça 16, p. 135 do TC 005.251/2007-0 (processo apenso) -, “as Alocações de Capacidade da MPX serão ajustadas anualmente a começar da data do Termo de Compromisso (5 de fevereiro de 2002) (ou naquele período de tempo inferior conforme possa, de tempos em tempos, ser permitido por lei), de acordo com a fórmula abaixo:”.*

35. *Considerando que a tarifa de alocação de capacidade foi convertida em reais, por ocasião da assinatura do termo de compromisso, em 7/5/2002 – US\$ 19,63 x R\$/dólar 2,4214 = R\$ 47,53 –, tal data deve ser considerada a de referência para fins de contagem da periodicidade anual da correção monetária. Sendo assim, o correto seria que o reajuste contratual tivesse ocorrido somente um ano depois, ou seja, em 7/5/2003, conforme preconiza o art. 2º, § 1º c/c o art. 3º § 1º, da Lei 10.192/2001:*

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

36. *Ressalto que os preços-base do contrato foram convertidos em real na data da assinatura do acordo de cooperação, sendo esta, portanto, a data-base adequada para fins de reajuste anual.*

37. *Continuando o feito, observo que tal situação também ocorreu no reajuste da tarifa de alocação variável de operação e manutenção – anexo 5.02 (b) do acordo de participação.*

3.5. *Com relação ao segundo fato (alínea 'b' do subitem 3.3), que redundaram na determinação das avaliações expressas nas alíneas 'a' e 'b' do subitem 2.2 desta instrução, transcreve-se pontos essenciais da parte IV do Voto importantes para o seu exame de mérito:*

40. *Com relação à suposta administração irregular dos negócios da companhia, materializada pela assinatura de contratos contendo cláusulas desfavoráveis à entidade, no que se refere à distribuição dos riscos, é preciso levar em conta, para o deslinde da matéria, as circunstâncias existentes na ocasião em que os ajustes foram firmados.*

(...) 43. *Sendo assim, considerando que os preços da energia à época, que subiram de 103,54 R\$/Mwh (dezembro/2000) para 247,35 R\$/Mwh (abril/2001), aumentando em seguida de forma contínua até 684,00 R\$/Mwh (setembro/2001), é possível concluir, por uma análise simples dos preços de venda de energia, que o cenário de curto prazo era de alta de preços, na época da assinatura dos contratos das usinas termelétricas Barbosa Lima Sobrinho e Mário Lago (...).*

44. *Dessa forma, compreendo que não era possível concluir, de forma inequívoca, que a distribuição dos riscos adotada nos ajustes expunha a Petrobras a um resultado econômico esperado negativo e, portanto, refletia negligência e falta de cuidado na administração dos negócios da companhia.*

45. *No caso, embora o mercado de curto prazo, também conhecido como mercado spot, ou Mercado Atacadista de Energia (MAE), carregue como característica intrínseca a volatilidade, possuindo, portanto, maior risco, não é possível concluir que havia uma tendência de queda quando os negócios foram concluídos. Conforme se verifica no gráfico transcrito no relatório, a tendência de queda somente se confirmou no início de 2002, quase um ano após a assinatura do contrato da usina térmica Mário Lago.*

46. *Quanto ao assunto, ressalto que o Secretário da SecexEstat, no parecer de que trata a peça 128 [peça 11 dos presentes autos], apontou a existência de estudo da Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica, datado de julho de 2001, que apontava à época “a alta volatilidade do preço da energia no mercado spot”. Nesse passo, ressaltou o desinteresse das empresas privadas em investir em usina Merchant, mesmo antes do racionamento, que se iniciou em julho de 2001.*

47. *Com relação ao tema, além de os estudos mencionados terem sido elaborados após a assinatura dos ajustes, eles não conduzem à conclusão de que a distribuição de riscos adotada pela empresa estatal era desarrazoada e representava negócios inviáveis*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

economicamente. Pelo contrário, eles até reforçam à decisão de realizar tais investimentos em análise.

48. *Considerando que a Petrobras, por imposição do Ministério das Minas de Energia, havia sido instada a participar do Programa Prioritário de Termelétricidade, criado pelo Decreto 3.371/2000; e considerando o desinteresse das entidades privadas, diante do cenário de volatilidade narrado, nada mais natural que a entidade pública assumir posições contratuais com maior exposição a riscos.*

49. *Nesse ponto, transcrevo a opinião do Ministério Público junto ao TCU, em parecer elaborado pelo Subprocurador Lucas Rocha Furtado [peça 13 dos presentes autos]:*

“Não se deve perder de vista, ademais, que, consoante as circunstâncias descritas nos autos, a decisão de a Petrobras investir no mercado de energia termelétrica não foi presidida exclusivamente em face de interesses comerciais imediatos, mas também envolveu considerações de ordem macroeconômica e social de médio e longo prazo. Trata-se, evidentemente, de situação que amplia ainda mais a incerteza sobre as medidas que poderiam ser legitimamente adotadas e que, por consequência, implica o reconhecimento de maior campo de discricionariedade a seus dirigentes.

Admitindo-se – como fez o Secretário – que foi lícita a participação da Petrobras na política de geração de energia elétrica em curtíssimo prazo, mediante investimentos na construção de termelétricas, atrai-se, para a avaliação dos riscos, fatores alheios ao simples resultado financeiro de cada uma das unidades do sistema de geração de energia elétrica.

Em outras palavras, deve-se ter, em face dessa política, maior tolerância quanto à assunção de riscos, afinal a estratégia da empresa não deverá ser considerada bem ou mal sucedida tão-somente em face do lucro ou do prejuízo de cada uma das unidades na qual a Petrobras investiu, mas do resultado do conjunto de todas as usinas, não só em termos financeiros, mas também segundo os efeitos obtidos em relação ao demais objetivos acima aludidos (efeitos macroeconômicos, como a melhoria do ambiente de negócios, e sociais, como a não interrupção do fornecimento).

Com efeito, a Petrobras, como tantas outras empresas, teria seus negócios prejudicados em face do possível cenário econômico recessivo que então se avizinhava. Porém, ao contrário da maioria dessas outras empresas, a Petrobras, dada sua dimensão, sua natureza estatal, os insumos disponíveis (a Petrobras já contava com gás contratado), a sua área de atuação e seus interesses empresariais, tinha a oportunidade de engajar-se em projeto que não só poderia reverter expectativas ruins e o descrédito no setor, ampliando a oferta de energia elétrica para adequá-la à demanda, como também poderia vir a ser muito rentável, não obstante os riscos envolvidos.” (grifos acrescidos no Voto)

50. *Ademais, o fato de a Petrobras ter assumido boa parte dos riscos do negócio, em detrimento do consorciado privado, também tem uma explicação econômica. Quanto a esse ponto, também estou de acordo com o Ministério Público, por entender que tal risco constitui a “justa e proporcional contrapartida à possibilidade de a Petrobras lucrar com as usinas, mesmo sem nelas nada investir”.*

51. *Dito de outra forma, se as expectativas do preço de energia se confirmassem, a teor dos estudos de viabilidade e das simulações realizadas, assim como do cenário existente na época da celebração dos ajustes, a entidade dividiria os resultados positivos da comercialização da energia, sem investir qualquer recurso próprio nas usinas.*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

52. Ainda sobre o assunto, entendo que uma maior exposição a riscos não corresponde a uma irregularidade. O fato de um negócio ser de alto risco, não implica necessariamente que ele deva ser afastado, sob o ponto de vista de uma decisão empresarial. Nesse ponto, também estou de acordo com a análise efetuada pelo **Parquet**:

“(…) Trata-se de empresa que visa ao lucro, o que, como todos sabem, não se obtém sem a assunção de riscos. Tanto quanto, pois, é possível exigir desses dirigentes a adoção de iniciativas e estratégias em busca da majoração dos lucros da empresa, deve-se aceitar, também, que detenham competência para a assunção de riscos. Afinal, como não é estranho a ninguém, é próprio do mundo empresarial a vinculação entre altos riscos e a possibilidade de altos ganhos. Não creio que possa ser considerada ilegítima estratégia empresarial que busque maximização dos lucros.

O risco é inerente à atividade econômica. Algum dirigente que pretendesse evitá-lo completamente levaria à empresa certamente ao fracasso. Mas qual seria sua punição nessa hipótese? Acaso o TCU buscaria corrigir sua conduta aplicando multa para que assumisse mais riscos? Não creio que isso fosse razoável. A pena a ele aplicável se daria na esfera político-administrativa, em cuja instância incidem mecanismos próprios e suficientes para tal desiderato, como o reconhecimento e valorização dos profissionais cujas decisões resultam em benefícios para a corporação ou, ao contrário, o desprestígio, a desvalorização e até o afastamento daqueles que fracassam.

Então, de forma paralela, também entendo que, a assunção de, como diz o Secretário, altos riscos – o que, frise-se, não se confunde, por si só, com fraude ou ilegalidade – não deve atrair a sanção desse Tribunal, mas apenas subordinar-se aos controles próprios das companhias de capital aberto e às respectivas consequências.”.

53. O que importa, ao final, sob o ponto de vista econômico, é que um determinado investimento tenha valor esperado positivo. No caso, insisto que não há elementos para afirmar, sob o ponto de vista econômico, que foi indevida a exposição de riscos da entidade, nos dois negócios mencionados, haja vista a ausência de análise e de informações nos autos que levem à conclusão, de forma inequívoca, que o resultado esperado dos investimentos era negativo e, portanto, que os negócios eram inviáveis sob o ponto de vista econômico.

(…)

55. Com relação ao indício de irregularidade similar ocorrido na assinatura do contrato de constituição de consórcio referente à usina termelétrica Termo Ceará, assinado em março de 2002, é preciso levar em conta a sistemática adotada pela Petrobras na celebração de tal ajuste e as circunstâncias do mercado existentes na ocasião.

56. Conforme visto, previamente à assinatura do contrato definitivo, foram celebrados termos de compromisso, em setembro de 2001 e fevereiro de 2002, os quais tinham o caráter vinculante e, portanto, impunham às partes o dever de assinar os ajustes e respeitar as condições acertadas anteriormente.

57. Na época da celebração do 1º Termo de Compromisso, o preço da energia girava em torno de 684,00 R\$/MWh, ou seja, estava bem acima do piso tarifário garantido pela Petrobras, 159,60 R\$/MWh, tendo sido prevista, no instrumento, a possibilidade de pagamento de perdas e danos em caso de descumprimento do dever de contratar.

58. No 2º Termo de Compromisso, celebrado sem a autorização da Diretoria e sem parecer jurídico da companhia, o preço da energia havia caído para 319,41 R\$/MWh, isto é, ainda estava acima dos custos máximos a serem incorridos pela Petrobras, 146,68





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

R\$/MWh. Todavia, foi retirada a cláusula que previa o pagamento de perda e danos na hipótese de não assinatura do contrato definitivo, tendo sido incluída, em substituição, multa diária no caso de descumprimento do dever de contratar. De ressaltar que, quando da aprovação dos documentos contratuais para o acordo de participação, em março de 2002, os preços da energia haviam caído para 4,00 R\$/MWh.

59. Nesse cenário, resta dúvidas sobre as alternativas jurídicas disponíveis e as suas consequências econômicas, caso a Petrobras, após a celebração do 2º Termo de Compromisso, tivesse desistido de assinar o contrato. Nesse passo, entendendo adequado avaliar se, sob o ponto de vista econômico, era mais razoável a não assinatura do acordo de participação, com o consequente pagamento de indenização à MPX Termoeceará Ltda., ao invés da celebração do ajuste com o nível de exposição de riscos descrito, diante dos preços vigentes da energia, em que era praticamente certo o pagamento das contingências.

3.6. Com relação ao terceiro fato (alínea 'c' do subitem 3.3), transcreve-se pontos essenciais da parte V do Voto importantes para o seu exame de mérito:

63. Quanto à ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) para as usinas termelétricas Barbosa Lima Sobrinho e Termoeceará, acato o exame empreendido pela SecexEstat (peça 72) [peça 2 destes autos] e o pronunciamento do Parquet, incorporando as considerações adotadas como razões de decidir.

64. Embora não tenha sido apresentado um EVTE formal à Diretoria, verifico que os documentos internos elaborados para subsidiar a decisão da Diretoria trouxeram simulações de cenários do mercado de energia, considerando preço da energia, taxa de crescimento do mercado, oferta de energia e série hidrológica.

65. Ademais, ressalto que foi utilizado o programa NEWAVE, desenvolvido pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), o qual, segundo o memorial juntado pela defesa, vem a ser o mesmo utilizado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE para as suas projeções do comportamento do setor elétrico e pela Empresa de Planejamento Energético - EPE e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD nos contratos de comercialização de energia.

66. Com isso, cabível o acatamento parcial das razões de justificativa dos Srs. (...) Antônio Luiz da Silva de Menezes, (...) Geraldo Vieira Baltar, (...) Irani Carlos Varela, João Pinheiro Nogueira Batista, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, (...) Rogério Almeida Manso da Costa Reis e (...) com relação aos fatos expressos nas letras (...) "b.2" (...) e "d.2" do subitem 2.2.

67. Com relação ao Sr. Francisco Roberto André Gros, observo que o responsável faleceu antes da realização da audiência. Sendo assim, sequer cabia a realização de tal medida processual, ante o caráter intransferível da pena. Também por esse motivo cabe excluir o responsável da relação processual.

3.7. Com relação ao quarto fato (alínea 'd' do subitem 3.3), que redundaram na determinação da avaliação expressa nas alínea 'c' do subitem 2.2 desta instrução, transcreve-se pontos essenciais da parte VI do Voto importantes para o seu exame de mérito:

69. Considerando a natureza contratual do termo de compromisso, além das circunstâncias fáticas do momento – queda do preço da energia, em fevereiro de 2002, frente ao cenário do 1º semestre -, é possível que o Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes não tenha agido com o dever de cuidado e diligência esperados, ainda mais considerando a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

supressão, no 2º Termo de Compromisso, da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos.

70. Todavia, considerando que a supressão da aludida cláusula não foi objeto de audiência do responsável, assim como a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, determino que a SecexEstat reavalie tais circunstâncias, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível.

EXAME TÉCNICO DAS PRELIMINARES

PRELIMINAR I – Subitem 9.6.1 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário

4. Pelo dispositivo em comento foi determinado que esta Unidade Técnica “efetue o cálculo dos valores supostamente despendidos a maior pela Petrobras em razão do pagamento das tarifas de alocação de capacidade e de alocação variável de O&M da MPX, previstas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termo Ceará, decorrentes da utilização da data-base do 2º Termo de Compromisso como termo **a quo** para o reajuste contratual (7/2/2002), em detrimento da data da assinatura do acordo de participação (7/5/2002), adotando as medidas processuais cabíveis caso identifique a ocorrência de débito e/ou ato de gestão antieconômico e submetendo os autos ao Relator, em caso de nova audiência/citação”.

Análise

4.1. Registra-se que a determinação em comento tem como fundamento possível mácula ao art. 2º, § 1º c/c o art. 3º § 1º, da Lei 10.192/2001 (parágrafo 35 do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário, reproduzido no subitem 3.3 acima), em função de suposta conversão dos preços-base do contrato de dólar para real na data da assinatura do Acordo de Cooperação (7/5/2002), sendo esta, portanto, a data-base adequada para fins de reajuste anual (parágrafo 36 da mesma referência).

4.2. Fato é que o Acordo de Cooperação foi firmado realmente em 7/5/2002 (peça 25) com a taxa de alocação de capacidade (CA) fixada em R\$ 47,53 por kW de capacidade contratada por mês (anexo 5.02, peça 25, p. 61).

4.3. Conforme disposto no parágrafo 32 do Voto em comento, o valor da tarifa de alocação em dólar, utilizado no acordo de cooperação (US\$ 19,629), representa a expressão monetária correta, em dólar, do montante pactuado no 2º Termo de Compromisso.

4.4. Dividindo-se os montantes apontados nos subitens anteriores, encontra-se um câmbio de 2,4214 (US\$ 19,629 x 2,4214 R\$/US\$ = R\$ 47,53). Em consulta ao sítio do Banco Central (<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>), verifica-se que é exatamente a taxa de câmbio para venda de dólares do dia 5/2/2002, data da assinatura do 2º Termo de Compromisso (peça 24, p. 5).

4.5. Outras evidências nos autos comprovam inequivocamente 5/2/2002 como data-base da taxa de alocação de capacidade negociada:

a) Anexo 5.02 (a) ao Acordo de Participação (p. 61, peça 25) prevê expressamente que as “Alocações de Capacidade da MPX serão ajustadas anualmente a começar da data do Termo de Compromisso (5 de fevereiro de 2002)”;

b) Relatório da LCA Consultores sobre os Parâmetros Básicos do Acordo de Participação (MPX Termo Ceará), expressa data-base para câmbio Fevereiro de 2002 (p. 67, peça 26), anexo ao DIP Assessoria-GE 128/2003, aprovado pela Ata DE 4.445, de 27 de novembro de 2003 (pp. 1-8, peça 26);





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

c) Nota à Auditoria sobre o “Participation Agreement” com a Termoeará, de 19 de março de 2002 (peça 27).

4.6. Conforme se pode observar no subitem 3.1 do presente relatório, em todas as citações aos envolvidos, a Unidade Técnica responsável expressamente definiu como agravante que “a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a do Acordo de Participação”.

4.7. Desta feita, não há mácula ao art. 2º, § 1º c/c o art. 3º § 1º, da Lei 10.192/2001, e, portanto, inexistentes valores pagos a maior questionados no subitem 9.6.1 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário.

PRELIMINAR II – Subitem 9.6.2.1 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário

5. Pelo dispositivo em comento foi determinado que esta Unidade Técnica “avalie as consequências jurídicas e econômicas da eventual não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoeará, em face das disposições do 2º Termo de Compromisso”.

Análise

5.1. De acordo com carta da empresa MPX à Presidência da Petrobras, de 27 de novembro de 2001 (p. 2, peça 28), em função das responsabilidades advindas do 1º Termo de Compromisso (peça 23), levando em conta a crise de suprimento de energia no nordeste brasileiro, é exposto o comprometimento de recursos superiores a US\$ 80 milhões para poder implantar a Usina Termoeará no menor espaço de tempo possível.

5.2. No mesmo documento, ao final, a MPX relata o perigo de paralisação de todo o projeto, “incorrendo em prejuízos incalculáveis, haja vista o montante de investimento já comprometido e demais obrigações correlatas assumidas”.

5.3. Não há nos autos do TC 032.295/2010-3 comprovação dos investimentos citados acima pela MPX. Entretanto, em extenso Relatório de “Due Diligence o opinio juris” sobre os contratos referentes aos projetos das UTEs Macaé Merchant, Eletrobolt e Termoeará, realizado em fevereiro de 2004 por Mendes Advogados Associados (p. 31, peça 29), estes investimentos também são retratados, verbis:

A Diretoria Executiva aprovou a assinatura do referido Termo de Compromisso em 30.08.2001, que foi assinado em 03.09.2001, e previa a celebração de um Acordo de Participação. Segundo o DIP-ENERGIA 27/2002, “a partir de outubro de 2001 começaram a ocorrer alterações profundas no mercado de energia elétrica sendo a mais importante a intervenção governamental no MAE suspendendo por tempo indeterminado o pagamento aos geradores. Além disso, houve alteração nos critérios de cálculo do preço da energia elétrica que resultou numa redução acentuada no preço da Região Sudeste (antes do início das chuvas). Estas medidas tiveram um impacto negativo para a expectativa de rentabilidade dos projetos o que levou a PETROBRAS a não autorizar a assinatura do ‘Participation Agreement’, desenvolvido de acordo com as premissas acima descritas. (...) A MPX ao tomar conhecimento da decisão da PETROBRAS de não assinar o ‘Participation Agreement’, protestou alegando que, baseada no compromisso assinado com a PETROBRAS, **a MPX tinha adquirido as turbinas para o projeto e iniciado a construção da usina.** A PETROBRAS, por sua vez, alegou não ser possível, face às alterações ocorridas no MAE, a assinatura do ‘Participation Agreement’ nas bases do Termo de Compromisso. Rediscutidas as bases negociais do Termo de Compromisso de 03/09/01, foi assinado em 05/02/02 um novo Termo de Compromisso com a MPX TERMOCEARA Ltda. com novas bases contratuais mais favoráveis a PETROBRAS. Este Termo de Compromisso foi homologado pela DE em 21/02/02 (Ata DE 4.344, item 6, pauta nº 102)”. (grifo nosso)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

- 5.4. Considerando que as supostas aquisições e investimentos ocorreram ao final de 2001, ou seja, quase quatorze anos atrás, baseados nos princípios da segurança jurídica, da verdade material e do formalismo moderado, entende-se não ser oportuno e tampouco razoável fazer diligência para verificar se tais investimentos de fato ocorreram, bem como sua monta.
- 5.5. Mais importante frisar é que não havia empresas privadas à época interessadas em investir em geração de energia o que justificaram os incentivos e riscos assumidos pela Petrobras, já analisados dentro do TC 032.295/2010-3.
- 5.6. De certo a Petrobras recebeu do Governo o ônus de fomentar um reforço à matriz energética nacional, num cenário completamente desfavorável.
- 5.7. Esta função da Petrobras de colaboradora na execução de políticas públicas é notória e por diversas vezes já foi considerada quando da análise de processos no âmbito desta Corte de Contas. É um ônus natural decorrente de tratar de uma empresa estatal.
- 5.8. Para bem executar não somente suas atividades típicas e principais e também a função social e de apoio ao desenvolvimento econômico nacional (acima citada), a Petrobras necessita ser vista como “boa pagadora” e também como uma empresa que honra com compromissos anteriormente assumidos.
- 5.9. Caso contrário, o risco Petrobras aumenta e passa ser considerado nos milhares de contratos que a empresa gerencia, aumentando sobremaneira os custos e reduzindo sua capacidade de negociação.
- 5.10. Além deste viés econômico, os 1º e 2º Termos de Compromisso (peças 23 e 24, respectivamente) constituíam espécie de contrato preliminar, sujeitos à disciplina dos arts. 462 e 463 do Código Civil.
- 5.11. Conforme já reconhecido por esta Corte de Contas, quando da análise do tema no âmbito do TC 032.295/2010-3, tais modalidades de contrato são usuais na dinâmica empresarial moderna, principalmente em situações que envolvam negócios complexos, com múltiplos aspectos jurídicos técnicos e econômicos a serem resolvidos. Nesse contexto, as tratativas são demoradas e as partes buscam o entendimento em relação a cada ponto, firmando contratos preliminares, de forma a obter o compromisso de firmar o contrato definitivo e oferecer segurança jurídica às condições em que já houve consenso.
- 5.12. Do ponto de vista jurídico, portanto, a Petrobras encontrava-se vinculada à assinatura do acordo de cooperação para a usina Termoeará, ex vi trecho do parágrafo 25 do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), da lavra do Ministro Benjamin Zymler: “é assente que havia a obrigação para as partes de assinar o contrato definitivo. Dito de outra forma, não havia outra alternativa, após a pactuação dos termos de compromisso, que não a celebração do contrato de participação do investimento em exame”.
- 5.13. Considerando que esta Corte de Contas considerou que não houve oneração dos termos pactuados entre a assinatura do 2º Termo de Compromisso e do acordo de cooperação, conforme assente nos parágrafos 30 a 33 do citado Voto (reproduzido no subitem 3.3 desta instrução), ausentes justificativas jurídicas e econômicas para o não andamento do ajuste.
- 5.14. Importante frisar que o fato de a empresa assinar um acordo de cooperação não tirou dela o direito de rediscutir suas cláusulas em face de áleas econômica e financeira, tal como foi feito na Due Diligence citada anteriormente e que redundou na aquisição da usina pela Petrobras por preço que levou em consideração os acumulados dispêndios da Petrobras para contingenciamento ocasionado pela falta de demanda (peça 30).
- 5.15. Em face do exposto, entende-se que a não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoeará, após a assinatura e disposições do 2º Termo de Compromisso,

17





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

traria impactos econômicos e jurídicos extremamente desfavoráveis à Companhia.

PRELIMINAR III – Subitem 9.6.2.2 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário

6. *Pelo dispositivo em comento foi determinado que esta Unidade Técnica “avalie se era exigível conduta diversa dos agentes administrativos que submeteram à aprovação e aprovaram os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará, diante da anterior celebração do 2º Termo de Compromisso”.*

Análise

6.1. *Conforme exposto no subitem 3.1, a grande pecha de irregularidade que demandava a citação e audiência dos responsáveis era a suspeita de oneração para a Petrobras entre o 2º Termo de Compromisso e o acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoceará.*

6.2. *Pelo item 33 do Voto do Eminentíssimo Relator, Ministro Benjamim Zimler, o TCU já considerou “justificada a diferença verificada pela SecexEstat na expressão numérica da tarifa de alocação de capacidade”. Deste modo, considerando que a data-base foi corretamente considerada (PARTE I desta análise), não há mais de se falar em ocorrência de débito, decorrente das condutas dos responsáveis.*

6.3. *Dentro deste novo cenário, considerando a análise das consequências jurídicas e econômicas da não assinatura do acordo de cooperação realizada no subtópico anterior e considerando que os responsáveis por condutas semelhantes tiveram suas condutas justificadas dentro do TC 032.295/2010-3 para os casos das UTEs Macaé Merchant e Eletrobolt, entende-se medida de extremo rigor e mácula ao princípio da isonomia condenar a atuação dos responsáveis, não se exigindo, portanto, conduta diversa.*

PRELIMINAR IV – Subitem 9.6.2.3 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário

7. *Pelo dispositivo em comento foi determinado que esta Unidade Técnica que avalie “a supressão, no 2º Termo de Compromisso, da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos, e a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível”.*

Análise

7.1. *Destaca-se inicialmente a irregularidade relativa a não aprovação pela diretoria executiva da Petrobras foi suprida na Ata DE 4.344, item 6, de 21 de fevereiro de 2002 (peça 31), demonstrando que houve um real interesse da Companhia, sopesando-se as consequências jurídicas e econômicas já analisadas no item 5 desta instrução, em manter o compromisso assumido originalmente em setembro de 2001 e convalidados em fevereiro de 2002, após ajustes em algumas tarifas, em função do novo cenário, e em cláusulas relacionadas à certeza do ajuste definitivo, com objetivo de dar segurança aos credores e financiadores da MPX, vide Nota à Auditoria (peça 27).*

7.2. *Posteriormente, o Conselho de Administração aprovou a participação da Petrobras na formação do Consórcio com a MPX Termoceará Ltda, conforme Ata CA 1.206, item 9, de 15 de março de 2002 (pp. 1-3, peça 25).*

7.3. *Com base nos subitens anteriores, é possível inferir que a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estavam cientes previamente do projeto e dos ajustes e, portanto, pode-se considerar a irregularidade em comento como falha meramente formal, relacionada à falha no processo de aprovação de projetos da Petrobras.*

7.4. *No que tange à irregularidade relacionada à falta de parecer jurídico, entende-se que esta*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

deva ser mitigada, pois as alterações entre o 1º e o 2º Termo de Compromisso foram relativas ao cenário político e econômico. Os aspectos jurídicos do pré-contrato, já haviam sido analisados em 29 de agosto de 2001 (peça 32) por meio do DIP Jurídico/JGE-4177/01.

7.5. Verifica-se do parecer acima mencionado que a participação do setor jurídico é tão somente quanto ao aspecto legal do ajuste, seu caráter vinculante e dos prazos e responsabilidades recíprocas. Em seu item 8, está expresso que o ajuste negocial é responsabilidade do Consulente e que, portanto, as mudanças em comento extrapolam a alçada jurídica, sendo desnecessário, salvo melhor juízo, novo parecer quando da assinatura do 2º Termo de Compromisso.

7.6. Observando também por outro prisma, caso houvesse a necessidade de novo parecer jurídico a respaldar a decisão da Diretoria Executiva, esta expressamente o exigiria quando do conhecimento do ato, mencionado no subitem 7.1 desta instrução. Portanto, neste caso, não consideramos nem irregularidade no caso concreto, uma vez que o pronunciamento já havia sido proferido em agosto de 2001.

7.7. Afastadas as questões principais pelas quais o Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, Diretor de Energia à época, foi chamado em audiência, resta verificar a questão da supressão de cláusula que apontava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos.

7.8. Em que pese o entendimento do conspícuo Relator do TC 032.295/2010-3, entende-se não se tratar de agravante à conduta até aqui analisada, mas medida circunstancial necessária a demonstrar proposta firme da Petrobras frente à execução do projeto, ou seja, comprovar seu interesse irreversível pela realização do Acordo de Participação, por meio da supressão e inclusão de cláusulas ao Termo de Compromisso original, com objetivo tão somente de dar segurança aos credores e financiadores da MPX, vide Nota à Auditoria (peça 27), verbis:

Por outro lado a demora por parte da PETROBRAS em assinar o Participation Agreement, levou a MPX a assumir compromissos financeiros muito superiores ao que estava previsto no início da implantação deste projeto. Some-se a isto o fato de que a MPX assumiu junto ao MME e ao Governo do Estado do Ceará compromissos de prazo de construção que para serem cumpridos previam a tomar empréstimos de curto prazo, que seriam substituídos por empréstimos de longo prazo após a assinatura do Participation Agreement.

7.9. Junto com a supressão da cláusula citada foi inserida, para o mesmo objetivo, outra que previa multa diária contra Petrobras, caso esta não assinasse o contrato dentro do prazo de 30 dias. Resto demonstrado que o interesse destes ajustes não era outro senão o aumento da segurança, pois na mesma Nota à Auditoria está expresso que o direito a multa de mora nunca foi exercida pela MPX Termoceará Ltda. e que o prazo inicial para sua aplicação foi adiado de modo a adequá-lo à tramitação interna de aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Petrobras.

7.10. De outro lado, caso se queira admitir que a supressão da cláusula de possibilidade de desistência seja aspecto importante para análise da culpabilidade do responsável, a demonstrar possível falta de zelo e cautela necessários, apesar da análise empreendida nos subitens anteriores, o Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, Diretor de Energia à época, teria que ser chamado em audiência para apresentar suas razões de justificativa contra este possível agravante à conduta condenável, privilegiando-se os princípios corolários do devido processo legal, garantia constitucional.

7.11. Decorridos mais de 14 anos da ocorrência dos fatos, certamente o direito ao contraditório e ao exercício da ampla defesa do responsável resta prejudicado, conforme farta e uníssona jurisprudência desta Corte de Contas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

7.12. *Em face do exposto, em prol dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal que tem pautado esta Corte de Contas em seus julgados, considera-se não oportuno e razoável chamar o responsável a responder pelo suposto agravante apontado no subitem 9.6.2.3 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário, bem como entender, observados os argumentos e as circunstâncias expostos nos subitens 7.1 a 7.6 acima descritos, que a assinatura do 2º Termo de Compromisso, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, não constitui falha que justifique apenação.*

EXAME TÉCNICO DAS CONTAS

8. *As medidas processuais (citações e audiências dos responsáveis) expressas no subitem 3.1 desta Instrução, realizada no âmbito do TC 032.295/2010-3, foram juntadas aos presentes autos com base nos princípios do formalismo moderado e da celeridade processual, sem prejuízo ao contraditório e ampla defesa das partes.*

8.1. *Os responsáveis foram citados ou ouvidos em audiência por meio dos seguintes ofícios:*

- a) *Antônio Luiz Silva de Menezes: Ofícios 571/2010 (peça 42) e 582/2010 (peça 39);*
- b) *Francisco Roberto Andre Gros, na pessoa do inventariante Sr. Carlos Randolpho Gros: Ofício 599/2010 (peça 56);*
- c) *Geraldo Vieira Baltar: Ofícios 569/2010 (peça 35) e 581/2010 (peça 41);*
- d) *Irani Carlos Varella: Ofícios 576/2010 (peça 36) e 590/2010 (peça 38);*
- e) *João Pinheiro Nogueira Batista: Ofícios 575/2010 (peça 37) e 589/2010 (peça 40);*
- f) *Jorge Marques de Toledo Camargo: Ofícios 573/2010 (peça 33) e 587/2010 (peça 34);*
- g) *José Coutinho Barbosa: Ofícios 572/2010 (peça 44) e 584/2010 (peça 45); e*
- h) *Rogério Almeida Manso da Costa Reis: Ofícios 574/2010 (peça 46) e 588/2010 (peça 43).*

8.2. *Os responsáveis apresentaram, em 11/2/2011, suas razões de justificativa (peça 50) e suas alegações de defesa (peça 51). O espólio do Sr. Francisco Roberto André Gros apresentou alegações de defesa, em 19/1/2012, de acordo com a peça 62.*

8.3. *A primeira análise de mérito desta Unidade Técnica foi realizada em 29 de junho de 2012 (peças 2 a 4).*

8.4. *O Parquet especializado reconheceu que o aumento de tarifas de capacidade ocorrido entre o 2º Termo de Compromisso, de 5/2/2002, e o Acordo de Participação, de 18/3/2002, ambos firmados entre a Petrobras e MPX (Termoceaná), sem justificativas plausíveis, revela indícios de prejuízos aos cofres da Petrobras. Entretanto, vislumbrando a possibilidade de responsabilização solidária da empresa beneficiada pelo aumento da tarifa da capacidade, sugeriu a citação solidária da empresa MPX (Termoceaná) para apresentar suas alegações de defesa ou recolher o débito apurado (peça 5).*

8.5. *Em Despacho de 3/7/2013 (peça 6), o Relator, Ministro Benjamin Zymler, determinou a citação da sociedade empresária Termoceaná Ltda., atual nome empresarial da MPX Termoceaná Ltda. (CNPJ 04.605.162/0001-04).*

8.6. *Em segundo Despacho, de 4/10/2013, o mesmo Relator entendeu despicienda a realização de nova citação dos demais responsáveis. Todavia, como forma de homenagear o direito das partes de terem ciência sobre os atos e fatos processuais, julgou pertinente a expedição de ofício de comunicação às pessoas mencionadas pela unidade técnica, especificando os demais responsáveis solidários pelo débito e fixando o prazo de quinze dias para renovarem suas defesas se assim desejassem.*

8.7. *Em cumprimento ao Despacho anterior, foram expedidos:*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

a) *Ofícios de Notificação 610 a 617/2013-TCU/SecexEstatais, de 7/10/2013, respectivamente, aos seguintes responsáveis: Sr. Geraldo Vieira Baltar (peças 69 e 74); Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes (peças 68 e 75); Sr. Carlos Randolpho Gros (peça 67 e 76), inventariante do espólio do Sr. Francisco Roberto André Gros; Sr. José Coutinho Barbosa (peças 66 e 77); Sr. Jorge Marques de Toledo Camargo (peças 65 e 79); Sr. Rogério Almeida Manso da Costa Reis (peças 64 e 78); Sr. João Pinheiro Nogueira Batista (peças 70 e 73); e Sr. Irani Carlos Varella (peças 71 e 80); e*

b) *Ofício de Citação 618/2013-TCU/SecexEstatais (peças 72 e 81), de 7/10/2013, à empresa Termoceará Ltda. para que apresentasse alegações de defesa contra o débito nele especificado decorrente do aumento de tarifas de capacidade ocorrido entre o 2º Termo de Compromisso, de 5/2/2002, e o Acordo de Participação, de 18/3/2002.*

8.8. *Nenhum dos responsáveis discriminados na alínea 'a' do subitem anterior renovou sua defesa.*

8.9. *Em 4/12/2013, a empresa Termoceará Ltda., após pedido de prorrogação de prazo por mais trinta dias (peça 82), formalmente concedido por meio do Despacho de 5/11/2013 (peça 83), apresentou, por meio de procurador regularmente constituído (peça 85), suas alegações de defesa (peça 84).*

PARTE I – Análise das Citações em decorrência de supostos pagamentos a maior

9. *Nos subitens 3.1 (citações subitem 2.1, “a”, “b” e “c”, do Voto), 3.3 (letra “a”) e 3.4 relatou-se pontos relacionados ao tema que demonstram o atual estágio do entendimento do Tribunal sobre o suposto débito.*

10. *Quando da prolação do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), o Plenário desta Corte de Contas reconheceu que o valor da tarifa de alocação em dólar, utilizado no acordo de cooperação (US\$ 19,63), representava a expressão monetária correta, em dólar, do montante pactuado no 2º Termo de Compromisso (item 32 do Voto condutor, reproduzido no subitem 3.4 desta Instrução).*

11. *Restou justificada, portanto, a diferença verificada pela SecexEstat entre a expressão numérica da tarifa de alocação de capacidade referida no 2º Termo de Compromisso (peça 24) e no Acordo de Cooperação (peça 25), inexistindo a suscitada majoração.*

12. *Em que pese ao saneamento acima exposto, apontou-se possível irregularidade com relação à periodicidade do reajuste, expedindo-se determinação para apuração específica – Preliminar I, conforme subitem 2.1 desta Instrução.*

13. *Feita análise prévia no item 4 desta Instrução, chegou-se à conclusão de que não houve mácula ao art. 2º, § 1º c/c o art. 3º § 1º, da Lei 10.192/2001, e, portanto, inexistentes valores pagos a maior questionados no subitem 9.6.1 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário.*

14. *Com isso, cabível o acatamento das alegações de defesa dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Francisco Roberto Andre Gros, falecido e representado pelo Sr. Carlos Randolpho Gros, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, e da empresa Termoceará Ltda.. com relação ao fato expresso no subitem 3.3, alínea ‘a’, desta Instrução.*

PARTE II – Análise das Audiências em decorrência de cláusulas contratuais desvantajosas à Companhia

15. *Nos subitens 3.1 (audiências subitem 2.2, alíneas “b.1”, “b.3”, “d.1” e “d.3”, do Voto), 3.3 (letra “b”) e 3.5 relatou-se pontos relacionados ao tema que demonstram o atual estágio do entendimento do Tribunal sobre a suposta irregularidade.*

16. *Quando da assinatura do 1º Termo de Compromisso em 3/9/2001 (peça 23), o cenário era de alta de preços no Mercado Atacadista de Energia (MAE), somente se confirmando a tendência de*

21





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

queda no início de 2002.

17. *É reconhecida nos autos a característica intrínseca de volatilidade dos preços da energia no MAE o que, por si só, é atenuante na análise da culpabilidade dos responsáveis, pois não se podia ter certeza, quando da assinatura do 2º Termo de Compromisso, em 5/2/2002 (peça 24), que o preço da energia não iria subir e a usina Termoceará não seria demandada por longo período.*

18. *Ao assinar o 2º Termo de Compromisso (peça 24), após expressa solicitação da MPX Termoceará Ltda. (peça 28) informando comprometimento de recursos superiores a US\$ 80 milhões e a iminente possibilidade de paralização do projeto, incorrendo-se em prejuízos incalculáveis, haja vista o montante de investimento já comprometido e demais obrigações correlatas assumidas, a área técnica da Petrobras atuou no sentido de reduzir a tarifa de alocação de 23,35 US\$/kWmes para 19,63 US\$/kWmes, portanto, em condições mais favoráveis para a Petrobras.*

19. *Em decorrência de estudo da Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica, datado de julho de 2001, ressaltou-se o desinteresse das empresas privadas em investir em usina Merchant.*

20. *Tais estudos não conduzem à conclusão de que a distribuição de riscos adotada pela empresa estatal era desarrazoada e representava negócios inviáveis economicamente. Pelo contrário, eles até reforçam a decisão de realizar tais investimentos em análise.*

21. *Considerando que a Petrobras, por imposição do Ministério das Minas de Energia, havia sido instada a participar do Programa Prioritário de Termelétrica, criado pelo Decreto 3.371/2000; e considerando o desinteresse das entidades privadas (acima exposto), diante do cenário de volatilidade narrado, nada mais natural que a entidade pública assumir posições contratuais com maior exposição a riscos.*

22. *Apesar dos riscos apontados serem desproporcionais em desvantagem da Petrobras, esta tinha como contrapartida a possibilidade de lucrar com as usinas, mesmo sem nelas nada investir.*

23. *Dito de outra forma, se as expectativas do preço de energia se confirmassem, a teor dos estudos de viabilidade e das simulações realizadas, assim como do cenário existente na época da celebração do 1º Termo de Compromisso (peça 23), a entidade dividiria os resultados positivos da comercialização da energia, sem investir qualquer recurso próprio na Termoceará.*

24. *O que importa, ao final, sob o ponto de vista econômico, é que um determinado investimento tenha valor esperado positivo. Mais uma vez considerando a volatilidade do mercado em comento e os outros pontos acima tabulados, não é possível afirmar com convicção, à luz dos elementos trazidos aos autos e existentes à época como parâmetros de decisão para os responsáveis, que o resultado esperado do investimento da Termoceará seria negativo durante o maior período de execução do prazo contratual de 65 meses, ex vi previsão expressa na Nota à Auditoria, de 19 de março de 2002, verbis:*

É também importante ressaltar que embora o novo cenário do Setor Elétrico tenha reduzido a expectativa inicial de rentabilidade deste projeto, ainda existe uma perspectiva favorável para projetos da Região Nordeste, particularmente para uma termelétrica como esta situada em final de linha.

25. *Restava, entretanto, dúvidas sobre as alternativas jurídicas disponíveis e as suas consequências econômicas, caso a Petrobras, após a celebração do 2º Termo de Compromisso, tivesse desistido de assinar o contrato, conforme itens 59 e 60 do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), da lavra do Ministro Benjamin Zymler – Preliminar II, conforme subitem 2.2, alínea “a”, desta Instrução.*

26. *Feita análise prévia no item 5 desta Instrução, concluiu-se que a não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoceará, após a assinatura e disposições do 2º Termo*

22





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

de Compromisso, traria impactos econômicos e jurídicos extremamente desfavoráveis à Companhia.

27. Dentro do contexto jurídico e econômico fruto do questionamento exposto no item 25 (Preliminar II) e da análise empreendida, restou verificar se era exigível conduta diversa responsáveis, conforme item 61 do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), da lavra do Ministro Benjamin Zymler – Preliminar III, conforme subitem 2.2, alínea “b”, desta Instrução.

28. Feita análise prévia no item 6 desta Instrução, considerando a análise das consequências jurídicas e econômicas da não assinatura do acordo de cooperação realizada no item 5 desta Instrução e considerando que os responsáveis por condutas semelhantes tiveram suas condutas justificadas dentro do TC 032.295/2010-3 para os casos das UTEs Macaé Merchant e Eletrobolt, entende-se medida de extremo rigor e mácula ao princípio da isonomia condenar a atuação dos responsáveis, não se exigindo, portanto, conduta diversa.

29. Com base nos pontos já sedimentados pelo Plenário do TCU, acima resumidos, e pelas argumentações expostas nos itens 5 e 6 desta Instrução, propõe-se acatar as razões de justificativas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, com relação ao fato expresso no subitem 3.3, alínea ‘b’, desta Instrução.

30. Com relação ao Sr. Francisco Roberto André Gros, observa-se que o responsável faleceu antes da realização da audiência. Sendo assim, sequer cabia a realização de tal medida processual, ante o caráter intransferível da pena. Também por esse motivo cabe excluir o responsável da relação processual.

PARTE III – Análise das Audiências em decorrência da ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE)

31. Nos subitens 3.1 (audiências subitem 2.2, alíneas “b.2” e “d.2”, do Voto), 3.3 (letra “c”) e 3.6 relatou-se pontos relacionados ao tema que demonstram o atual estágio do entendimento do Tribunal sobre a suposta irregularidade.

32. Conforme se observa no itens 63 a 67 do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), da lavra do Ministro Benjamin Zymler, reproduzidos no subitem 3.6 desta Instrução, tal irregularidade foi considerada justificada já naquela época. Em que pese tal fato, relatamos nestes autos para afastar qualquer dúvida quanto à apreciação integral dos fatos.

33. Com isso, cabível o acatamento parcial das razões de justificativa dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, com relação ao fato expresso no subitem 3.3, alínea ‘c’, desta Instrução.

34. Com relação ao Sr. Francisco Roberto André Gros, em função de seu falecimento, conforme os motivos já expostos no item 30 desta Instrução, cabe excluir o responsável da relação processual.

PARTE IV – Análise da Audiência em decorrência de possível mácula ao Estatuto Social da Petrobras

35. Nos subitens 3.1 (audiências subitem 2.2, alínea “e”, do Voto), 3.3 (letra “d”) e 3.7 relatou-se pontos relacionados ao tema que demonstram o atual estágio do entendimento do Tribunal sobre a suposta irregularidade.

36. O Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, na qualidade de Diretor de Energia, além de ter sido chamado em audiência pela assinatura do 2º Termo de Compromisso com a MPX sem ter sido submetido à aprovação da Diretoria Executiva e ao Jurídico, teve apontado, na análise de sua culpabilidade deste Tribunal de Contas, um agravante no sentido de supressão de cláusula que previa

23





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos, conforme itens 69 e 70 do Voto condutor do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário (peça 16), da lavra do Ministro Benjamin Zymler – Preliminar IV, conforme subitem 2.2, alínea “c”, desta Instrução.

37. Feita análise prévia no item 7 desta Instrução, em prol dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal que tem pautado esta Corte de Contas em seus julgados, considera-se não oportuno e razoável chamar o responsável a responder pelo suposto agravante apontado no subitem 9.6.2.3 do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário, bem como entender, observados os argumentos e as circunstâncias expostos nos subitens 7.1 a 7.6, que a assinatura do 2º Termo de Compromisso, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, não constitui falha que justifique penação.

38. Com isso, propõem-se acatar as razões de justificativa do Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, com relação ao fato expresso no subitem 3.3, alínea ‘d’, desta Instrução.

CONCLUSÃO

39. Com relação ao fato expresso no subitem 3.3, alínea ‘a’, desta Instrução, propõe-se acatar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Francisco Roberto Andre Gros, falecido e representado pelo Sr. Carlos Randolpho Gros, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, e da empresa Termoceará Ltda., em face da análise promovida nos itens 9 a 14 desta Instrução.

40. Com relação aos fatos expressos nos subitens 3.3, alíneas ‘b’, ‘c’ e ‘d’, desta Instrução, propõe-se acatar as razões de justificativas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, uma vez que foram suficientes para elidir as irregularidades a eles atribuídas, com base nos pontos já sedimentados pelo Plenário do TCU quando do julgamento do TC 032.295/2010-3 (Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário) e na análise promovida nos itens 15 a 38 desta Instrução.

41. Com relação ao Sr. Francisco Roberto André Gros, observa-se que o responsável faleceu antes da realização da audiência. Sendo assim, sequer cabia a realização de tal medida processual, ante o caráter intransferível da pena. Também por esse motivo cabe excluir o responsável da relação processual.

42. Desse modo, as presentes contas devem ser julgadas regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

43. *Entre os benefícios do exame desta tomada de contas especial, destaca-se a colaboração para coibir a ocorrência de fraudes e desvios de recursos.*

PROCESSOS SOBRESTADOS

44. *Por intermédio do Acórdão 2.257/2005-TCU-Plenário, o TCU determinou o sobrestamento das prestações de contas da Petrobras dos exercícios de 2001 e 2002 até o julgamento da auditoria (TCs 008.773/2002-8 e 010.018/2003-3).*

45. *Compulsando os autos do TC 008.773/2002-8, verifica-se que o julgamento do TC 032.295/2010-3 (Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário), cessou o motivo ensejador do sobrestamento, tendo já sido solicitado dentro das próprias contas ordinárias o levantamento.*

46. *Quanto ao TC 010.018/2003-3, os processos sobrestantes por ocasião desta Instrução são, efetivamente, o TC 005.991/2003-1 e esta TCE, após o encerramento do TC 032.295/2010-3, por determinação do Acórdão 1850/2014-TCU-Plenário.*

47. *O TC 005.991/2003-1 trata de Relatório de Auditoria concernente às Obras de Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste, convertido em Tomada de Contas Especial, por meio do Acórdão 1663/2005-TCU/Plenário. Em 28 de setembro de 2015, foi encaminhada proposta desta Unidade Técnica de julgamento pela regularidade com ressalvas das contas.*

48. *Considerando-se que o TC 005.991/2003-1 já deverá estar julgado quando da apreciação destes autos, verifica-se que cessará o motivo ensejador do sobrestamento das contas da Petrobras do exercício de 2002. Dessa forma, o sobrestamento do TC 010.018/2003-3 deve ser levantado, de acordo com fundamento no art. 47, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014.*

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

49. *Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:*

a) *excluir o Sr. Francisco Roberto Andre Gros da relação processual de que trata os fatos aduzidos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 3.3 desta Instrução [itens 30 e 34];*

b) *acatar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Francisco Roberto Andre Gros, falecido e representado pelo Sr. Carlos Randolpho Gros, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, e da empresa Termoceará Ltda., com relação aos fatos expressos na alínea 'a' do subitem 3.3 desta Instrução [itens 9 a 14];*

c) *acatar as razões de justificativas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes e Geraldo Vieira Baltar, pela conduta de submeter à aprovação da Diretoria Executiva, e dos Srs Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, pela conduta de aprovação do contrato de consórcio com a empresa MPX, para a constituição e operação da UTE Termoceará, com relação aos fatos expressos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 3.3 desta Instrução [itens 15 a 34];*

d) *acatar as razões de justificativas do Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, com relação aos fatos expressos na alínea 'd' do subitem 3.3 desta Instrução [itens 35 a 38];*

e) *julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Francisco Roberto Andre Gros, falecido e representado pelo Sr. Carlos Randolpho Gros, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, parágrafo único, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992; e*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

f) *levantar o sobrestamento do TC 010.018/2003-3 (Prestação de Contas da Petrobras do exercício de 2002) em razão da cessação dos motivos do sobrestamento, com fundamento no art. 47, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014 (itens 44 a 48 desta Instrução)*”.

9. O corpo diretivo da unidade técnica aquiesceu a aludida proposta.

10. Estando os autos em meu gabinete, exarei o seguinte despacho (peça 96):

“2. Tendo em vista os fatos noticiados nas matérias “Menção a Alstom ‘ligou o alerta’ em Delcídio, diz filho de Cerveró” e “Usinas da gestão Delcídio deram mais prejuízo que compra de Pasadena”, publicadas, respectivamente, na coluna do jornalista Fausto Macedo, no portal eletrônico do jornal O Estado de São Paulo, em 27/11/2015, e no caderno “Poder” do jornal Folha de São Paulo, em 10/12/2015, que tratam de irregularidades supostamente ocorridas na aquisição de turbinas a gás para termoeletricas, encaminho os autos à SeinfraPetróleo para que apure a veracidade das ocorrências noticiadas, avaliando o seu impacto na matéria em apuração nos presentes autos.

3. Na oportunidade, deve a unidade técnica envidar os esforços necessários no sentido de obter os documentos pertinentes aos fatos suscitados junto ao juízo competente da Operação “Lava Jato”.

4. Ademais, deve a SeinfraPetróleo escrutinar todas as ocorrências relativas à contratação das usinas térmicas mencionadas nas reportagens, inclusive as pertinentes às UTE Barbosa Lima Sobrinho e Mário Lago.

5. Por fim, determino que a unidade técnica encaminhe o feito à nova secretaria a ser criada para apuração de atos de corrupção, conforme anunciado na Sessão Plenária de 2/12/2015, tão logo seja formalizada a sua implantação.

À SeinfraPetróleo”

11. Adiante, a Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações) assumiu a responsabilidade pela condução do feito e, após realizar as diligências cabíveis, elaborou a seguinte instrução, transcrita parcialmente a seguir (peça 120):

9. *As matérias jornalísticas sugerem que haveria atuação de Delcídio do Amaral e Nestor Cerveró para favorecer a empresa Alstom na aquisição de turbinas para as termoeletricas nas quais a Petrobrás era sócia. Essas termoeletricas, porém, seriam as UTE Mário Lago e TermoRio e não a Termoeceará.*

10. *Apesar das notícias não mencionarem que as turbinas da Termoeceará eram da Alstom e, portanto, a princípio, não haver relação entre as propinas pagas pela empresa francesa e a presente tomada de contas especial, a Petrobras e a ANEEL foram diligenciadas para fornecimento de informações sobre os fabricantes, os modelos e os custos dos principais equipamentos das UTE (peça 101). Os documentos encaminhados em resposta às diligências foram examinados e concluiu-se que as turbinas da Termoeceará foram adquiridas da fabricante Pratt & Whitney Power Systems (PWPR), hoje uma subsidiária da Mitsubishi Heavy Industries, Ltd. Tal informação consta mais de uma vez nos diversos documentos encaminhados: Resolução Normativa nº 420_2010 (peça 116, p. 7); Requerimento de outorga (peça 117, p 10); Ficha Técnica – Centrais Geradoras Termelétricas (peça 118, p. 3) e Teste de Performance (peça 119, p. 29).*

11. *Adicionalmente, o exame dos documentos trazidos permitiu identificar que a empresa Alstom forneceu equipamentos para as UTE Celso Furtado (BA - antiga Termobahia Fase I), UTE Fernando Gasparian (SP - antiga Nova Piratininga), UTE Governador Leonel Brizola (RJ - antiga TermoRio) e UTE Mário Lago (RJ - antiga Macaé Merchant).*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

12. Além disso, a partir de 2001, têm sido assinados, tanto com a Alstom Power O&M Ltd. (Switzerland) - hoje General Electric (Switzerland) GmgH, quanto com a Alstom Brasil Ltda., Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Alstom Energia Térmica e Indústria Ltda., contratos de operação e manutenção (O&M) dos equipamentos instalados nas usinas Celso Furtado, Fernando Gasparian e Governador Leonel Brizola. Alguns desses contratos possuem vigência ainda por encerrar, expirando-se o mais longo, atualmente, em 17/12/2019.

ENCAMINHAMENTO

13. Diante do exposto, somos pelo encaminhamento dos presentes autos ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro-Relator Benjamin Zymler:

13.1 informando que:

13.1.1 não foi encontrada relação entre os fatos apontados no presente processo e as irregularidades no pagamento de propina pela empresa Alstom (hoje GE) aos executivos da Petrobras para aquisição de turbinas daquela empresa, pois os documentos examinados demonstram que as turbinas adquiridas para a Termoceará são da fabricante Pratt & Whitney Power Systems (PWPR), hoje uma subsidiária da Mitsubishi Heavy Industries, Ltd., e

13.1.2 a documentação encaminhada em resposta às diligências indica que foram comprados equipamentos da empresa Alstom para as UTE Celso Furtado (BA - antiga Termobahia Fase I), UTE Fernando Gasparian (SP - antiga Nova Piratininga), UTE Governador Leonel Brizola (RJ - antiga Termorio) e UTE Mário Lago (RJ - antiga Macaé Merchant), bem como assinados contratos com a Alstom, a partir de 2001, para operação e manutenção dos equipamentos das usinas Celso Furtado, Fernando Gasparian e Governador Leonel Brizola, estando alguns ainda em vigência.

13.2 alvitando que seja examinada a proposta da SecexEstatais (peças 92 a 94) ”.

12. O corpo diretivo da SeinfraOperações anuiu a proposta (peças 121 e 122).

13. Estando os autos em meu gabinete, foi juntada pela Petrobras documentação sigilosa dando conta dos resultados de comissão de investigação constituída pela companhia com o objetivo de averiguar, investigar e auditar possíveis irregularidades na submissão à Diretoria Executiva dos documentos contratuais para a participação da Petrobras no consórcio da usina termoeletrica Termoceará (peça 130 – documento não digitalizável).

14. Em resumo, a equipe designada pela empresa apurou a existência de divergência entre a minuta do contrato do consórcio e o contrato propriamente dito, especificamente na fórmula de reajustamento da tarifa de alocação de capacidade. Tal divergência teria resultado em um pagamento a maior de R\$ 8.436.793,46 (valores históricos, sem correção), considerando o início do reajustamento em 7/2/2002.

15. Nesse contexto, solicitei, preliminarmente, a oitiva prévia do Douto Ministério Público, em especial sobre as propostas da SecexEstatais (peças 92 e 93) e da SeinfraPetróleo (peça 120).

16. O Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico assinalou que os processos de contraditório e ampla defesa haviam sido devidamente observados e que os exames técnicos realizados tiveram o devido aprofundamento da matéria.

17. Com isso, manifestou-se de acordo com as análises e a proposta de mérito defendida pela SecexEstatais (peças 92-94) e com as informações conclusivas prestadas pela SeinfraOperações (peças 120-122).

É o relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

VOTO

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item 9.5 do Acórdão 1850/2014-Plenário, lavrado no âmbito do TC 032.295/2010-3.

2. O processo original cuidava de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 3.017/2010-Plenário, que apreciou relatório de auditoria realizada pela então 1ª Secex junto à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras com o objetivo de verificar a conformidade dos contratos firmados pela entidade para a construção e operação das usinas termelétricas Mário Lago, Barbosa Lima Sobrinho e Termo Ceará.

3. Por meio da aludida deliberação, o Tribunal apreciou as questões afetas às usinas termelétricas Mário Lago e Barbosa Lima Sobrinho, tendo determinado a formação deste apartado para o tratamento de indícios de irregularidades similares ocorridos na usina termelétrica Termo Ceará.

4. Na ocasião, o Tribunal ordenou à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat) que adotasse as seguintes medidas processuais voltadas ao saneamento do processo:

“9.6.1. efetue o cálculo dos valores supostamente despendidos a maior pela Petrobras em razão do pagamento das tarifas de alocação de capacidade e de alocação variável de O&M da MPX, previstas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termo Ceará, decorrentes da utilização da data-base do 2º Termo de Compromisso como termo a quo para o reajuste contratual (7/2/2002), em detrimento da data da assinatura do acordo de participação (7/5/2002), adotando as medidas processuais cabíveis caso identifique a ocorrência de débito e/ou ato de gestão antieconômico e submetendo os autos ao Relator, em caso de nova audiência/citação;

9.6.2. avalie:

9.6.2.1. as consequências jurídicas e econômicas da eventual não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termo Ceará, em face das disposições do 2º Termo de Compromisso;

9.6.2.2. se era exigível conduta diversa dos agentes administrativos que submeteram à aprovação e aprovaram os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termo Ceará, diante da anterior celebração do 2º Termo de Compromisso;

9.6.2.3. a supressão, no 2º Termo de Compromisso, da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos, e a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível.”

5. Em cumprimento à aludida deliberação, a SecexEstatais elaborou instrução em que, de modo resumido, concluiu não ter havido débito relacionado ao termo **a quo** para o reajuste contratual e não ser oportuno nem razoável chamar o responsável a responder pelo suposto agravante apontado no subitem 9.6.2.3 do Acórdão 1850/2014-Plenário.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

6. Ademais, aduziu que observados os argumentos e as circunstâncias expostos nos subitens 7.1 a 7.6 da instrução, a assinatura do 2º Termo de Compromisso, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, não constituiu falha que justifique apenação.

7. Com isso, alvitrou que o Sr. Francisco Roberto Andre Gros fosse excluído da relação processual, tendo em vista o seu falecimento, que fossem acatadas as alegações de defesa e as razões de justificativa dos responsáveis citados e ouvidos em audiência e que fossem julgadas regulares com ressalvas as contas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, Francisco Roberto Andre Gros, falecido e representado pelo Sr. Carlos Randolpho Gros, Geraldo Vieira Baltar, Irani Carlos Varella, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Coutinho Barbosa, João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis.

8. O corpo diretivo da SecexEstatais aquiesceu a aludida proposta (peças 92 e 93).

9. Tendo em vista fatos noticiados na imprensa a respeito de irregularidades supostamente ocorridas na aquisição de turbinas a gás para termoeletricas, determinei o encaminhamento dos autos à SeinfraPetróleo para que apurasse a veracidade das ocorrências noticiadas, avaliando o seu impacto na matéria em apuração nos presentes autos.

10. Após a realização das diligências de praxe, a unidade técnica concluiu que (peças 120, 121 e 122):

“13.1.1 não foi encontrada relação entre os fatos apontados no presente processo e as irregularidades no pagamento de propina pela empresa Alstom (hoje GE) aos executivos da Petrobras para aquisição de turbinas daquela empresa, pois os documentos examinados demonstram que as turbinas adquiridas para a Termoceará são da fabricante Pratt & Whitney Power Systems (PWPR), hoje uma subsidiária da Mitsubishi Heavy Industries, Ltda.; e

13.1.2 a documentação encaminhada em resposta às diligências indica que foram comprados equipamentos da empresa Alstom para as UTE Celso Furtado (BA - antiga Termobahia Fase I), UTE Fernando Gasparian (SP - antiga Nova Piratininga), UTE Governador Leonel Brizola (RJ - antiga Termorio) e UTE Mário Lago (RJ - antiga Macaé Merchant), bem como assinados contratos com a Alstom, a partir de 2001, para operação e manutenção dos equipamentos das usinas Celso Furtado, Fernando Gasparian e Governador Leonel Brizola, estando alguns ainda em vigência.”

11. Estando os autos em meu gabinete, foi juntada pela Petrobras documentação sigilosa dando conta dos resultados de comissão de investigação constituída pela companhia com o objetivo de averiguar, investigar e auditar possíveis irregularidades na submissão à Diretoria Executiva dos documentos contratuais para a participação da Petrobras no consórcio da usina termoeletrica Termoceará (peça 130 – documento não digitalizável).

12. Em resumo, a equipe designada pela empresa apurou a existência de divergência entre a minuta do contrato do consórcio e o contrato propriamente dito, especificamente na fórmula de reajustamento da tarifa de alocação de capacidade. Tal divergência teria resultado em um pagamento a maior de R\$ 8.436.793,46 (valores históricos, sem correção), considerando o início do reajustamento em 7/2/2002.

13. Nesse contexto, solicitei, preliminarmente, a oitiva prévia do Douto Ministério Público, em especial sobre as propostas da SecexEstatais (peças 92 e 93) e da SeinfraPetróleo (peça 120).

14. O Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico assinalou que os processos de contraditório e ampla defesa haviam sido devidamente observados e que os exames técnicos realizados tiveram o devido aprofundamento da matéria.

15. Com isso, manifestou-se de acordo com as análises e a proposta de mérito defendida pela SecexEstatais (peças 92-94) e com as informações conclusivas prestadas pela SeinfraOperações (peças 120-122).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

16. Feito esse necessário resumo, passo a decidir.

II – Questão Preliminar: Novos Fatos trazidos pela Comissão Interna de Apuração da Petrobras

17. Com relação aos resultados do trabalho da comissão de investigação constituída pela Petrobras, embora os fatos revelados na investigação digam respeito ao contrato objeto da presente tomada de contas especial, eles não guardam conexão com a causa jurídica do presente feito, qual seja a análise da decisão gerencial da Petrobras de participar do consórcio Termoceará e o suposto pagamento de reajustamento a maior pela adoção de termo **a quo** indevido (7/2/2002).

18. Dessa forma, considerando os princípios da racionalidade administrativa, da boa organização processual e da razoável duração do processo, julgo pertinente, a fim de permitir o julgamento do presente feito, que os novos fatos sejam analisados em processo apartado.

19. Com isso, reputo adequada a constituição de processo específico de tomada de contas especial para que sejam examinados os fatos trazidos pela Comissão Interna de Apuração da Petrobras, quantificado o prejuízo, identificados os responsáveis e adotadas as medidas processuais cabíveis.

III – Questões Pendentes de Julgamento de mérito

20. Quanto às questões ainda pendentes de julgamento de mérito, cabe lembrar que os responsáveis foram citados e ouvidos em audiência em virtude dos seguintes fatos, especificados no Acórdão 3017/2010-Plenário, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, e em despacho de minha autoria:

a) Citação (Acórdão 3017/2010-Plenário):

“9.1.1. na qualidade de gerente executivo de energia, Geraldo Vieira Baltar (040.938.607-34) e, na qualidade de Diretor, Antônio Luiz da Silva Menezes (092.036.057-20), por submeterem à aprovação da Diretoria Executiva, por meio do DIP ENERGIA nº 27/2002, os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará (datado em 18/03/02), sendo que a cláusula da tarifa de capacidade de US\$ 19,63 (referente à conversão de R\$ 47,53 a R\$/US\$ 2,4214) estava maior do que a estabelecida no 2º Termo de Compromisso em 5/2/2002, de US\$ 18,25, incremento esse sem qualquer justificativa técnica e/ou financeira, com o agravante de que a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a do Acordo de Participação;

9.1.2. na qualidade de Presidente da Petrobras, o espólio ou sucessores de Francisco Roberto André Gros (038.644.137-53), e na qualidade de integrantes da Diretoria Executiva da Petrobras, José Coutinho Barbosa (003.161.053-68), Jorge Marques de Toledo Camargo (114.400.151-04), Rogério Almeida Manso da Costa Reis (599.705.617-15), João Pinheiro Nogueira Batista (546.600.417-00) e Irani Carlos Varella (132.512.360-91) por aprovarem a assinatura do Acordo de Participação (Participation Agreement), conforme ATA DE nº 4.346, item 6, de 7/3/2002, com a MPX cuja cláusula da tarifa de capacidade de US\$ 19,63 (referente à conversão de R\$ 47,53 a R\$/US\$ 2,4214) estava majorada sem justificativa técnica e/ou financeira em relação a essa mesma tarifa, anteriormente, homologada no 2º Termo de Compromisso (US\$ 18,25) por essa mesma Diretoria (conforme Ata 4.344, de 21/2/2002, apresentando ainda como agravante que a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a data do Acordo de Participação:”

b) Audiência (Acórdão 3017/2010-Plenário):

*“9.2.2. na qualidade de gerente executivo de energia, **Geraldo Vieira Baltar** (040.938.607-34) e, na qualidade de Diretor, **Antônio Luiz Silva de Menezes** (092.036.057-20) por:*

9.2.2.1. submeterem à aprovação da Diretoria Executiva, por meio do DIP ENERGIA nº 27/2002, os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoceará com as seguintes irregularidades:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

a) *termos contratuais expressivamente desfavoráveis à Petrobras, no sentido de que atribuíam à companhia o risco regulatório, o risco do mercado de energia, o risco do mercado de combustível e o risco cambial, enquanto que ao investidor privado era atribuído somente o risco de projeto e estrutura de financiamento;*

b) *ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) em desrespeito à Sistemática de Planejamento, Aprovação e Acompanhamento de Projetos de Investimento do Sistema Petrobras e às boas práticas de gestão de projetos e risco; e*

c) *situação agravada pelo forte cenário, em 2002, de que os preços do MWh do mercado spot nordestino caíam sensivelmente, bem como a própria demanda de mercado por energia elétrica em face do novo comportamento dos consumidores depois das medidas de racionamento ocorridas em 2001, fatores esses que indicavam a não viabilidade econômica do empreendimento.*

(...)

9.2.4. *na qualidade de então Presidente da Petrobras, o espólio ou sucessores de Francisco Roberto André Gros (038.644.137-53), e na qualidade de integrantes da Diretoria Executiva da Petrobras, José Coutinho Barbosa (003.161.053-68), Antônio Luiz da Silva de Menezes (092.036.057-20), Jorge Marques de Toledo Camargo (114.400.151-04), Rogério Almeida Manso da Costa Reis (599.705.617-15), João Pinheiro Nogueira Batista (546.600.417-00) e Irani Carlos Varela (132.512.360-91) por:*

9.2.4.1 *aprovar o contrato de consórcio com a empresa MPX, para a constituição e operação da usina termelétrica Termo Ceará (Ata DE nº 4.346, de 07/03/2002), com as seguintes irregularidades:*

a) *termos contratuais expressivamente desfavoráveis à Petrobras, no sentido de que atribuíam à companhia o risco regulatório, o risco do mercado de energia, o risco do mercado de combustível e o risco cambial, enquanto que ao investidor privado era atribuído somente o risco de projeto e estrutura de financiamento;*

b) *ausência de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) para o projeto, em desrespeito à Sistemática de Planejamento, Aprovação e Acompanhamento de Projetos de Investimento do Sistema Petrobras e às boas práticas de gestão de projetos e risco; e*

c) *situação agravada pelo forte cenário, em 2002, de que os preços do MWh do mercado spot nordestino caíam sensivelmente, bem como a própria demanda de mercado por energia elétrica em face do novo comportamento dos consumidores depois das medidas de racionamento ocorridas em 2001, fatores esses que indicavam a não viabilidade econômica do empreendimento.*

9.2.5. *na qualidade de Diretor, Antônio Luiz Silva de Menezes (092.036.057-20) por assinar o 2º Termo de Compromisso com a MPX sem ter sido submetido à aprovação da Diretoria Executiva e ao Jurídico, em desrespeito ao art. 33, II, “m” do Estatuto Social da Companhia;” (grifos acrescidos).*

c) *Citação (Despacho): da Termo Ceará Ltda., atual nome empresarial da MPX Termo Ceará Ltda., tendo em vista a sua condição de terceira beneficiária do dano ao erário causado pelo “(...) aumento do valor da tarifa de capacidade de US\$ 18,25, estabelecido no 2º Termo de Compromisso em 5/2/2002, para US\$ 19,63 (referente à conversão de R\$ 47,53 a R\$/US\$ 2,4214), estabelecido no Acordo de Participação (Participation Agreement) entre a Petrobras e MPX(Termo Ceará), incremento esse sem qualquer justificativa técnica e/ou financeira, com o agravante de que a cláusula de reajuste tinha como data base o 2º Termo de Compromisso e não a do Acordo de Participação.”*

21. Considerando que as alegações de defesa e as razões de justificativa dos responsáveis designados no item 20 supra ainda não foram apreciadas, cabe rememorar a primeira análise da unidade técnica, realizada na etapa de instrução do TC 032.295/2010-3 que subsidiou o Acórdão 1850/2014-Plenário.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

22. O auditor informante, com a anuência do Diretor, propôs a rejeição das razões de justificativa e das alegações de defesa de todos os responsáveis, com aplicação de débito e multa. O Secretário da SecexEstatais, por sua vez, entendeu indevida a imputação de débito à referida empresa, por compreender que o eventual pagamento do prejuízo pela Termoceará Ltda. não implicaria o efetivo retorno de valores aos cofres da Petrobras, pois a empresa havia sido incorporada por esta entidade.

23. O Ministério Público junto ao TCU, em parecer de lavra do Subprocurador Lucas Rocha Furtado, divergiu das propostas de imputação de débito e multa aos responsáveis, sob o argumento que as decisões de investimento da Petrobras se deram no âmbito do espaço de discricionariedade usual de quem atua no exercício de atividade econômica. Nesse passo, propôs que o processo fosse arquivado com fundamento no art. 7º da IN-TCU nº 71/2012.

24. Sobre o assunto, manifestei-me da seguinte forma, no voto condutor do Acórdão 1850/2014-Plenário:

“34. Todavia, persiste como irregularidade a questão da periodicidade do reajuste. Conforme o anexo 5.02 (a) – peça 16, p. 135 do TC 005.251/2007-0 (processo apenso) -, “as Alocações de Capacidade da MPX serão ajustadas anualmente a começar da data do Termo de Compromisso (5 de fevereiro de 2002) (ou naquele período de tempo inferior conforme possa, de tempos em tempos, ser permitido por lei), de acordo com a fórmula abaixo:”.

35. Considerando que a tarifa de alocação de capacidade foi convertida em reais, por ocasião da assinatura do termo de compromisso, em 7/5/2002 – US\$ 19,63 x R\$/dólar 2,4214 = R\$ 47,53 –, tal data deve ser considerada a de referência para fins de contagem da periodicidade anual da correção monetária. Sendo assim, o correto seria que o reajuste contratual tivesse ocorrido somente um ano depois, ou seja, em 7/5/2003, conforme preconiza o art. 2º, § 1º c/c o art. 3º § 1º, da Lei 10.192/2001:

(...)

36. Ressalto que os preços-base do contrato foram convertidos em real na data da assinatura do acordo de cooperação, sendo esta, portanto, a data-base adequada para fins de reajuste anual.

37. Continuando o feito, observo que tal situação também ocorreu no reajuste da tarifa de alocação variável de operação e manutenção – anexo 5.02 (b) do acordo de participação.

38. Dessa forma, julgo de bom direito o retorno dos autos à SecexEstat para que efetue o cálculo dos valores supostamente despendidos a maior pela Petrobras em razão do pagamento das tarifas de alocação de capacidade e de alocação variável de O&M da MPX, previstas no Acordo de Participação no Consórcio para construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termoceará, decorrentes da utilização da data-base do 2º Termo de Compromisso como termo a quo para o reajuste contratual (7/2/2002), em detrimento da data da assinatura do acordo de participação (7/5/2002). Ato contínuo, deve a unidade técnica adotar as medidas processuais cabíveis caso identifique a ocorrência de débito e/ou ato de gestão antieconômico, submetendo os autos a este Gabinete, em caso de nova audiência/citação.

39. No caso, considerando os princípios da racionalidade administrativa e da organização processual e a fim de possibilitar o julgamento, desde logo, das demais questões levantadas no processo, referente às usinas Barbosa Lima Sobrinho e Mário Lago, consoante os capítulos seguintes, julgo adequado constituir processo apartado, com a natureza de tomada de contas especial, para que sejam desenvolvidos os atos processuais aduzidos no item anterior.

(...)

55. Com relação ao indício de irregularidade similar ocorrido na assinatura do contrato de constituição de consórcio referente à usina termelétrica Termoceará, assinado em março de 2002, é





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

preciso levar em conta a sistemática adotada pela Petrobras na celebração de tal ajuste e as circunstâncias do mercado existentes na ocasião.

56. Conforme visto, previamente à assinatura do contrato definitivo, foram celebrados termos de compromisso, em setembro de 2001 e fevereiro de 2002, os quais tinham o caráter vinculante e, portanto, impunham às partes o dever de assinar os ajustes e respeitar as condições acertadas anteriormente.

57. Na época da celebração do 1º Termo de Compromisso, o preço da energia girava em torno de 684,00 R\$/MWh, ou seja, estava bem acima do piso tarifário garantido pela Petrobras, 159,60 R\$/MWh, tendo sido prevista, no instrumento, a possibilidade de pagamento de perdas e danos em caso de descumprimento do dever de contratar.

58. No 2º Termo de Compromisso, celebrado sem a autorização da Diretoria e sem parecer jurídico da companhia, o preço da energia havia caído para 319,41 R\$/MWh, isto é, ainda estava acima dos custos máximos a serem incorridos pela Petrobras, 146,68 R\$/MWh. Todavia, foi retirada a cláusula que previa o pagamento de perda e danos na hipótese de não assinatura do contrato definitivo, tendo sido incluída, em substituição, multa diária no caso de descumprimento do dever de contratar. De ressaltar que, quando da aprovação dos documentos contratuais para o acordo de participação, em março de 2002, os preços da energia haviam caído para 4,00 R\$/MWh

59. Nesse cenário, resta dúvidas sobre as alternativas jurídicas disponíveis e as suas consequências econômicas, caso a Petrobras, após a celebração do 2º Termo de Compromisso, tivesse desistido de assinar o contrato. Nesse passo, entendo adequado avaliar se, sob o ponto de vista econômico, era mais razoável a não assinatura do acordo de participação, com o consequente pagamento de indenização à MPX Termoeceará Ltda., ao invés da celebração do ajuste com o nível de exposição de riscos descrito, diante dos preços vigentes da energia, em que era praticamente certo o pagamento das contingências.

60. Sendo assim, considerando a proposta anterior de fazer retornar o feito à SecexEstat para adoção da medida processual preconizada no item 38 supra, julgo de bom direito adiar o exame de mérito dos fatos expressos nas letras “b.1” e “d.1” do subitem 2.2, a fim de que a unidade técnica avalie as consequências jurídicas e econômicas da não assinatura do acordo de cooperação pela Petrobras para a usina Termoeceará, em face das disposições do 2º Termo de Compromisso.

61. Nesse contexto, deve a SecexEstat avaliar se era exigível conduta diversa dos agentes administrativos que submeteram à aprovação e aprovaram os documentos contratuais para participação da Petrobras no consórcio da usina termelétrica Termoeceará, diante da anterior celebração do 2º Termo de Compromisso.

62. De todo modo, com relação ao Sr. Francisco Roberto André Gros, observo que o responsável faleceu antes da realização da audiência. Sendo assim, sequer cabia a realização de tal medida processual, ante o caráter intransferível da pena. Por esse motivo, cabe excluir o responsável da relação processual.

(...)

68. Quanto ao fato aduzido na letra “e” do subitem 2.2, observo que a assinatura do 2º Termo de Compromisso, sem a emissão de parecer jurídico e sem a aprovação da Diretoria Executiva, constitui, numa primeira análise, assente violação ao art. 33, inciso II, alínea “m” e 34, parágrafo único, do Estatuto da Companhia.

69. Considerando a natureza contratual do termo de compromisso, além das circunstâncias fáticas do momento – queda do preço da energia, em fevereiro de 2002, frente ao cenário do 1º semestre -, é possível que o Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes não tenha agido com o dever de cuidado e diligência esperados, ainda mais considerando a supressão, no 2º Termo de Compromisso,





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

da cláusula existente no 1º Termo de Compromisso, que sinalizava a possibilidade de desistência do dever de contratar mediante o pagamento de perdas e danos.

70. Todavia, considerando que a supressão da aludida cláusula não foi objeto de audiência do responsável, assim como a maior exposição da Petrobras ao risco do mercado de energia, na época de assinatura do 2º Termo de Compromisso, os quais constituem agravante à assinatura desse ajuste preliminar, sem a aprovação da diretoria e sem a existência de parecer jurídico, determino que a SecexEstat reavalie tais circunstâncias, promovendo nova audiência do responsável caso entenda cabível.”

25. Tal conjunto fático forma a matéria controvertida do presente feito, ainda pendente de julgamento.

26. Nesse contexto, examinarei as razões de justificativas trazidas pelos responsáveis e as considerações efetivadas pela SecexEstatais sobre a defesa dos administradores e os questionamentos no trecho do voto supramencionado, em cumprimento ao subitem 9.6 do Acórdão 1850/2014-Plenário.

IV – Contexto fático da celebração do acordo de compromisso para operação da Usina Termoceará e análise das razões de justificativa

27. Conforme exposto, o presente feito constitui um desdobramento do TC 032.295/2010-3, que tratou de tomada de contas especial instaurada como objetivo de verificar a adequabilidade dos contratos firmados pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) destinados à construção e operação das usinas termelétricas Mário Lago, Barbosa Lima Sobrinho e Termoceará.

28. Por meio do Acórdão 1850/2014-Plenário, o TCU apreciou as questões afetas às usinas termelétricas Mário Lago e Barbosa Lima Sobrinho, tendo determinado a autuação deste processo apartado, em face das questões levantadas no voto condutor do aludido aresto a respeito da construção e operação da usina Termoceará.

29. A usina Termoceará era do tipo **merchant**, ou seja, foi concebida para vender a energia produzida no mercado de curto prazo, também conhecido como mercado **spot**, ou Mercado Atacadista de Energia (MAE). Suas receitas ficariam, assim, sujeitas às variações de preço do mercado de curto prazo, à semelhança de uma **commodity**.

30. Os custos de operação e de amortização da usina, construídas pelo parceiro privado da Petrobras, seriam pagos com as receitas auferidas pela comercialização de energia. Caso a receita com a venda de energia fosse suficiente para pagar as prioridades 1 (tributos, tarifas e obrigações junto a entes públicos), 2 (alocação variável - custos variáveis de operação e manutenção), 3 (alocação de capacidade - custos fixos de investimento, operação, manutenção e administração e remuneração do capital) e 4 (gás natural), o lucro (restante) seria dividido entre as consorciadas na proporção de 50% para a Petrobras e 50% para a MPX Termoceará Ltda. (parceiro privado).

31. Caso a receita fosse suficiente para pagar as prioridades 1, 2 e 3, o excedente seria destinado a pagar o fornecimento de gás. Caso a receita não fosse suficiente para pagar qualquer das prioridades 1, 2 ou 3, a Petrobras deveria complementar o pagamento com a chamada contribuição de contingência.

32. Sendo assim, a contribuição de contingência tinha por finalidade garantir o fluxo de caixa necessário para fazer frente aos custos de operação do empreendimento, caso as oscilações de mercado não permitissem auferir receitas em montante suficiente para cobri-los. Os pagamentos ocorreriam nos primeiros sessenta e cinco meses de funcionamento da usina.

33. Diante das condições do mercado de energia, entre o final de 2001 e início de 2002, entendeu-se que o acordo de participação da Petrobras para operação da usina Termoceará, em maio de 2002, definiu uma distribuição dos riscos desfavorável à companhia, caracterizando ato de gestão temerária.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

34. Até a aquisição das usinas pela Petrobras, em 2005 e 2006, a equipe de fiscalização do TCU estimou que a Petrobras teria pagado, a título de contribuição de contingência para as três usinas, aproximadamente, R\$ 2,83 bilhões. Segundo a equipe, porém, o prejuízo causado pela assunção desproporcional de riscos não poderia ser quantificado, o que inviabilizou a citação dos gestores.

35. Além da conclusão de negócio jurídico antieconômico, a equipe de fiscalização verificou que o contrato foi celebrado sem EVTE, que o 2º Termo de Compromisso e o Contrato de Consórcio com a MPX (Termo Ceará) foram celebrados sem parecer jurídico e sem prévia aprovação da Diretoria Executiva e que houve aumento do valor das tarifas de capacidade no 2º Termo de Compromisso e o Acordo de Participação sem justificativas adequadas e reajuste do valor da tarifa com base na data do 2º Termo (5/2/2002), mas com o valor do Acordo de Participação (18/3/2002).

36. Esses fatos foram objeto de audiência, conforme o item 20 retro, estando pendentes de julgamento – com exceção do aumento do valor da tarifa de capacidade no 2º Termo de Compromisso, que já foi elidido por ocasião do Acórdão 1850/2014-Plenário.

37. A fim de rememorar o contexto fático em que foi celebrado o aludido negócio jurídico, cabe transcrever a descrição contida no relatório de auditoria (TC 005.251/2007-0):

“105. Em 3/9/2001, foi assinado o 1º Termo de Compromisso entre Petrobras, MPX e Companhia de Gás do Ceará (Cegás), cujo prazo de vigência era de sessenta dias, podendo ser prorrogado. Pelo compromisso, a Petrobras assumiu a obrigação de suportar o piso tarifário (preço total fechado a pagar à MPX de R\$ 159,60 por MWh), para os primeiros 200MW de capacidade da usina. Nos primeiros 100 MW de produção a Petrobras suportaria o ônus. Nos 100 MW restantes, o piso tarifário seria suportado conjuntamente pela Petrobras e pela Cegás à proporção de 81,33% e 18,67% (aplicados sobre R\$ 159,60 por MWh), respectivamente. Esse piso representava o retorno garantido pela Petrobras e Cegás à MPX, caso as receitas da usina com venda de energia não fossem suficientes para amortizar e remunerar o capital investido, tendo a mesma lógica da contribuição de contingência.

(...)

107. Pouco antes da assinatura do 1º Termo de Compromisso, em junho de 2001, devido à falta de chuvas e à possibilidade de desabastecimento de energia elétrica para a população brasileira, iniciou-se o racionamento de energia no país, que durou até dezembro de 2001, para a região Norte, e até fevereiro de 2002 para as outras regiões.

108. No final de outubro de 2001, o preço da energia no MAE (submercado Nordeste) havia caído, aproximadamente, 18% em relação ao preço da data de assinatura do 1º Termo de Compromisso (setembro de 2001). Os preços dos submercados Sudeste e Norte já haviam caído 50%.

109. Inicialmente, a Petrobras relutou em dar seguimento ao projeto, conforme foi afirmado na Nota à Auditoria, de 19/3/2002, emitida pela ENERGIA/GGPLAD, que consignou: “no final de outubro de 2001, o contrato Participation Agreement estava pronto para ser assinado, porém, devido a alterações profundas ocorridas no mercado de energia elétrica, a Petrobras não autorizou a assinatura do documento” (TC 005.251/2007-0, fls.109-110, anexo 3, peça 18 do TC apenso).

110. A MPX protestou sobre a recusa, em 29/11/2001, com a Petrobras, com cópia ao Ministro Chefe de Estado e ao Governador do Estado do Ceará, alegando que havia assumido compromissos comerciais e financeiros após o termo de compromisso (TC 005.251/2007-0, fls. 102-103, anexo 8; peça 23 do TC apenso).

111. Em 5/2/2002, o Diretor de Energia, Antônio Luiz Silva de Menezes, assinou o 2º Termo de Compromisso entre Petrobras e MPX, sem prévia aprovação do Jurídico e da Diretoria Executiva (TC 005.251/2007-0, fls. 112-127, anexo 3; peça 18 do TC apenso). Em 21/2/2002, por meio da ATA DE





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

4.344 (TC 005.251/2007-0, fls. 112-113, anexo 3, peça 12), o referido termo foi conhecido pela Diretoria Executiva.

112. No 2º Termo de Compromisso havia previsão de pagamento de multa diária pela Petrobras, fixada em R\$ 200 mil, em caso de não assinatura do contrato no prazo definido. Além disso, as condições suspensivas para assinatura do contrato foram reduzidas, restando apenas a ocorrência da data inicial de fornecimento e a obtenção de financiamento para a usina. Por outro lado, o fator de cálculo da alocação de capacidade foi diminuído de US\$ 23,35 para US\$ 18,25 US\$/kWmês (TC 005.251/2007-0, fls. 124 e 128, anexo 3; peça 18 do TC apenso).

113. A equipe de fiscalização do TCU enfatizou que, na data da assinatura do 2º Termo, 5/2/2002, o preço da energia no MAE, submercado Nordeste, estava em R\$ 319,41, redução de 53% com relação à data da assinatura do 1º Termo. Nas regiões Sudeste e Norte, os preços estavam em R\$ 134,76 e R\$ 4,19, queda de 80% e 99% com relação à data da assinatura do 1º Termo, respectivamente (TC 005.251/2007-0, fl. 93 do volume principal; peça 3 do TC apenso).

114. O contrato de constituição do consórcio foi assinado apenas em 22/4/2002 e o Participation Agreement, firmado entre MPX e Petrobras, em 7/5/2002 (documento datado de 18/3/2002), após prévia aprovação do jurídico (DIP JURÍDICO 4095/2002, de 7/3/2002, TC 005.251/2007-0, fls. 78-81, anexo 3; peça 18 do TC apenso), da Diretoria Executiva da Petrobras (Ata DE 4.346, de 7/3/2002, TC 005.251/2007-0, fl. 804, anexo 1, vol. 6; peça 15 do TC apenso) e do Conselho de Administração (Ata CA 1.206, item 9, de 15/3/2002). Em abril de 2002, o preço da energia no MAE, submercado Nordeste, estava em torno de R\$ 8,75 (TC 005.251/2007-0, fl. 93 do volume principal; peça 2 do TC apenso)."

V – Defesa dos responsáveis

38. Em síntese, os responsáveis alegaram que:

- a) em razão da crise energética enfrentada pelo Brasil no final da década de 1990, a Petrobras decidiu aumentar a capacidade de geração térmica. O objetivo inicial era fornecer energia elétrica e vapor aos órgãos operacionais da empresa, além de garantir o suprimento de energia em caso de racionamento. A partir de mudanças na legislação e da criação da figura do autoprodutor, que permitia a venda da energia excedente, deu-se início às parcerias para a geração termelétrica;
- b) por meio do Decreto 3.371/2000, o Governo Federal lançou o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), com o propósito de possibilitar o aumento e assegurar o suprimento de energia elétrica nos anos seguintes;
- c) em 22/5/2001, o Governo Federal instituiu o Programa Emergencial de Termelétricas, com participação da Eletrobras e da Petrobras, com o objetivo de assegurar a instalação de pelo menos 1.500 MW de geração termelétrica até o final de 2001;
- d) o aludido programa visou antecipar a oferta de energia inicialmente prevista pelo PPT, uma vez que pelos estudos realizados pelo ONS temia-se que a energia elétrica a ser ofertada em 2001, 2002 e parte de 2003 não seria suficiente para atender a demanda prevista para o período;
- e) a União atribuiu grande parte da responsabilidade pelos investimentos necessários para tentar impedir o racionamento de energia elétrica no país à Petrobras. Nesse quadro, os responsáveis adotaram medidas que efetivamente implicaram aumento da oferta de energia, em resposta à exigência da sociedade e em consonância com o interesse público;
- f) não era possível prever tamanha queda no preço da eletricidade. Conforme a tabela extraída do EVTE do Projeto El Paso Merchant (peça 8, p. 283 do TC 005.251/2007-0), a previsão era a de que os preços o Mercado Atacadista de Energia (MAE) ficaria em níveis superiores ao verificado, em cinco cenários diferentes, entre outubro/2001 e outubro/2006. Em resumo: preços altos em 2001, 2002 e 2003, queda de preços entre 2003 e 2005, recuperação dos preços após 2005;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

- g) não houve, no caso concreto, violação de deveres que garantissem o normal funcionamento da companhia, mas o cumprimento dos objetivos sociais do estatuto da Petrobras. Não ocorreu, da mesma forma, violação ao dever de diligência, fixado no art. 153 da Lei 6.404/1976, seja em relação a atos próprios, seja quanto à supervisão de atos de terceiros. Os responsáveis agiram tendo em vista o bom funcionamento da companhia e a defesa do interesse público envolvido;
- h) os atos dos administradores podem ser submetidos à revisão judicial apenas quando comprovado, além do prejuízo, a conduta culposa ou dolosa dos agentes nas hipóteses de notória violação à lei ou ao estatuto da sociedade anônima; e
- i) cabe a aplicação da teoria americana do **Business Judgment Rule**, segundo a qual os administradores que agirem dentro dos padrões de regularidade exigidos normativamente, de boa-fé, com base em adequada formação de juízo, através de informações fundamentais e confiáveis e cuja racionalidade indica ser o melhor para a companhia, não respondem pessoalmente pelos atos que praticarem, ainda que estes venham a causar prejuízo à sociedade.

VI – Razões de decidir

39. Com relação à matéria pendente de julgamento, compreendo que os elementos acostados aos autos permitem concluir que os agentes administrativos e administradores da Petrobras que participaram da celebração dos contratos preliminares e do acordo de participação não agiram segundo o padrão imposto pelo art. 153 da Lei 6.404/1976, ou seja, com o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.

40. Conforme se verifica no gráfico abaixo, extraído do relatório de auditoria que subsidiou o presente feito, a partir de outubro de 2001, o preço da energia no MAE (submercado Nordeste) começou a reverter a tendência de subida, verificada desde setembro de 2000, tendo apresentado queda vertiginosa e seguida a partir de fevereiro de 2002. Tal tendência também se verificou nos preços dos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Norte, que enfrentaram decréscimos de aproximadamente 50%, entre setembro de 2001 e o início de 2002, e quedas ainda mais drásticas de janeiro/fevereiro/2002 em diante.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

ACÓRDÃO Nº 678/2018 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 018.402/2014-3.
2. Grupo II – Classe de Assunto IV – Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Antônio Luiz Silva de Menezes (092.036.057-20); Francisco Roberto Andre Gros (038.644.137-53); Geraldo Vieira Baltar (040.938.607-34); Irani Carlos Varella (132.512.360-91); Jorge Marques de Toledo Camargo (114.400.151-04); José Coutinho Barbosa (003.161.053-68); João Pinheiro Nogueira Batista (546.600.417-00); Rogério Almeida Manso da Costa Reis (599.705.617-15); e Termoceará Ltda (04.605.162/0001-04).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações) e Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais)
8. Representação legal: Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Gabriela Navarros Guedes Fernandes (OAB/RJ 166.107) e outros, representando Antônio Luiz Silva de Menezes; Geraldo Vieira Baltar; Irani Carlos Varella; Jorge Marques de Toledo Camargo; José Coutinho Barbosa; João Pinheiro Nogueira Batista e Rogério Almeida Manso da Costa Reis; Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460) e outros, representando Termoceará Ltda. e Petróleo Brasileiro S.A.; Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110) e outros, representando o espólio do Sr. Francisco Roberto Andre Gros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item 9.5 do Acórdão 1850/2014-Plenário, para apreciação dos indícios de irregularidades identificados no TC 032.295/2010-3 em investimentos realizados pela Petrobras na usina termelétrica Termoceará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Francisco Roberto Andre Gros da relação processual de que trata os fatos especificados no subitem 9.2.4 do Acórdão 3.017/2010-Plenário, tendo em vista o seu falecimento antes da audiência;

9.2. acatar as alegações de defesa:

9.2.1. dos Srs. Geraldo Vieira Baltar e Antônio Luiz Silva de Menezes em face da ocorrência indicada no subitem 9.1.1 do Acórdão 3.017/2010-Plenário;

9.2.2. dos Srs. José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella, do espólio de Francisco Roberto André Gros e da sociedade empresária Termoceará Ltda. em face da ocorrência indicada no subitem 9.1.2 do Acórdão 3.017/2010-Plenário;

9.3. acatar as razões de justificativa do Sr. Geraldo Vieira Baltar em face da ocorrência indicada no subitem 9.2.2 do Acórdão 3.017/2010-Plenário;

9.4. rejeitar as razões de justificativa:

9.4.1. do Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes em face das ocorrências indicadas nos subitens 9.2.2, 9.2.4 e 9.2.5 do Acórdão 3.017/2010-Plenário;

9.4.2. dos Srs. José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella em face da ocorrência indicada no subitem 9.2.4 do Acórdão 3.017/2010-Plenário;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 018.402/2014-3

9.5. julgar regulares as contas do Sr. Geraldo Vieira Baltar, do espólio de Francisco Roberto André Gros e da sociedade empresária Termoceará Ltda. em face da ocorrência indicada no subitem 9.1.2 do Acórdão 3.017/2010-Plenário, tendo em vista o disposto no subitem 9.2 supra, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação plena;

9.6. julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella, tendo em vista o disposto no subitem 9.3 supra, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, 19, caput e parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, sem a condenação em débito;

9.7. aplicar as multas aos responsáveis indicados a seguir, com fulcro nos incisos I, II e III do art. 58 da Lei 8.443/1992:

9.7.1. ao Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, no valor de R\$ 59.988,01, tendo em vista o disposto no subitem 9.4.1 supra;

9.7.2. aos Srs. José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella, no valor individual de R\$ 40.000,00, tendo em vista o disposto no subitem 9.4.2 supra;

9.8. considerar graves as condutas dos Srs. Antônio Luiz Silva de Menezes, José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella;

9.9. aplicar aos responsáveis indicados no item anterior a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, pelos seguintes prazos:

9.9.1. Sr. Antônio Luiz Silva de Menezes, por 8 (oito) anos;

9.9.2. Srs. José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella, por 5 (cinco) anos;

9.10. considerar cumpridas as medidas processuais determinadas no subitem 9.6 do Acórdão 1850/2014-Plenário;

9.11. autorizar à SeinfraOperações a promover, em processo administrativo de produção de conhecimento, diligências junto ao juízo competente, a fim de, mediante o instituto de solicitação de compartilhamento de provas, avaliar a existência de fatos que ensejem a atuação da jurisdição de contas em virtude da notícia de supostas irregularidades na aquisição de turbinas junto à empresa Alstom (hoje GE) para as UTE Celso Furtado (BA - antiga Termobahia Fase I), UTE Fernando Gasparian (SP - antiga Nova Piratininga), UTE Governador Leonel Brizola (RJ - antiga Termorio) e UTE Mário Lago (RJ - antiga Macaé Merchant);

9.12. na oportunidade, deve a SeinfraOperações avaliar a necessidade de propor fiscalização ou representação acerca da matéria, considerando ainda a atuação de outros órgãos de controle, a duplicidade de esforços e os critérios de risco, materialidade e oportunidade de controle;

9.13. determinar à SeinfraOperações que constitua processo específico de tomada de contas especial para que sejam examinados os fatos trazidos pela Comissão Interna de Apuração da Petrobras (peça 130), quantificado o prejuízo, identificados os responsáveis e adotadas as medidas processuais cabíveis;

9.14. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis e à Petróleo Brasileiro S.A.;

9.15. encaminhar cópia desta deliberação ao Congresso Nacional, ao Ministério das Minas e Energia, à Auditoria Interna da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ao Ministério Público Federal para conhecimento.

10. Ata nº 10/2018 – Plenário.

11. Data da Sessão: 28/3/2018 – Extraordinária.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 018.402/2014-3

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0678-10/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício



Comunicações



Expediente do Senhor Presidente Eunício Oliveira, já disponibilizado no endereço eletrônico, por meio do qual relata participação em missão oficial ao Japão, no período de 14 a 22 de abril de 2018, de acordo com Requerimento nº 189, 2018.

O Requerimento vai ao Arquivo.



DOC S76AD: 00100.055475/2018-42
(43526)



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigues Palma

A publicação
em 07/05/18
[Assinatura]

Memorando nº 001/2018 – GSRPALM

Em 03 de maio de 2018

À Coordenação de Apoio à Mesa

Assunto: **Escritório de Apoio**

Informo que a estrutura do Escritório de Apoio no estado de Mato Grosso existente no mandato do Senador Cidinho Santos será mantido por este gabinete e que todos os servidores atualmente lá lotados, assim permanecerão.

Atenciosamente,

[Assinatura]
RODRIGUES PALMA
Senador PR/MT

Recebido em 4.5.18
Hora 9:36
[Assinatura]
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6167





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **ROSE DE FREITAS**

à Publicação
Em 07/5/18
[Assinatura]

Memo. nº 10/2018 – GSRFREIT

Brasília, 23 de abril de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor,
EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso
NESTA

Assunto: Comunica mudança de filiação de Partido Político

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estou filiada ao PODEMOS (PODE) desde o dia 07 de abril de 2018.

Com isso solicito as alterações necessária para modificar a legenda do partido que estou filiada em todos os procedimentos administrativos e dependências da Casa.

Certa de poder contar com habitual compreensão, sensibilidade e solicitude de Vossa Excelência, antecipo os meus sinceros agradecimentos com estima e consideração, colocando-me a disposição para quais quer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Recebido em 03/05/18
Hora: 15:20

[Assinatura]
Renata Dressan Saldanha - Mat 315
SGM/SLSF

[Assinatura]
Rose de Freitas
Senadora PODE/ES

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima quinta-feira, dia 10, às 9 horas, vamos apresentar o "Estatuto do Trabalho", na Subcomissão, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Estamos convidando toda sociedade brasileira para participar desse evento. A apresentação do Estatuto também pode ser acompanhada pelos veículos de comunicação do Senado.

Aproveito para registrar artigo "Estatuto do Trabalho: nova CLT", publicado no Jornal do Brasil.

Getúlio Vargas criou a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, em 1943, para garantir dignidade à vida dos trabalhadores.

Entre os direitos assegurados estavam férias, 13º salário, descanso remunerado, salário mínimo, licença maternidade, jornada de trabalho.

Em julho de 2017, a CLT sofreu um dos maiores ataques da sua história com o único propósito de destruí-la.

A sanção presidencial da Lei 13.467, do governo federal, conhecida como Reforma Trabalhista, está provocando enormes perdas à nossa gente.

Como exemplos, podemos citar a prevalência do negociado sobre o legislado e o trabalho intermitente, que permite a remuneração inferior a um salário mínimo, entre outros.

Além do mais, vários estudos comprovam que essa lei não tem o viés modernizador e gerador de empregos.

A partir desse retrocesso, criamos uma subcomissão na Comissão de Direitos Humanos do Senado para construir, com a participação da sociedade, uma nova CLT, o chamado Estatuto do Trabalho.

Essa subcomissão é presidida pelo senador Telmário Mota e conta com a minha relatoria.

O Estatuto do Trabalho não será uma legislação com objetivo apenas de retomar o texto da CLT.

Pelo contrário, por uma questão de justiça, queremos revogar a Reforma Trabalhista e avançar na efetivação de todos os direitos.

As legislações não podem beneficiar somente um lado do cenário, como foi feito na reforma.

Partimos do princípio de que não pode haver dois pesos e duas medidas. Os direitos e os deveres devem ser iguais. Como afirmou Rui Barbosa: "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem".

É fundamental que o Brasil retome o equilíbrio da relação capital e trabalho.

O Estatuto é uma ousada possibilidade para harmonizar os interesses de classes, dos empregados e dos empregadores.

Dessa forma, buscamos um diferencial que julgamos ser o mais importante na construção e na transformação de um país em uma nação, que é a congregação humanista, solidária e de responsabilidade sócio ambiental.

Queremos fortalecer as instituições, a democratização do acesso ao mercado de trabalho, a facilitação do acesso e da permanência de pessoas com deficiência, de idosos e de jovens, entre outros segmentos, bem como o combate a qualquer forma de discriminação, protegendo a mulher, sobretudo a gestante, na busca incessante da igualdade.

As novas tecnologias, os avanços da ciência e da humanidade estão fazendo com que novas profissões e mercados de trabalho e emprego surjam diariamente.



Mas isso não significa a exclusão, queremos a inclusão com melhores condições de vida para a nossa gente.

O debate iniciou na subcomissão, em agosto do ano passado, com a participação de um grupo técnico de estudos.

Foram realizadas 20 audiências públicas.

Vários especialistas nacionais e internacionais foram ouvidos, além de ministros do TST, juízes do Trabalho, procuradores, auditores, juristas, servidores públicos, aposentados, centrais sindicais e representantes do empresariado.

Importante destacar a participação do cidadão através do e-Cidadania e do Alô Senado.

O Estatuto do Trabalho não é uma peça pronta. A primeira versão será apresentada à sociedade no dia 10 de maio, dando início ao processo de tramitação no Congresso.

Pretendemos também apresentar aos pré-candidatos à Presidência.

Todos os brasileiros têm direito à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho, a férias, a um salário decente, ao descanso diário, a uma aposentadoria, enfim, a um patamar mínimo de dignidade, como previsto na Constituição Cidadã.

Por isso, eu acredito que a relação capital e trabalho deve ser justa e de alto nível. O Estatuto do Trabalho é o início de um novo marco cívico, amplo e responsável, assim como foi a CLT de Getúlio.

Ele está sendo construído de baixo para cima, com a participação de toda a sociedade, dos meios produtivos e com a força da mão de obra brasileira.

Era o que tinha a dizer.



Mensagens do Presidente da República



Junte-se ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 22, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2007.

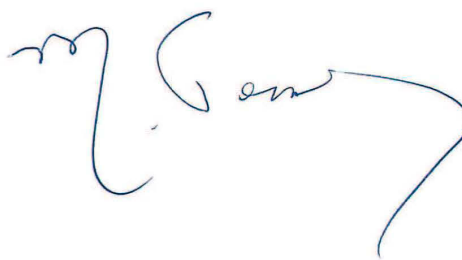
Em: / /2018.

Mensagem nº 227

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.656 , de 30 de abril de 2018.

Brasília, 30 de abril de 2018.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 30, DE 2018

(nº 231/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 231

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Os méritos do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de maio de 2018.



EM nº 00088/2018 MRE

Brasília, 30 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso 212 - C. Civil.

Em 3 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**

CPF.: 221.191.831-04

ID.: 7333 MRE

1959 Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
1984 CAD - IRBr
1988 Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
1997 CAE - IRBr, "Globalização: arautos, cétricos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira"

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
1982 Segundo-secretário
1987 Primeiro-secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
2006 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980 Divisão da América Meridional-II, Assistente
1981 Departamento das Américas, Assistente
1982 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
1982 Secretaria-Geral, Assessor
1984 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Segundo-Secretário
1987 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de Relações Internacionais
1990 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional
1990 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1992 Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor-Geral
1993 Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
1993 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Chefe de Gabinete do Ministro
1994 Ministério da Fazenda, Assessor do Ministro
1995 Embaixada em Londres, Conselheiro
1998 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe e Porta-voz
1999 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
2001 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Ministro
2007 V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, Berlim, Chefe de Delegação
2008 Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
2008 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Brasília, Chefe de Delegação
2008 Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional



- (FMI), Roma, Chefe de Delegação
- 2008 Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, Osaka, Japão, Chefe de Delegação
- 2008 I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Cancún, México, Chefe de Delegação
- 2008 Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, San Miguel de Tucumán, Argentina, Chefe de Delegação
- 2008 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
- 2008 Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Cidade do México, Chefe de Delegação
- 2009 Reuniões (4) de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e Basileia, Suíça, Chefe de Delegação
- 2009 Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, Porto, Portugal, Chefe de Delegação
- 2009 Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
- 2009 I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, Lisboa, Chefe de Delegação
- 2009 II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Viña del Mar, Chile, Chefe de Delegação
- 2009 Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, Assunção, Chefe de Delegação
- 2009 Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Cairo, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Incheon, Coreia, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Paris, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Paris, Chefe de Delegação
- 2010 III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Lima, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Gwangju, Coreia, Chefe de Delegação
- 2010 I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, Pequim, Chefe de Delegação
- 2010 I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, Washington, Chefe de Delegação
- 2010 Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Gyeongju, Coreia, Chefe de Delegação
- 2011 Embaixada em Tóquio, Embaixador
- 2013-16 Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas, Delegado Permanente
- 2014 LIV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Chefe de Delegação
- 2015 LV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Chefe de Delegação
- 2015 X Conferência Ministerial da OMC, Nairobi, Chefe de Delegação
- 2016 Secretário-Geral das Relações Exteriores
- 2016 Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular
- 2017 XXIX Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, continuação, Cancún, 2017 (Chefe de Delegação)
- 2017 XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Cancún (Chefe de



- 2017 Delegação
44a Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, Porto Alegre (Chefe de Delegação)
- 2018 Foro CELAC-China - II Reunião de Ministros de Relações Exteriores, Santiago (Chefe de Delegação)
- 2018 IV Reunião do Grupo de Lima, Santiago, 2018 (Chefe de Delegação)

Condecorações:

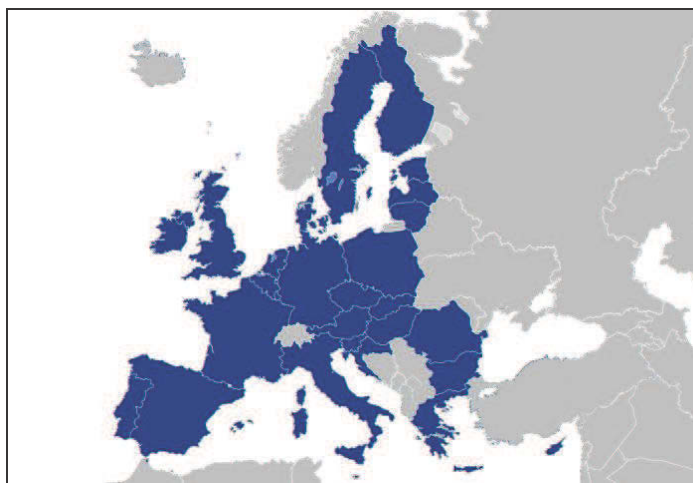
- 1981 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
- 1983 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
- 2011 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2011 Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitschek, Estado de Minas Gerais, Brasil
- Ordem do Sol Nascente, Japão, Grande Cordão
- Ordem do Infante Dom Henrique, Cavaleiro, Portugal.

Publicações:

- 1993 Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol. 6, n. 12
- 1998 Globalização: arautos, céuticos e críticos, in Política Externa, vol. 6, n. 4 e vol. 7, n. 1
- 2010 Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance, in The World Today (August 2010, Number 3).
- 2011 O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante, in Política Externa, vol. 20, n. 3

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
Diretora, Substituta, do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**UNIÃO EUROPEIA**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018



DADOS BÁSICOS



NOME OFICIAL:	União Europeia
PAÍSES MEMBROS:	28 (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido*, República Tcheca, Romênia, Suécia). *Em processo de retirada do bloco.
PAÍSES CANDIDATOS:	Albânia, Macedônia, Montenegro, Sérvia, Turquia.
FUNDAÇÃO:	1957 (Comunidade Econômica Europeia).
SEDES:	Bruxelas (Conselho Europeu; Conselho da União Europeia; Comissão Europeia; Parlamento Europeu); Estrasburgo e Luxemburgo (Parlamento Europeu).
ÁREA:	4,238,213 km ²
POPULAÇÃO:	511,522 milhões (2017, est.)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, neerlandês, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, polaco, português, romeno e sueco.
PRINCIPAIS ÓRGÃOS:	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho da União Europeia (ministros nacionais); Comissão Europeia; Parlamento Europeu.
PRINCIPAIS CHEFIAS:	Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu; Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia; Antonio Tajani, presidente do Parlamento Europeu.
ALTA REPRESENTANTE PARA RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA:	Federica Mogherini
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA:	Bulgária (até 30/6/2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 16,491 trilhões (2016)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 20,255 trilhões (2016)
PIB <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 32, 249 (2016)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 39.610 (2016)



VARIAÇÃO DO PIB:	2,0% (2016); 2,3% (2015); 1,7% (2014); 0,3% (2013); - 0.4% (2012); 1,7% (2011).
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	80,6 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	7,8% (Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL:	Delegação da União Europeia no Brasil. Chefe: Embaixador João Gomes Cravinho (desde 2015).

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA (fonte: MDIC, mar/2018)									
Brasil → UE (US\$ bilhões)	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	30,98	31,94	45,37	67,31	63,43	99,63	98,52	70,6	66,97
Exportações	15,53	18,87	27,13	40,57	34,19	53,17	47,77	33,95	34,9
Importações	15,45	13,07	18,24	26,74	29,24	46,46	50,75	36,65	32,07
Saldo	0,08	5,8	8,89	13,82	4,95	6,71	-2,98	- 2,7	2,83

Informação elaborada em 26 de abril de 2018, pelos secretários Camilla Corá e Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher. Revisada em 27/4/2018, pela conselheira Viviane Rios Balbino.

APRESENTAÇÃO

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada de 28 estados membros. Sua área é de 4,475,757 km² e sua população é estimada em 511,8 milhões de habitantes.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os estados membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Donald Tusk
Presidente do Conselho Europeu



Nasceu em Gdańsk, Polônia, em 1957. Graduiu-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980. Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do Solidarność e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Foi eleito Senador em 1997. Tornou-se líder da oposição na Câmara Baixa em 2001. Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 2007, tomou posse como primeiro-ministro. Foi o mais longo primeiro-ministro da história da III República Polonesa (1990-2014). Como chefe de governo polonês, atribuiu prioridade à plena inserção na União Europeia. Assumiu o posto de presidente do Conselho Europeu em dezembro de 2014. Foi reeleito em 9/3/2016 para mandato de 30 meses.

Jean-Claude Juncker
Presidente da Comissão Europeia



Nasceu em 1954, em Redange-sur-Attert, Luxemburgo. Graduiu-se em Direito na Universidade de Estrasburgo. Exerceu diversos cargos públicos durante sua vida: em 1982, foi nomeado vice-ministro do Trabalho de Luxemburgo; em 1984, foi designado ministro do Trabalho; em 1989, ministro das Finanças; e foi primeiro-ministro de Luxemburgo entre 1995 e 2013; entre 2005 e 2013, foi presidente do Eurogrupo, instituição europeia que reúne os ministros da Economia e Finanças dos Estados-Membros da



Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu e o comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários. Em 27 de junho de 2014, foi eleito presidente da Comissão Europeia, empossado em 1º de novembro de 2014. Em fevereiro de 2017, Juncker anunciou que não concorreria à reeleição para o cargo de presidente da Comissão Europeia. Seu atual mandato termina em novembro de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia), em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

O relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das Cúpulas anuais, em nível presidencial, há reuniões regulares entre altos funcionários (com destaque para a Reunião em Nível de Altos Funcionários e



a Reunião do Diálogo Político de Alto Nível), assim como entre especialistas e técnicos.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

De modo a auxiliar as atividades desenvolvidas na Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, é conduzida, desde 2008, a Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais com o intuito de fornecer meios para a efetivação dos diálogos setoriais entre o governo brasileiro e as direções gerais da Comissão Europeia e conta com contribuição financeira da UE e contrapartida não financeira do Brasil. A 10ª Convocatória de projetos teve início em janeiro de 2018.

No plano político, Brasil e UE reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Compartilham, ademais, o compromisso de fortalecer o multilateralismo: entendem ser esse o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 10º parceiro comercial extrarregional europeu. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.

Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.



POLÍTICA INTERNA

Conforme o Tratado de Lisboa, as instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros), a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da UE, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas.

Parlamento Europeu

Eleitos por sufrágio universal para mandato de cinco anos, os deputados do Parlamento Europeu (PE) representam os cidadãos da UE. Juntamente com o Conselho, o PE é uma das principais instituições da UE com poderes legislativos, em processo conhecido como “codecisão”. O PE exerce, ainda, influência sobre outras instituições europeias, notadamente a Comissão Europeia, cujos 28 membros (um por cada país da UE) devem obter a aprovação do PE antes de ser nomeados pelo Conselho Europeu.

O PE é composto atualmente por 751 deputados, eleitos nos 28 Estados-Membros da UE. As eleições baseiam-se na representação proporcional. Os assentos são distribuídos com base na população de cada Estado-Membro. Os membros do PE agrupam-se em função das suas afinidades políticas, e não por nacionalidade.

Os parlamentares estão divididos em oito grupos políticos, por sua vez divididos por famílias ideológicas. Os deputados têm assento em grupos políticos, podendo pertencer a somente um. Alguns deputados não pertencem a nenhum grupo político e, nesse caso, fazem parte dos Não Inscritos. Os 8 grupos políticos são: Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) (PPE); Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D); Conservadores e Reformistas Europeus (ECR); Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE); Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL); Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (GREENS/EFA); Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD); e Grupo Europa das Nações e da Liberdade (ENF). O maior grupo atualmente é o PPE, de centro-direita, seguido da S&D, de centro-esquerda.

Através das delegações, o PE contribui para representar a UE no exterior. A Delegação para as Relações com o Brasil (D-BR) foi criada em 7 de julho de 2014 e tem como objetivo principal o acompanhamento da Parceria Estratégica UE-Brasil. Neste contexto, a delegação deverá desenvolver as relações entre os seus Membros e os seus parceiros no Congresso Brasileiro. Cada ano os Membros da Delegação deverão visitar e receber visitas dos seus homólogos do Congresso Brasileiro. Em 9/2/2017, em



Bruxelas, o deputado Fernando Ruas (PPE - Portugal) foi eleito Presidente da Delegação D-BR para a segunda metade da legislatura.

Conselho Europeu

O Conselho Europeu é a instância na qual os Chefes de Estado ou de Governo da UE tomam decisões sobre as prioridades políticas e iniciativas do bloco. O Conselho, que não possui poderes legislativos, define a direção e as prioridades políticas gerais e resolve questões que, pela complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior.

Conselho da União Europeia/Conselho de Ministros

No âmbito do Conselho da UE (ou Conselho de Ministros), os ministros de cada estado membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotarem legislação e assegurarem a coordenação das políticas da UE. O Conselho e o Parlamento partilham a tarefa de aprovação de nova legislação da UE, proposta pela Comissão. O Conselho assina acordos em nome da UE e decide anualmente sobre o orçamento da UE, juntamente com o Parlamento. Constitui, ainda, a principal instância onde se desenvolve a política externa e de segurança comum (PESC).

Comissão Europeia

A Comissão Europeia tem o chamado “direito de iniciativa”, podendo propor leis sobre matérias que não possam ser tratadas ao nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Enquanto “guardião dos Tratados”, a Comissão verifica se os estados membros aplicam corretamente a legislação da UE. A Comissão representa, ainda, a UE em organismos internacionais, bem como negocia acordos internacionais em nome do bloco.

Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE e resolve os litígios entre os governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer ao Tribunal se considerarem que seus direitos foram infringidos por alguma instituição europeia. O Tribunal de Justiça da UE é composto por um juiz de cada Estado- Membro.

Banco Central Europeu (BCE)

O BCE é responsável pela gestão do euro, a moeda única europeia, bem como por assegurar a estabilidade dos preços na UE. O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política econômica e monetária da UE. O BCE trabalha com os bancos centrais dos 28 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), além de coordenar a colaboração entre os bancos centrais da zona do euro.

Tribunal de Contas Europeu



O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira da UE e verificar como é usado o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975, com sede em Luxemburgo.

Competências

A política interna (e externa) da União Europeia se desenvolve à luz da singular divisão de competências entre os estados membros e os órgãos comunitários. A UE só dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos estados membros, que são divididas em exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Atualmente, somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de competência compartilhada, a UE atua, em tese, quando oferece valor adicionado à ação dos estados membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do primado do direito comunitário, segundo o qual as normas dos estados membros não podem contrariar as da UE.

Nos assuntos em que tem competência de apoio, a UE atua com base no princípio da subsidiariedade e apenas complementa ou coordena a ação dos estados membros. Trata-se, em geral, de questões relacionadas à identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria, sobre as quais o Conselho da UE toma suas decisões por unanimidade. Nessas áreas, salvo mandato específico, os órgãos comunitários somente emitem recomendações.

Saída do Reino Unido

Em referendo realizado em 23/6/2016, com participação de 72.2% do eleitorado, 51.9% dos participantes votaram a favor da saída do Reino Unido da UE. Em 29/3/2017, o governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE. A data para a retirada do Reino Unido da UE é prevista para a meia noite do dia 30 de março de 2019.



Em dezembro de 2017, o Conselho Europeu autorizou o início das negociações da segunda fase do “Brexit”, o que abriu caminho para as negociações sobre período de transição (período de 21 meses até o final de 2020, durante o qual o Reino Unido permanecerá parte da união aduaneira e do mercado único, respeitando as normas comunitárias, mas deixará de participar das instituições da UE e do processo de tomada de decisão dos órgãos do bloco) e sobre a estrutura da relação futura entre a UE e o Reino Unido.

O Conselho Europeu aprovou, em 23/3/18, diretrizes para a negociação das relações futuras entre o Reino Unido e a UE. Na ocasião, os líderes do bloco saudaram acordos alcançados até o momento a respeito dos direitos dos cidadãos de ambas as partes e do ajuste financeiro (“Brexit bill”). Saudaram, ainda, o compromisso assumido por escrito pela primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, de que a Irlanda do Norte manterá alinhamento regulatório com a UE caso não se alcance outra solução que evite o restabelecimento de fronteira física na ilha.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa e de segurança da União Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite à UE maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais para as quais os estados membros concederem mandato. Embora as características dessa política sejam essencialmente intergovernamentais, esse instrumento demonstra o desejo de constituir posicionamento externo único para a região, concedendo maior coerência às posições adotadas no âmbito internacional e ampliando a influência internacional dos países membros.

A capacidade de interlocução externa do bloco foi reforçada após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, o qual prevê a criação do cargo de Alto Representante da UE para Política Externa e Segurança e do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE). O SEAE, que funciona como o serviço diplomático do bloco, foi criado em 2010.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional tem sido priorizada pela UE. Dez países foram considerados estratégicos: Estados Unidos, Japão, Canadá, Coreia do Sul, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México. Em relação aos países emergentes, a Alta Representante realizou périplo por China, Índia e Rússia, em abril de 2017. Em junho do mesmo ano, realizou-se, em Bruxelas, a XIX Cúpula UE-China.



Em suas relações com os Estados Unidos, a UE tem ressaltado os benefícios do sistema multilateral vigente e da manutenção da ordem baseada no direito internacional. A respeito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a UE reconhece a necessidade de aperfeiçoar modalidades dessa cooperação, mas defende que os parceiros discutam todas as questões com vistas a fortalecer a solidariedade transatlântica.

Relações com outras organizações e agrupamentos internacionais

A União Europeia participa, como bloco, na condição de observador, das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do G10. Como membro pleno, o bloco participa da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do G8, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear.

Política Comum de Segurança e Defesa

A UE tem ganhado relevância como ator da paz e da segurança internacionais e hoje dispõe de 17 missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) no exterior. O Conselho de Relações Exteriores do bloco estabeleceu, em março, a Capacidade de Planejamento Militar e Conduta (MPCC), sob a chefia do General Esa Pulkkinen. O MPCC ficará encarregado de planejar e conduzir as missões militares “não executivas” da UE, hoje existentes no Mali, na Somália e na República Centro-Africana, que se ocupam, sobretudo de treinamento.

Em dezembro de 2017, o Conselho da União Europeia (em composição de ministros de Relações Exteriores) adotou a decisão necessária para pôr em funcionamento a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) no setor de defesa e segurança, prevista no Tratado de Lisboa (2009) e divulgou os primeiros 17 projetos que deverão ser objeto da cooperação entre 25 dos 28 países do bloco (não incluem Dinamarca, Malta e Reino Unido). No dia seguinte, o Conselho da UE (em composição de ministros da Defesa) adotou posição relativa ao Programa Europeu de Defesa de Desenvolvimento Industrial, que objetiva a melhor integração da indústria europeia de defesa e constitui outro elemento, ao lado da PESCO, dos esforços de promoção da defesa pelas instituições comunitárias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS



Estimativa do Eurostat, publicada em 14 de fevereiro corrente, indica que o PIB da União Europeia (UE-28) e o da Zona do Euro (ZE-19) cresceram 0,6% no quarto trimestre de 2017. O índice representa ligeiro recuo no ritmo de expansão relativo ao valor de 0,7% registrado no trimestre anterior. Trata-se do 19º trimestre de crescimento consecutivo na região. Em termos anualizados, os PIBs da UE-28 e da ZE-19 cresceram 2,6% e 2,7%, respectivamente, após expansão de 2,5% no trimestre anterior. O Presidente do Conselho de Governo do Banco Central Europeu, Mario Draghi, afirmou, durante a reunião de janeiro de 2018, que a taxa de crescimento registrada no último semestre de 2017 superou as expectativas do Banco.

A recuperação da economia europeia tem sido atribuída ao expansionismo do BCE na ZE. Em grande medida, considera-se que o programa de “quantitative easing” (QE) é o principal responsável pelo duradouro ciclo de crescimento por que passa a economia da região. O referido programa deverá ser mantido, no mínimo, até setembro do corrente, ainda que com compras mensais reduzidas a partir de janeiro, de EUR 60 bilhões para EUR 30 bilhões em 2018. As taxas de juros extremamente baixas, bem como a manutenção de medidas não convencionais, têm favorecido a expansão do crédito na ZE e permitiram o recuo no endividamento privado. Contribuiu igualmente para o crescimento econômico da região o ambiente externo favorável, fator determinante para a recuperação do setor de exportação europeu. Segundo o Conselho de Governo do BCE, a retomada econômica europeia apresenta características equilibradas. A tendência seria de manutenção de crescimento, e os principais riscos ao ciclo positivo estariam relacionados à economia global.

Manteve-se tendência decrescente no desemprego na região durante o último trimestre de 2017. Os índices registrados em dezembro alcançaram, na ZE-19, o nível de 8,7%, o mais baixo desde janeiro de 2009, e, na UE-28, a marca de 7,4%, o menor desde novembro de 2008. Ainda que o desemprego tenha apresentado queda em todos os países da região, com exceção da Finlândia, onde se manteve estável, persiste marcante desequilíbrio entre os índices registrados nos países que compõem o bloco. Na República Tcheca, o desemprego alcançou marca de 2,7%, enquanto, na Grécia, o nível registrado foi de 20,6%.



O processo de consolidação das finanças públicas da região segue avançando, ainda que em ritmo mais lento que em períodos anteriores. Relatório do Eurostat publicado em janeiro último registra que os índices da dívida pública em proporção ao PIB recuaram no terceiro trimestre de 2017 (último dado disponível). Na zona do euro, registrou-se índice de 88,1%, comparado com 89% no segundo semestre, enquanto, nos países da UE, registrou-se recuo de 83,3% para 82,5%.

As taxas de inflação anual na ZE-19 e na UE-28 apresentaram ligeira queda com relação às médias aferidas em trimestres anteriores. Após alcançar a marca de 2,0% em princípios de 2017, o índice inflacionário apresentou queda gradual no decorrer do ano. A estimativa da inflação na ZE-19 para dezembro de 2017 foi de 1,4%, após registro de 1,5% no mês anterior, enquanto, na UE-28, os índices registrados foram 1,7%, em dezembro, e 1,8%, no mês anterior. Apesar do recuo no último período, o risco de deflação parece ter sido afastado. Contudo, a inflação de base, que exclui preços voláteis, como alimentos e energia, continua aquém da meta traçada pelo BCE (abaixo, mas próximo de 2%), girando em torno de 1%. A dificuldade em alcançar a marca supracitada tem sido a principal justificativa apresentada pelo BCE para a manutenção do programa de QE da instituição até, pelo menos, setembro de 2018, conforme afirmou Draghi, após a reunião de janeiro do BCE.

Comércio exterior

Em 2017, o intercâmbio comercial do Brasil com a União Europeia somou US\$ 67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do país e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior. O crescimento das transações com a União Europeia inseriu-se em um contexto de expansão generalizada do comércio exterior brasileiro, que vivenciou incremento de 14% em relação à cifra de 2016, tendo por pano de fundo a recuperação do nível de atividade da economia brasileira. Para efeito de comparação, o intercâmbio com a China somou US\$ 75 bilhões (participação de 20,3% no total) ao passo que o comércio com os Estados Unidos equivaleu a US\$ 51,7 bilhões; 14% do total.



Os produtos básicos representaram 47% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivaleram a 95% das importações originárias do bloco europeu. As exportações de produtos do agronegócio à União Europeia atingiram US\$ 16,9 bilhões. A China continuou mantendo a posição de principal destino para o agronegócio brasileiro, tendo as exportações para o país asiático atingido US\$ 26,6 bilhões. Assim, a União Europeia manteve a segunda posição entre os principais destinos para o agronegócio do país.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US\$ 2,3 bilhões. Já no ano passado, esse superávit cresceu 23%, somando US\$ 2,8 bilhões.

As exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 5% em 2017, totalizando US\$ 34,9 bilhões (16% do total das vendas externas brasileiras). No mesmo ano, a China adquiriu 22% do total da oferta brasileira de bens e, aos Estados Unidos, foram direcionados 12%. Foram os seguintes os seis principais grupos de produtos exportados para o bloco europeu: minérios (US\$ 4,2 bilhões; participação de mercado da ordem de 12,0% sobre o total); farelo de soja (US\$ 2,7 bilhões; 7,8%); café (US\$ 2,6 bilhões; 7,3%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 2,4 bilhões; 6,7%); ferro e aço (US\$ 2,3 bilhões; 6,7%); soja em grãos (US\$ 2,0 bilhões; 5,8%).

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%, atingindo US\$ 32,1 bilhões (participação de 21% no total da demanda nacional por bens). Os seis principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil do bloco europeu foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 5,8 bilhões ou 18,1% do total); produtos farmacêuticos (US\$ 3,5 bilhões; 11,0%); combustíveis (US\$ 2,6 bilhões; 8,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos ou eletrônicos (US\$ 2,4 bilhões; 7,5%); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,3 bilhões; 7,1%); veículos automotores (US\$ 2,2 bilhões; 7,0%). A União Europeia assume posição singular no contexto da demanda brasileira de importantes itens de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Investimentos

A União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil, tanto em termos de estoque quanto em termos de fluxo, segundo dados do Banco Central do Brasil. O estoque de investimento da União Europeia somou, em 2015 (último dado disponível), US\$ 175,6 bilhões. A região responde por quase a metade (48,4%) de todo o investimento externo em solo brasileiro.



Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia e registraram US\$ 28,7 bilhões em investimentos, o que corresponde a 47,5% do total de inversões recebidas pelo Brasil naquele ano. Os principais investidores foram (em ordem de montante investido): Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França e Espanha.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local. Entre 2005 e 2017, os setores que mais concentraram investimentos produtivos europeus no Brasil foram manufatura (52,6%), TIC e infraestrutura de internet (16,5%), serviços de negócios (9,6%), indicando que o IED europeu está fortemente ligado a setores de alto valor agregado.

A crise da Zona do Euro, que se iniciou em fins de 2009, contribuiu para que as empresas europeias voltassem seus olhos para o Brasil em busca de oportunidades de investimentos.

Os países europeus são importantes parceiros para o programa de investimentos, o "Avançar Parcerias", que abrange concessões e privatizações de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, bacias de petróleo e gás, áreas de mineração, loterias, companhias de distribuição de água e de energia elétrica. Empresas da Alemanha, Espanha, França e Portugal já investem em projetos do portfólio do referido programa e empresários europeus continuam a apresentar ofertas nos leilões e buscado mais informações sobre os projetos junto ao governo brasileiro. Ademais, diversos eventos de divulgação do programa foram realizados em países da UE.

A UE também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil. Em 2015, o estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou US\$ 118,6 bilhões, o equivalente a 45,7% das inversões brasileiras no exterior. Em termos de fluxo, 10 países da UE constam entre os 40 principais destinos dos investimentos brasileiros em 2017, com inversões estimadas em US\$ 6,4 bilhões.

Os dados de investimentos compilados pela Eurostat, órgão da Comissão Europeia responsável pelas informações estatísticas da União Europeia, diferem em termos de quantidade daqueles divulgados pelo Banco Central do Brasil, mas refletem a mesma realidade: a pujança do relacionamento na área de investimentos.



Com relação ao estoque de investimentos, o Brasil é o terceiro destino fora da UE (atrás apenas dos EUA e Suíça), com investimentos estimados em 373 bilhões de euros (4,9% do total dos IEDs europeus), em 2016, e o Brasil é o país latino-americano que mais investe no bloco europeu, com estoque de investimentos no valor de 97 bilhões de euros.

Em termos de fluxo, ainda segundo dados da Eurostat, o Brasil foi o principal beneficiário dos investimentos diretos da UE em 2016 (33 bilhões de euros), à frente da Suíça (21 bilhões de euros) e de centros financeiros 'offshore' (14 bilhões de euros).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1949	Criação do Conselho da Europa.
1950	Discurso de Robert Schuman propondo que França e Alemanha combinassem seus recursos de carvão e de aço.
1951	Seis países –França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo - instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952.
1955	Decisão dos Chanceleres dos seis países de estender a integração a toda a economia.
1957	Assinatura, em Roma, dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958.
1965	Assinado tratado de fusão dos executivos das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
1968	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
1972	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
1973	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove estados membros.
1974	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu, e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
1975	É assinado tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu (entrada em vigor em 1 de junho de 1977).



1978	Na Cimeira de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem relançamento da cooperação monetária através da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
1979	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
1981	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 estados membros.
1985	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, através do “Ato Único Europeu”, que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993.
1986	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 estados membros. É assinado, em Luxemburgo e na Haia, o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1 de julho de 1987.
1990	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controles de fronteiras entre os estados membros das Comunidades Europeias.
1991	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Económica e Monetária, incluindo moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se “Comunidade Europeia” (CE).
1992	É assinado, em Maastricht, o Tratado da União Europeia, que entra em vigor em 1º de novembro de 1993.
1993	É criado o mercado interno.
1994	São assinados, no Conselho Europeu de Corfu, os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia.
1995	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 estados membros.
1997	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, o qual entraria em vigor em 1º de maio de 1999.
1998	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que abrange Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única



	em janeiro de 1999. A estes juntar-se-ia mais tarde a Grécia.
1999	As moedas de 11 estados membros são substituídas pelo euro.
2000	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
2001	É assinado o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
2002	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovênia) poderiam aderir à UE em 1º de maio de 2004.
2004	Chipre, Malta, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 estados membros assinam um tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.
2007	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de estados membros para 27. Os 27 estados membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1º de dezembro de 2009.
2013	A croácia passa a ser o 28º estado membro da UE.
2016	Em referendo, 51,9% dos participantes votam a favor da saída do Reino Unido da UE.
2017	O governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia.
1980	Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia
1992	Acordo-Quadro de Cooperação, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho das Comunidades Europeias
1992	Acordo de Cooperação Institucional entre o Conselho Mercado Comum do Mercosul e a Comissão Europeia.
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul-Comunidade Europeia.
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia.
2006	Visita ao Brasil do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.



2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE.
2007	I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011).
2008	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-UE.
2009	Visita a Estocolmo, no contexto da então presidência sueca do Conselho da UE, do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-UE.
2010	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-UE.
2011	Visita a Bruxelas da então presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-UE.
2011	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014).
2013	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-UE.
2014	Visita a Bruxelas da então presidente Dilma Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE.
2017	Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia – Dez anos da Parceria Estratégica
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira a Bruxelas, onde mantém encontros com o vice-presidente da Comissão Europeia e comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, com a comissária de Comércio, Cecilia Malmström, com o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, e com a alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini.
2017	Renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica por período adicional de 5 anos
2017	Visita do Comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, ao Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data	Entrada em vigor (data)	Publicação (D.O.U) (data)
Acordo sob Forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do	25/11/2016	Em Vigor	29/06/2017



Artigo XXIV. n.º 6, e do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração de Concessões Previstas na Lista de Compromissos da República da Croácia, no Contexto da Adesão deste País à União Europeia			
Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para Carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012	Em Vigor	-/-
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	Em Vigor	11/03/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	Em Vigor	08/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em Vigor	21/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos.	14/07/2010	Tramitação Congresso Nacional	-



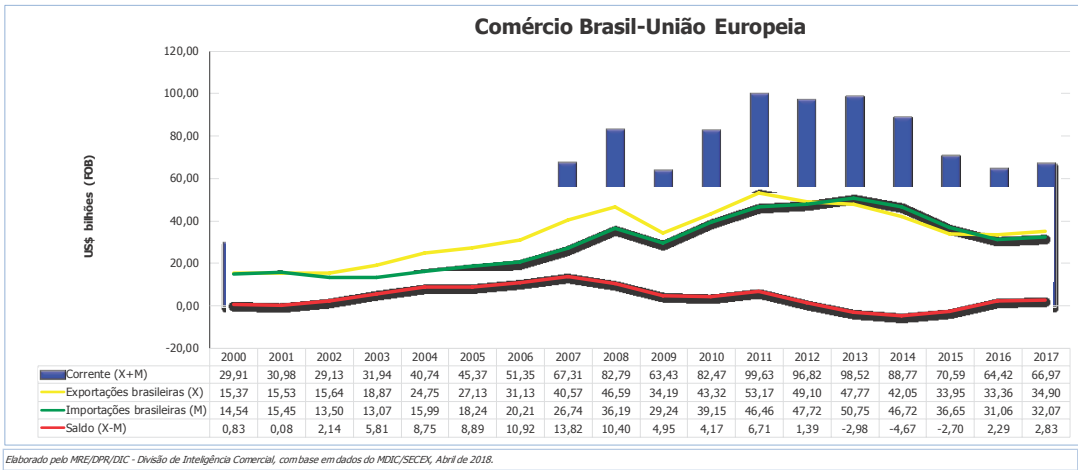
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia Relacionado à Modificação das Concessões nas Listas de Compromissos de República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e República Eslovaca, no âmbito da adesão desses 10 novos membros às Comunidades Europeias	18/12/2006	Em Vigor	-/-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia	19/01/2004	Em Vigor	14/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Europeu de Investimento	19/12/1994	Em Vigor	29/08/1995
Acordo Relativo a Compensações Devidas em Função de Alterações no Regime Comunitário sobre Oleaginosas.	31/01/1994	Em Vigor	-/-
Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia	29/06/1992	Em Vigor	29/11/1995
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia.	08/10/1985	Em Vigor	24/10/1986
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil.	04/04/1984	Em Vigor	09/02/1989
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades Europeias.	01/12/1982	Em Vigor	22/12/1983



Acordo, por troca de Notas, Relativo aos Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e Comunidade Econômica Europeia.	18/09/1980	Em Vigor	25/05/1983
--	------------	----------	------------



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

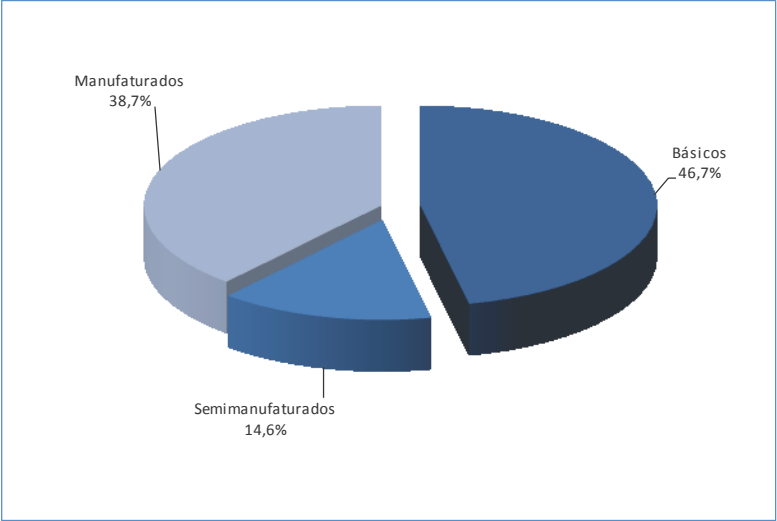


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	8,13	7,59	15,72	0,54
2018 (jan-mar)	11,19	8,38	19,57	2,81

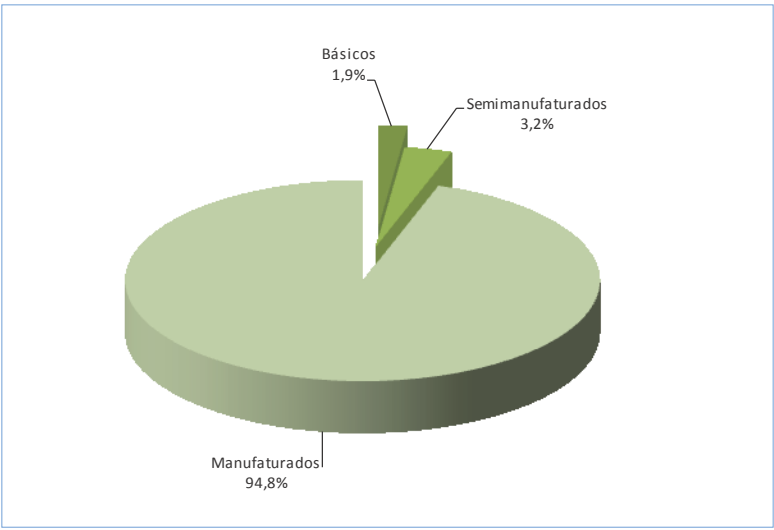


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



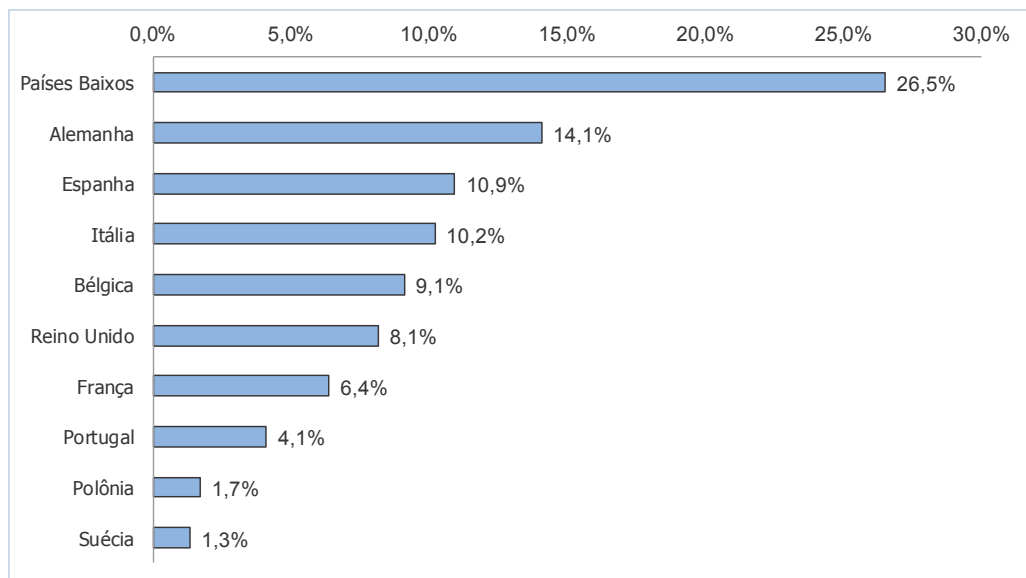
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações brasileiras para a União Europeia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Países Baixos	9,25	26,5%
Alemanha	4,91	14,1%
Espanha	3,81	10,9%
Itália	3,56	10,2%
Bélgica	3,18	9,1%
Reino Unido	2,84	8,1%
França	2,22	6,4%
Portugal	1,43	4,1%
Polônia	0,60	1,7%
Suécia	0,47	1,3%
Subtotal	32,28	92,5%
Outros países	2,62	7,5%
Total	34,90	100,0%

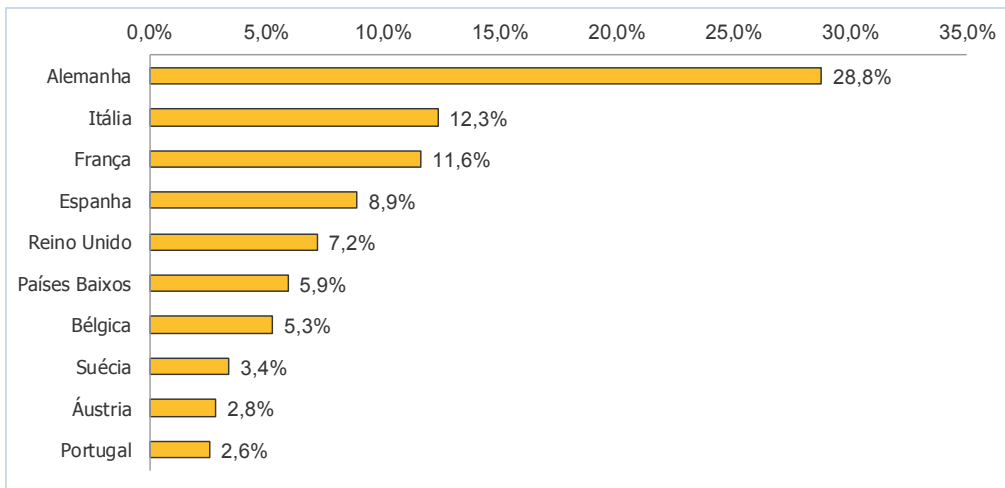
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais origens das importações brasileiras procedentes da União Europeia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	9,23	28,8%
Itália	3,96	12,3%
França	3,72	11,6%
Espanha	2,85	8,9%
Reino Unido	2,30	7,2%
Países Baixos	1,90	5,9%
Bélgica	1,69	5,3%
Suécia	1,09	3,4%
Áustria	0,91	2,8%
Portugal	0,83	2,6%
Subtotal	28,48	88,8%
Outros países	3,59	11,2%
Total	32,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

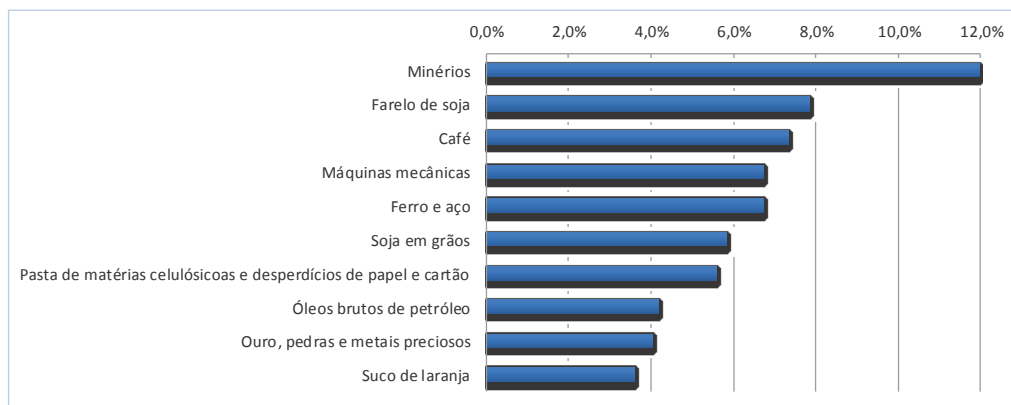


Composição das exportações brasileiras para a União Europeia (SH2 e SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	3,54	10,4%	3,07	9,2%	4,17	12,0%
Farelo de soja	3,39	10,0%	2,97	8,9%	2,74	7,8%
Café	3,07	9,0%	2,74	8,2%	2,56	7,3%
Máquinas mecânicas	1,89	5,6%	2,02	6,1%	2,35	6,7%
Ferro e aço	1,79	5,3%	1,78	5,3%	2,35	6,7%
Soja em grãos	2,23	6,6%	2,03	6,1%	2,03	5,8%
Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão	2,14	6,3%	1,83	5,5%	1,94	5,6%
Óleos brutos de petróleo	0,78	2,3%	0,86	2,6%	1,45	4,2%
Ouro, pedras e metais preciosos	0,95	2,8%	1,46	4,4%	1,41	4,0%
Suco de laranja	1,24	3,6%	1,23	3,7%	1,26	3,6%
Subtotal	21,01	61,9%	19,99	59,9%	22,26	63,8%
Outros	12,94	38,1%	13,37	40,1%	12,64	36,2%
Total	33,95	100,0%	33,36	100,0%	34,90	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

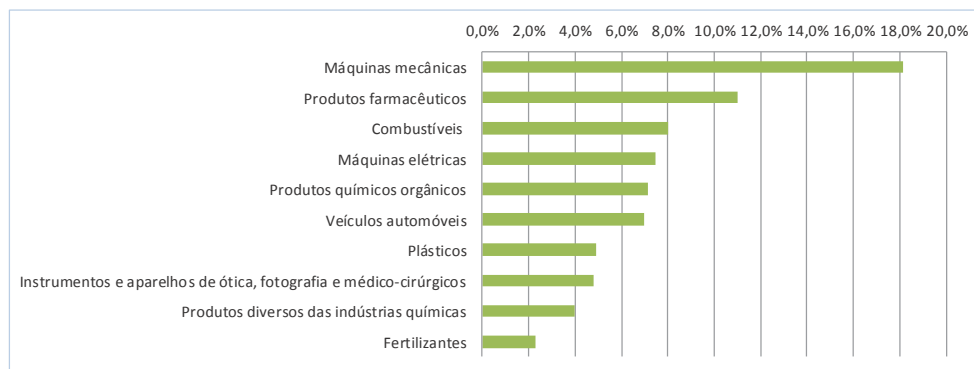


Composição das importações brasileiras originárias da União Europeia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7,65	20,9%	6,74	21,7%	5,82	18,1%
Produtos farmacêuticos	3,41	9,3%	3,37	10,9%	3,53	11,0%
Combustíveis	1,98	5,4%	1,43	4,6%	2,57	8,0%
Máquinas elétricas	2,94	8,0%	2,35	7,6%	2,40	7,5%
Produtos químicos orgânicos	2,71	7,4%	2,41	7,7%	2,29	7,1%
Veículos automóveis	2,97	8,1%	2,33	7,5%	2,24	7,0%
Plásticos	1,63	4,4%	1,46	4,7%	1,58	4,9%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	1,73	4,7%	1,43	4,6%	1,53	4,8%
Produtos diversos das indústrias químicas	1,65	4,5%	1,28	4,1%	1,28	4,0%
Fertilizantes	0,86	2,3%	0,80	2,6%	0,73	2,3%
Subtotal	27,52	75,1%	23,59	76,0%	23,97	74,7%
Outros	9,13	24,9%	7,47	24,0%	8,10	25,3%
Total	36,65	100,0%	31,06	100,0%	32,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes	0	0,0%	1.535	13,7%	Barcos-faróis/guindastes/docas /diques flutuantes 13,7%
Minérios	1.058	13,0%	1.130	10,1%	Minérios 10,1%
Combustíveis	501	6,2%	776	6,9%	Combustíveis 6,9%
Farelo de soja	667	8,2%	736	6,6%	Farelo de soja 6,6%
Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão	411	5,1%	689	6,2%	Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão 6,2%
Máquinas mecânicas	488	6,0%	664	5,9%	Máquinas mecânicas 5,9%
Café em grãos	692	8,5%	621	5,6%	Café em grãos 5,6%
Ferro e aço	594	7,3%	594	5,3%	Ferro e aço 5,3%
Soja	387	4,8%	541	4,8%	Soja 4,8%
Ouro, pedras e metais preciosos	289	3,6%	363	3,2%	Ouro, pedras e metais preciosos 3,2%
Subtotal	5.087	62,6%	7.649	68,4%	
Outros	3.043	37,4%	3.541	31,6%	
Total	8.130	100,0%	11.189	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Máquinas mecânicas	1.509	19,9%	1.527	18,2%	Máquinas mecânicas 18,2%
Produtos farmacêuticos	849	11,2%	933	11,1%	Produtos farmacêuticos 11,1%
Veículos automóveis	525	6,9%	669	8,0%	Veículos automóveis 8,0%
Combustíveis	642	8,5%	647	7,7%	Combustíveis 7,7%
Máquinas elétricas	631	8,3%	611	7,3%	Máquinas elétricas 7,3%
Produtos químicos orgânicos	483	6,4%	524	6,2%	Produtos químicos orgânicos 6,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	337	4,4%	441	5,3%	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos 5,3%
Plásticos	373	4,9%	440	5,2%	Plásticos 5,2%
Obras de ferro ou aço	175	2,3%	241	2,9%	Obras de ferro ou aço 2,9%
Produtos diversos das indústrias químicas	187	2,5%	234	2,8%	Produtos diversos das indústrias químicas 2,8%
Subtotal	5.711	75,2%	6.265	74,7%	
Outros produtos	1.879	24,8%	2.118	25,3%	
Total	7.590	100,0%	8.383	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Recurso



RECURSO Nº 8, DE 2018

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, I, da Constituição Federal, e do art. 91, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos o presente recurso para que o **Projeto de Lei do Senado nº 513/17**, que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para alterar o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução do serviço.", deliberado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em 24/04/18, seja submetido ao Plenário para apreciação.



Sala das Sessões, 25 de abril de 2018.

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
1	Senador José Medeiros	
2	Senadora Rose de Freitas	
3	Senador João Albas	
4	Edmario Lopes	
5	Antonio Sandoval	
6	Flávio Ferrer	
7	RODRIGO SILVA	
8	Ana Amélia (PP/RS)	
9	NEA	
10	DADO	

11 WELLINGTON FACUNDES

12 Rodrigues Valente

13



Recebido o Recurso nº 8, de 2018, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2017.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Término de prazos



Encerrou-se em 4 de maio o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara n°s 76, de 2016; 91 e 97, de 2017; 8, de 2018; e ao Projeto de Lei do Senado n° 349, de 2017. Não foram oferecidas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 3 de maio o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução n° 15, de 2018. Não foram oferecidas emendas. O Projeto vai à CCJ, onde se encontra o Projeto de Resolução n° 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.

Encerrou-se em 3 de maio o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara n°s 72, de 2017; e 16, de 2018; e aos Projetos de Resolução n°s 56, de 2015; 48, de 2016; 11 e 14, de 2017. Não foram oferecidas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Esgotou-se em 4 de maio o prazo sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 75, de 2016; 43, 78, 79, 84, 123, 142, 158, 184, 185, 194, 195, 201, 205, 207, 208, 220, 234 e 239, de 2017. Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão competente, as matérias vão à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Maioria-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 20

PMDB-19 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 11

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Rodrigues Palma.	PR / MT
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
---------------	----

Bloco da Maioria.	20
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	11
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)	Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Rose de Freitas** (Maioria-PMDB-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Edison Lobão* (Maioria-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<div><div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div></div>
--

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicada Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi desigando 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

[illegible]

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	1. Senador Romário (PODE-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
2. Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
3. Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
4. Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
5. Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
6. Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDDB).
7. Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDDB).
8. Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
9. Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDDB).
10. Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
11. Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPCD).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPRD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,13,25)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
VAGO (5,26)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº 013/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 006/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº 023/2017-BLDPRO).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PMDB	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		PMDB
VAGO		PMDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

